

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

MÁRIA BRUNA PEREIRA RIBEIRO

**A MUDANÇA DA CAPITAL EM DEBATE NOS ARTIGOS DA  
*REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E DO BOLETIM  
GEOGRÁFICO* (1938 -1964)**



Colocação da pedra fundamental da nova Capital  
(7 de setembro de 1922)

Uberlândia/MG

2015

MÁRIA BRUNA PEREIRA RIBEIRO

**A MUDANÇA DA CAPITAL EM DEBATE NOS ARTIGOS DA  
*REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA* E DO *BOLETIM  
GEOGRÁFICO* (1938 -1964)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção ao título de mestre em Geografia.

**Área de concentração:** Geografia e Gestão do território

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rita de Cássia Martins de Souza

Uberlândia/MG  
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

R484m  
2015      Ribeiro, Mária Bruna Pereira, 1987-  
            A mudança da capital em debate nos artigos da Revista Brasileira de  
Geografia e do Boletim Geográfico (1938-1964) / Mária Bruna Pereira  
Ribeiro. - 2015.  
            159 f. : il.

Orientadora: Rita de Cassia Martins de Souza.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em Geografia.  
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Capitais (Cidades) - Transferência - Teses.  
3. Brasília (DF) - História - Teses. 4. IBGE - História - Teses. I. Souza,  
Rita de Cassia Martins de. II. Universidade Federal de Uberlândia.  
Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

---

CDU: 910.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia



MÁRIA BRUNA PEREIRA RIBEIRO

A MUDANÇA DA CAPITAL EM DEBATE NOS ARTIGOS DA  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E DO BOLETIM  
GEOGRÁFICO (1938-1964)

Professora Dr<sup>a</sup>. Rita de Cássia Martins de Souza - UFU

Professor Dr. Paulo Roberto Albuquerque Bomfim – IFECT-SP

Professora Dr<sup>a</sup>. Gláucia Carvalho Gomes – UFU

Data: 21 / 10 de 2015

Resultado: Aprovada



*Aos meus queridos: Gil, Felipe, Leonardo, Nilson e  
Alex, pelo carinho e apoio por toda a vida.*

## RESUMO

Este estudo analisa as publicações da Revista Brasileira de Geografia (RBG) e do Boletim Geográfico (BG) no período de 1938 – 1964 referentes ao tema mudança da Capital Federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central, tendo por objetivo identificar a influência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na construção do projeto que desencadeou a mudança da Capital Federal para Brasília. Os periódicos foram utilizados como meio para as análises, buscando-se compreender o pensamento geográfico da Instituição através de seus artigos oficiais. Para apresentar o desenvolvimento da pesquisa realizada, a dissertação foi estruturada em três capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais: Capítulo I - *O projeto geoestratégico do território e a escolha do Planalto Central para a Capital Federal*; Capítulo II - *Revista Brasileira de Geografia e o Boletim Geográfico: instâncias de divulgação do pensamento ibgeano*; e, por fim, o Capítulo III - *A mudança da Capital Federal no discurso dos autores: o Pensamento Geográfico no IBGE*. Os textos analisados, publicados no período de 1946 a 1960, tratam diretamente da mudança da Capital Federal e foram identificados neles os dois principais temas que permeavam a discussão, sendo: *Vazios Demográficos e Construção de um Sertão a partir do Litoral*. Esses temas aparecem indiretamente nos textos analisados e revelam o caráter mudancista dos Periódicos e, por conseguinte, do IBGE, legitimando as ações do Estado brasileiro de sua época. Os textos dos periódicos fazem contraponto a jornais de maior circulação, como a *Tribuna da Imprensa*, que se tratava de um jornal de caráter antimudancista, e ainda serviam como propagadores da ideia de uma Capital Federal no interior do Brasil.

**Palavras-chave:** Revista Brasileira de Geografia. Boletim Geográfico. IBGE, Mudança da Capital Federal. Planalto Central do Brasil.

## RESUMEN

Este estudio analiza las publicaciones de la Revista Brasileña de Geografia (RBG) y del Boletín Geográfico (BG) en el período de 1938 – 1964 referentes al tema de cambio de la Capital Federal de Rio de Janeiro para el Planalto Central, teniendo como objetivo identificar la influencia del Instituto Brasileño de Geografia y Estadística (IBGE) en la construcción de períodos como herramientas de análisis, buscando comprender el pensamiento geográfico de la Institución por medio de sus artículos oficiales. Como desarrollo de la investigación en el Capítulo I se trabajó en: *El proyecto geoestratégico del territorio en la escuela del Planalto Central para la Capital Federal*; en el Capítulo II se presentó una discusión acerca de la *Revista Brasileña de Geografia y el Boletín Geográfico: instancias de divulgación del pensamiento ibgeano y finalmente en el Capítulo III El Cambio de la Capital Federal en el discurso de los autores: El Pensamiento Geográfico en el IBGE*. Fueron analizados textos del período de 1946 a 1960 que tratan directamente sobre el tema de cambio de la Capital e fueron enumerados los principales temas que permeaban la discusión, siendo ellos: *Vacios Demográficos y Construcción de Sertão (tierras de interior) a partir del Litoral*. Los textos de los periódicos hacen contrapunto a revistas de mayor circulación como *Tribuna da Imprensa*, que se trataba de un periódico de carácter de oposición al cambio, y aun servían como programadores de la idea de una Capital Federal en el Interior de Brasil.

**Palabras clave:** Revista Brasileña de Geografia, Boletín Geográfico, IBGE, de cambio Capital Federal, Planalto Central de Brasil.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Sítios escolhidos pela Comissão José Pessoa	47
<b>Figura 2</b>	Índice do Primeiro número da RBG	60
<b>Figura 3</b>	Índice do Primeiro número do BG	77
<b>Figura 4</b>	Continuação do índice do primeiro número do BG	78
<b>Figura 5</b>	Mapa de localização dos possíveis sítios para a Capital Federal	106
<b>Figura 6</b>	Mapa de densidade demográfica brasileira no ano de 1940	125
<b>Figura 7</b>	Mapa de densidade demográfica do Planalto Central brasileiro	126

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>BG</b>	Boletim Geográfico
<b>CAIs</b>	Complexos Agroindustriais
<b>CNG</b>	Conselho Nacional de Geografia
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>RBG</b>	Revista Brasileira de Geografia

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO		10
Capítulo I	O projeto geoestratégico do território e a escolha do Planalto Central para a Capital Federal	16
	1.1 A construção da nova Capital e a proposta do progresso nacional	20
	1.2 Intervenção do Estado por meio do planejamento no Brasil e a superação do Sertão	26
	1.3 Dentre capitais e Expedições: processos que precederam Brasília.	34
Capítulo II	Revista Brasileira de Geografia e o Boletim Geográfico: instâncias de divulgação do pensamento ibgeano	48
	2.1 A criação do IBGE: sua função e desafio	50
	2.2 A criação dos periódicos: Revista Brasileira de Geografia e Boletim Geográfico	59
	2.3 A mudança da Capital no discurso dos autores da Revista Brasileira de Geografia e Boletim Geográfico: reflexão acerca do pensamento geográfico no IBGE	66
	2.4 O pensamento no IBGE por meio de seus periódicos.	81
Capítulo III	A mudança da Capital Federal no discurso dos autores: o Pensamento Geográfico no IBGE	88
	3.1 Sistematizações das informações e análise dos textos dos periódicos RBG e BG	90
	3.1.1 Análise dos textos sobre a mudança da Capital: o levantamento sobre os temas de pesquisa	98
	3.1.2 Análises dos textos sobre a mudança da Capital Federal na Revista Brasileira de Geografia	98
	3.1.3 Análises dos textos sobre a mudança da Capital Federal no Boletim Geográfico	109
	3.2 Os temas destacados nos textos analisados	124
	3.2.1 Vazios Demográficos	128
	3.2.2 A construção de um Sertão a partir do Litoral	133
	Considerações Finais	136
	Referências	141
	Apêndices	148

## Introdução



Placa no Marco Comemorativo de 1922, em Planaltina – DF  
(Acervo público do Distrito Federal citado por PEREIRA 2010).

Brasília não se inicia em 1960, ou com a colocação da Pedra Fundamental em Planaltina – DF no ano de 1922, como é de conhecimento entre a maioria dos brasileiros. Os percalços da trajetória da escolha do local até a construção da atual Capital do país foram abordados de maneira mais sistemática por alguns estudiosos da academia brasileira, como é o caso de Vesentini (1985), em cuja tese de doutoramento em Geografia, intitulada *A Capital da Geopolítica*, reconstrói, pelo caminho da Geopolítica, as trilhas que levaram à construção de Brasília. Percorreremos, nesse trabalho, pela História do Pensamento Geográfico como forma de entender uma parcela da participação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na escolha do sítio para a mudança da Capital Federal.

É notória a participação do IBGE, desde seu surgimento, no planejamento do território brasileiro e com a construção da nova Capital federal, nessa etapa da história do país, não foi diferente. É possível identificar as discussões entre membros do Conselho Nacional de Geografia (CNG), como Fábio Macedo Soares Guimarães e Christovam Leite de Castro, que expressavam seus posicionamentos como base para as discussões do CNG. A maneira oficial de divulgação do pensamento e do debate entre os membros deste Conselho e outros pesquisadores que tivessem um discurso próximo à ciência geográfica era por meio de dois periódicos do IBGE: a Revista Brasileira de Geografia (RBG), criada em 1939; e o Boletim Geográfico (BG), criado em 1943.

Os dois periódicos resultam de uma motivação da Instituição em divulgar suas ações entre pares em todo o país, buscando até mesmo uma internacionalização dos periódicos, divulgando materiais em outras línguas. A principal diferença entre os objetivos apresentados para a RBG e o BG é que a primeira tem o propósito de levar o debate do IBGE ao público interessado em Geografia, juntamente com as principais notícias e ações da Instituição. O segundo surge com uma preocupação do CNG em publicar suas atividades e a divulgação de normativas para os municípios e federações quanto às questões de cartografia, população, dentre outros. As publicações do BG não se restringiam exclusivamente aos membros do CNG e reservavam uma área menor em suas páginas aos artigos publicados, ao contrário do RBG que tinha uma área com maior número de páginas para essa função.

Outra característica fundamental que diferencia a RBG e o BG era a periodicidade. A primeira (RBG) circulou durante quase toda a sua existência (1939-2006<sup>1</sup>) trimestralmente,

---

<sup>1</sup> Houve uma interrupção da série temporal da Revista Brasileira de Geografia do período de 1997 a 2004, sendo retomada em 2005 com duas publicações e no ano de 2006, com a última publicação.

com exceção do período final de sua circulação, que se apresentou com o formato de três edições por ano que compreendia os quatro números da Revista (1978, 1979, 1983 e 1984); duas edições no ano que também compreendiam quatro números da Revista (1985 e 2005); uma publicação no ano compreendendo os quatro números da Revista (1993, 1994 e 1996) e; no ano de 1988 com seis publicações em decorrência de duas edições especiais. Enquanto isso, o BG foi criado para ser um *mensário* (1943 a 1951), mas na maior parte do período circulou bimestralmente (1952 a 1974), ou trimestralmente (1975 a 1977) e, em seu último ano, contou com três edições (1978).

Neste trabalho destacamos os pontos em comum entre os periódicos, ao apresentar à sociedade as discussões realizadas por estudiosos da época no IBGE sobre a mudança da Capital Federal, com os textos de: Christovam Leite de Castro (1946, 1947a, 1947b, 1947c e 1948), Everardo Backheuser (1947a, 1947b, 1947c, 1947d e 1948), Fábio Macedo Soares Guimarães (1949), Eunápio Queirós (1949), José Osvaldo de Meira Pena (1955), Speridião Faissol (1960) e Preston E. James (1960). O objetivo foi destacar qual a orientação política desses textos – se passavam uma postura mudancista ou antimudancista –, além de identificar a influência do IBGE na discussão sobre a mudança da Capital até sua efetivação.

Para isso foi feito um resgate das discussões sobre a interiorização da Capital, ou seja, da sua transferência do Rio de Janeiro para uma área interiorana, acompanhando esse processo até a construção e inauguração de Brasília. O período de análise da pesquisa, propriamente, estende-se de 1938, ano de criação do IBGE, até 1964, marco do início do período militar, modificando a maneira de pensar o planejamento territorial brasileiro.

Sendo assim, foi feita a sistematização dos textos produzidos pelos periódicos nesse período, elencados os temas mais recorrentes e eleitos os principais, em repercussão, a partir dos discursos dos autores. Foi realizada a análise das influências do IBGE quanto ao ordenamento territorial brasileiro e buscou-se demonstrar como a mudança da Capital repercutia diretamente em um projeto de ordenamento do território nacional, iniciando um processo de modernização a partir do Planalto Central e irradiando-se para outras áreas do interior do país.

Assim, visamos compreender como os discursos apresentados na Revista Brasileira de Geografia e no Boletim Geográfico expressam o projeto de Brasil veiculado pelo IBGE. Para tanto, aqui se elege o tema da mudança da Capital, tendo em vista seu papel na ocupação do



interior brasileiro sob a lógica da urbanização e em resposta à ideologia que acompanhou o processo de industrialização nacional.

Esta pesquisa se justifica a partir das contribuições que o IBGE teve para a formação territorial brasileira e para a formação do Pensamento Geográfico no Brasil, bem como para sua própria constituição, constatando que o IBGE exerceu papel de extrema importância junto ao Estado brasileiro enquanto balizador do ordenamento territorial no país, ao menos no período que compreende de 1938 até 1964 (período da pesquisa).

Desta maneira, o texto está estruturado em três capítulos. No **Capítulo I: *O projeto geoestratégico do território e a escolha do Planalto Central para a Capital Federal***, apresenta-se a discussão do histórico das Comissões de escolha da nova Capital até a efetivação com Brasília. Busca-se compreender a intenção da transferência da Capital aliada ao discurso de progresso do Estado brasileiro veiculado nos periódicos do IBGE. Outro ponto importante a ser destacado no capítulo é a compreensão da modernização conservadora e das articulações das classes dominantes no sentido do ordenamento territorial. Nesse sentido, destaca-se que a concepção de moderno está ligada ao planejamento do Estado visando à superação da condição de “sertão”. A ideia de interior como “sertão” se produz pela visão do país a partir do seu litoral como expressão do moderno e que deveria se projetar para todo o interior.

O **Capítulo II**, intitulado *Revista Brasileira de Geografia e o Boletim Geográfico: instâncias de divulgação do pensamento ibgeano*, volta-se para a discussão da criação dos periódicos do IBGE e da própria Instituição. Destacam-se os propósitos em comum tanto da Instituição quanto dos periódicos: disseminar o conhecimento científico<sup>2</sup>. Mas qual o conhecimento e quais discussões são feitas? Neste capítulo, destaca-se parte dessas discussões que contribuíram para a formação do pensamento geográfico brasileiro, analisando o discurso dos autores que debatiam a temática da mudança da Capital.

Por fim, no **Capítulo III**, intitulado *A mudança da Capital Federal no discurso dos autores: o Pensamento Geográfico no IBGE*, dá-se continuidade na apresentação dos textos dos periódicos, iniciada no capítulo anterior, analisando-se os artigos que tratam diretamente sobre a mudança da Capital, sendo eles: *A transferência da Capital do País para o Planalto Central*

---

<sup>2</sup> O que por ora se convencionou denominar por científico não passa de um discurso promovido pelas Instituições Oficiais do período como forma de justificar suas ações. O científico neste caso está atrelado ao levantamento e sistematização dos dados por técnicos e “cientistas”, numa perspectiva positivista de ciência. Esta expressão aparecerá ao longo do texto fazendo menção ao pensamento da época, mas compreendendo seus pressupostos e intencionalidades.

(CASTRO, 1946); *A mudança da capital do país* (CASTRO, 1947a); *Aspecto histórico da mudança da capital do Brasil* (CASTRO, 1947b); *A mudança da capital do país à luz da ciência geográfica* (CASTRO, 1947c); *Localização da nova capital do país no planalto central* (BACKHEUSER, 1947a); *O retângulo Cruls* (BACKHEUSER, 1947b); *Localização da nova capital: Clima e capital* (BACKHEUSER, 1947c); *Localização da Nova capital: critérios de escolhas* (BACKHEUSER, 1947d); *Localização da nova capital: Ponto Nevralgico* (BACKHEUSER, 1948); *A Mudança da Capital do País* (CASTRO 1948); *Mudança da Capital do País: Parecer da Comissão Parlamentar* (QUEIRÓS, 1949); *O Planalto Central e o problema da mudança da Capital do Brasil* (GUIMARÃES, 1949); *A mudança da Capital do Brasil* (PENA, 1955); *A nova Capital do Brasil* (FAISSOL, 1960) e *O Problema da Capital do Brasil* (JAMES, FAISSOL, 1960).

A partir desses textos, busca-se correlacionar temas centrais que foram debatidos sobre a temática e identificar os mais recorrentes que pudessem oferecer subsídios para a compreensão da tendência à qual os autores estavam mais inclinados – para o caráter mudancista ou antimudancista – e qual o caminho percorrido pelas análises feitas por eles, nunca perdendo de vista que esses dois periódicos foram, por anos, vitrine dos trabalhos desenvolvidos e das discussões promovidas pelo IBGE.

Em outras palavras, neste trabalho é possível compreender um pouco desse processo de mudança da Capital, enquanto projeto, até a materialização de Brasília. Percebe-se, por meio das publicações nos periódicos do IBGE, que se acreditava na interiorização da Capital Federal como uma necessidade. As publicações analisadas cooperavam com a ação da transferência, já determinada pelo Estado, fornecendo subsídios para impedir os questionamentos que poderiam ser feitos, na medida em que apresentavam elementos científicos. Além disso, serviam para fortalecer a formação de uma identidade nacional por meio de um discurso de legitimação histórica.

## Capítulo I



Os membros da Comissão Cruls (1894)  
Luis Cruls está sentado, o terceiro a partir da esquerda

## Capítulo 1: O projeto geoestratégico do território e a escolha do Planalto Central para a Capital Federal

---

O presente capítulo tem como centralidade uma refletir sobre as consequências das políticas do Estado brasileiro vinculadas permanentemente às condições econômicas e direcionadas, sobretudo, para a constituição de uma diretriz para o território nacional que levaram à materialização de empreendimentos privados e públicos. Pensar o Estado requer elementos para além da própria dimensão burocrática, o que significa entendê-lo como ente de pontos estratégicos que finalizam, constantemente, a situação da própria configuração territorial. Em outras palavras, o Estado precisa ser compreendido como sujeito sempre direcionado por condições próprias e interesses derivados de situações particulares que refletem as relações locais e regionais, entre as condições econômicas e políticas substancializadas no espaço.

Nesse sentido o atual Estado brasileiro é precedido por condições específicas de formação da configuração das classes dirigentes, que são articuladas com a formação territorial do país. Desse modo, as materialidades que compõem o território brasileiro são reflexos da atuação de grupos dominantes sob o espaço geográfico. Nesse trabalho, o marco a ser investigado é a construção da atual Capital Federal, Brasília, refazendo o caminho que desencadeou os processos que levaram até a efetivação da mudança da Capital. Não há como ver esse evento como um caso isolado, desarticulado de outros processos, uma vez que não se inicia no governo de Juscelino Kubitschek e seu plano de metas, mas como decorrência de discussões que se iniciam oficialmente na Constituição de 1891, passando por plano das redes viárias para o Centro Oeste, que se associam à *marcha para o Oeste*, de Vargas, e que, como decorrência da ação do Estado sob o território, acabam por modificá-lo até a atual configuração.

As transformações observadas no espaço na década de 1960, como a transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília, são elaboradas e discutidas a partir de meados de 1821 por José Bonifácio, apontando que era necessário pensar a construção de uma nova Capital Federal para garantir a unidade territorial e a construção de uma identidade nacional.

De acordo com Carvalho (1990), para a compreensão do início do momento republicano, a análise histórica era tida como leis, em fases bem definidas, e a ação humana dos grandes agentes, poderia apressar a marcha evolutiva da humanidade. Para o Brasil a

proclamação da República era vista como uma evolução “natural” da Monarquia, explicando o motivo de uma falta de resistência ao novo regime, e aos projetos que foram gestados anteriormente. A interiorização da Capital Federal se enquadra nesses projetos que assumem caráter oficial na República, com a Constituição de 1891, mas a atribuição da concepção é de períodos anteriores.

O projeto da transferência da Capital foi sendo discutido pelas Constituintes até a efetivação de Brasília. A centralidade da discussão precisa ser compreendida a partir da formação de um Estado Nação vinculado aos objetivos específicos de cada agente que o dominou, ou pelo menos tentou, com o propósito de constituir um projeto de Brasil. Deste modo, a mudança da Capital é mais do que o deslocamento de funções administrativas burocráticas, mas sim uma nova Capital que foi responsável pela consolidação dos agentes de dominação do Estado, que se materializa na cidade de Brasília.

Deste modo, é importante pensar a ideia de um Brasil dicotômico, com um litoral desenvolvido e um interior dito atrasado, que motivava o Estado a propor planos para o desenvolvimento a fim de contornar esta situação de disparidades. Entre essas ações destaca-se a área de preocupação dessa pesquisa: a Missão Cruls, que foi pautada na Constituição Federal de 1891 e previa a delimitação de terras no Planalto Central para a transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para o interior do país. Outros estudiosos contribuíram para estudos sobre a transferência da Capital, sendo pioneiro o geógrafo e astrônomo Luiz Cruls, que comandou uma missão encomendada em maio de 1892, a qual levou o seu nome. A Missão Cruls demarcou uma zona de 14.400 km<sup>2</sup>, que ficou conhecida como quadrilátero Cruls, a qual foi posteriormente debatida até a escolha do sítio para instalação de Brasília como Capital Federal. Foram considerados os estudos feitos por essa Comissão, bem como a metodologia empregada para escolha do sítio como os critérios sobre o clima, disponibilidade hídrica, solo, salubridade da área, levantamento topográfico, entre outros.

A Missão Cruls inaugurou formalmente as expedições de estudo para se determinar o local em que seria instalada a Capital Federal no interior do país, mas não foi a única. Houve mais duas comissões oficiais que realizaram expedições geográficas com o mesmo propósito, sendo elas: Poli Coelho (1946) e Caiado/Pessoa (1953). O IBGE teve participação da maior importância nessas expedições integradas por destacados geógrafos da instituição, contribuindo para o caráter científico dos estudos decisivos que definiram o sítio para a instalação da nova Capital Federal:



Assim, já em 1947, promoveu duas expedições geográficas (no âmbito do Conselho Nacional de Geografia, então um dos seus dois órgãos máximos), dando conteúdo científico à Comissão dirigida por Polli Coelho, incumbida da localização de um sítio para a nova capital (indo no rumo de Cruls). Na ocasião, geógrafos notáveis se fizeram presentes: Antonio Teixeira Guerra, Christovam Leite de Castro, Dora Amarante Romariz, Eugênia Zambelli Gonçalves, Fábio de Macedo Soares Guimarães, José Veríssimo da Costa Pereira, Lindalvo Bezerra dos Santos, Lúcio de Castro Soares, Marília Galvão, Ney Strauch, Nilo e Lysia Bernardes, Orlando Valverde, Speridião Faissol, e Walter Alberto Egler, entre vários outros. Todos, eles e elas, notáveis ibgeanos, valeram-se da orientação científica de Francis Ruellan e de Leo Waibel, geógrafos estrangeiros associados ao Conselho Nacional de Geografia. Adiante, num terceiro momento, 1955-1956, na Comissão dirigida por José Pessoa, de novo o IBGE esteve presente com Fábio de Macedo Soares Guimarães, então Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, e com o eminente cientista Allyrio Huguene de Mattos. Suas ações foram decisivas, até pela retomada do realizado no passado recente. Definida a localização, objeto dessas missões, e já iniciada a construção, o IBGE fez um censo na futura capital, em 1959, pelo qual revelou a população e a habitação daquele tempo, hoje um retrato histórico admirável. (NUNES, 2010, p. 7).

As discussões feitas pelo IBGE sobre a mudança da Capital apresentavam estudos minuciosos sobre os trabalhos das Comissões de exploração e sobre reflexões acerca do Planalto Central do Brasil como contribuições inegáveis para a temática e com a legitimidade da instituição como referência para informações e dados oficiais sobre a população, o território e as estatísticas do país:

O reconhecimento do IBGE como lugar central da produção do conhecimento geográfico, obviamente, também encontrou eco em autores brasileiros. Escrevendo no período denominado “áureo” da instituição, José Veríssimo da Costa Pereira (1955) prestou-lhe honroso tributo em obra interdisciplinar, como se esperaria de um entusiasta da causa geográfica vinculado, profissionalmente, àquela Casa (PEREIRA, BOMFIM, 2014, p. 2).

A discussão sobre a mudança da Capital Federal surge publicada pela primeira vez em um periódico do IBGE em 1947, com o artigo intitulado “A Transferência da Capital do País”, de autoria de Christovam Leite de Castro, na Revista Brasileira de Geografia e, desde então, outras discussões foram realizadas e divulgadas pelas revistas da Instituição até a efetiva mudança da Capital. É a partir de publicações como essas que o Estado brasileiro busca a legitimação, por meio do discurso científico, para a transferência da Capital Federal.

A questão não se encerra nas publicações feitas pelos periódicos do IBGE, entretanto, por meio deles é que há uma divulgação da importância, percebida pelo Estado brasileiro, em transferir a Capital para o Planalto Central. A veiculação da ideia de transferência como necessidade da Nação, símbolo do moderno e do progresso se apoia nas divulgações desses periódicos.

A Revista Brasileira de Geografia (RBG), bem como o Boletim Geográfico (BG) apresentam artigos no período de 1946 até 1960 com análises sobre a mudança da Capital, em geral defendendo a criação de Brasília, visto que os dois periódicos são fruto do Instituto de Geografia e Estatística, que representa os interesses governamentais, já que a instituição servia de instrumento para pensar o território, seguindo a linha política do Governo vigente em cada época. Assim, é possível partir de uma análise de que a criação da Capital Federal no Planalto Central foi fruto de um Estado que planejava a ação da mudança da Capital desde a Constituição Federal de 1891 até 1960 com a efetivação desse projeto. Brasília não é uma ação isolada dos Planos de Metas do governo Juscelino, mas fruto de uma política de Estado e do embate entre frações de classes no poder que buscavam, cada uma a seu modo, a modernização do território nacional.

A busca pela compreensão do que representou a participação dessa Instituição é o propósito central desse trabalho, que utiliza os periódicos RBG e BG para apontar indícios sobre percursos e posturas que o IBGE procurou firmar e justificar como Instituição capaz de sistematizar as informações, contribuindo para a legitimação dos discursos e das ações de grupos no poder no Estado para pensar o território e reorganizá-lo em conformidade com as suas necessidades, intenções e objetivos.

Deste modo, iniciar esse percurso pelos periódicos oficiais do IBGE, que tinham como função apresentar as discussões da Instituição sobre diversos temas, é um caminho para se pensar qual era a concepção sobre a mudança da Capital Federal que a Instituição corroborava. Segundo os editoriais das primeiras edições da RBG e do BG, o intuito dos periódicos era divulgar as ações da Instituição para os interessados pela ciência geográfica, isso incluía professores da disciplina, pesquisadores da ciência geográfica e o público em geral. Ainda segundos os editoriais, as revistas eram disponibilizadas em escolas e também poderiam ser adquiridas pelos demais interessados (SOARES, 1939, SOARES, 1943).

Os periódicos assumem, portanto, um significado na propagação das ideias que norteavam a ciência geográfica daquele tempo. No caso da mudança da Capital, isso ocorre em um caráter mais próximo ao mudancismo, aliada à proposta do Estado, não evidenciando as críticas sobre a transferência da Capital naquele momento histórico. Isso ocorria de maneira indireta, uma vez que o público das revistas era, em grande parte, formado por profissionais de atuação próxima à dos geógrafos e por intelectuais da época com grande influência na formação do pensamento geográfico. As ideias veiculadas não eram diretas ou exatamente a posição do

Estado pela mudança da Capital Federal, mas contribuía para esse projeto à medida que contribuía para criar uma comoção nacional, necessária naquele momento, para a empreitada, considerando-se que a mudança da Capital Federal era, por demais, onerosa à nação. Assim, as ideias sobre a questão veiculadas pelos periódicos do IBGE acabavam influenciando e definindo os rumos da vida política brasileira. O apoio de uma Instituição de caráter científico para a questão legitimava as ações do Estado. Isso porque passava a ideia de que a mudança da Capital era uma necessidade e não uma escolha, o que fortalecia o projeto do Estado.

Diante disso, estudar os documentos oficiais impressos em forma de artigos científicos, fomentados por um órgão público federal, é de vital importância para o entendimento dos projetos desse Estado, que se legitima durante toda a sua história por meio de diversas práticas. Assim, a pesquisa foca, sobretudo, o discurso dos “vencedores”, buscando efetivar uma crítica sobre o mesmo, além de compreender como esse discurso consolidou uma forma de pensar o país e, mais ainda, de ser brasileiro. O deslocamento da Capital demonstra como as ações do Estado “modernizador” precisavam ser apresentadas como legítimas e, com isso, o próprio deslocamento é justificado por si e em si mesmo, como questões colocadas desde 1891. A Capital passa a ser “a Capital” através dos discursos oficiais, quando (e é esse o objetivo dessa pesquisa) se pode entendê-la como um projeto de agentes substancializados na tentativa constante de domínio do território nacional. Enfim, sua construção no meio ao sertão cumpria um propósito de modernização do território. Dessa maneira, ao analisar as publicações das revistas do IBGE, é possível perceber o teor mudancista e o apoio empregado pelo Estado na transferência da Capital Federal, conciliando um projeto de modernização do território.

### **1.1 A construção da nova Capital e a proposta do progresso nacional**

A produção dos periódicos científicos pelo IBGE tem como propósito a divulgação das ideias da instituição, e isso não ocorre de maneira descolada da sociedade. Na temática central dessa pesquisa, a mudança da Capital Federal para o Planalto Central, é perceptível que o teor das publicações era mudancista e, dessa maneira, corroboravam com a tentativa do Estado em efetivar a mudança da Capital Federal pensada por várias décadas.

Dessa forma, os textos dos periódicos do IBGE vão ao encontro da proposta do Estado de interiorizar a Capital. Os periódicos eram dotados de intencionalidades, já que revelavam



direcionamentos de diversas perspectivas da estrutura do Estado brasileiro, algumas vezes discordando, por representar outro grupo no poder e, ou outras vezes concordando, por pertencerem ao mesmo grupo, ou ainda legitimaria, como o fez em ações futuras. Planejar não é algo simples para o Estado, pois o mesmo precisa vincular seus objetivos, que são os dos agentes no poder, como os de outros agentes que têm força econômica e pouca atuação política. O planejamento da Capital passou por inúmeras negociações voltadas para a apresentação de propostas de especialistas sobre cada sítio e também por discussões de cunho político. Quando periódicos do Estado trabalham na legitimação de ações futuras, eles estão, na verdade, dizendo o que vai acontecer, não informam a possibilidade, mas quando acontecerá. Ou seja, as informações e os debates que constam nos artigos mostram uma estrutura que se firmaria, como se firmou, no futuro.

Diante disso, é importante pensar o Estado como resultado de processos históricos e embates entre diferentes agentes que o compõe, de acordo com Marx (1975):

Os homens fazem a sua própria história mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas antes sob as condições directamente herdadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações passadas pesam inexoravelmente sobre a consciência dos vivos. E mesmo quando aparecem ocupados em transformar-se, a eles e as coisas em criar algo de absolutamente novo, é precisamente nessas épocas de crise revolucionária que se evocam respeitosamente os espíritos do passado, tomando-lhe de empréstimo os nomes, as palavras de ordem, as roupagens, para surgir no novo palco da história sobre esse respeitável disfarce com linguagem emprestada (MARX, 1975[1852], p. 13).

As relações de produção interferem na constituição material e imaterial. Assim, o Estado, por meio dos periódicos do IBGE, formaliza uma cultura a partir de uma linguagem científica que faz com que as coisas mudem, ao mesmo tempo em que permanecem inalteradas, tal como sinalizou Marx, ou seja, o modo de produção capitalista nessa etapa desenvolvimentista precisava, para se manter, ampliar consideravelmente suas forças de produção, comércio, circulação e consumo.

Logo, o território brasileiro para se inserir nessa modernização mundial da produção, também precisava constituir-se como sujeito apto a receber certos investimentos estrangeiros. Como tarefa do Estado, coube-lhe efetivar os projetos da classe à qual representava, implementando os planos de modernização do território brasileiro para consolidação das relações capitalistas por todo o território.

Deste modo, as relações de produção precisam estar compassadas com as forças produtivas ou formas de reprodução do capital e, a partir dessa análise, pode se pensar as especificidades de cada região ou território, sempre articuladas com as exigências da conjuntura mundial do período. O planejamento nacional, propagado pelos periódicos, revelam uma condição de produção material que precisa firmar-se, antes, imaterialmente. Não é exagero constituirmos uma cultura geográfica a partir dos periódicos, visto que essa cultura foi concebida em conformidade ao *status quo* do modo da produção científica nacional, que era impulsionada pelo viés de modernidade que permeava o Estado. Essa cultura viabilizou a oportunidade de constituir-se materialmente a Capital Federal, ou seja, o constante argumento sobre a necessidade da mesma automatizou o problema em solução permanente e nunca debatida. Assim, conforme Horkheimer:

Quanto mais as ideias se tornam automáticas, instrumentalizadas, menos alguém vê nelas pensamentos com significado próprio. São considerados como coisas, máquinas. A linguagem tornou-se apenas mais um instrumento no gigantesco aparelho de produção da sociedade moderna (HORKHEIMER, 1976, p.29-30).

Deste modo, a racionalidade científica expressa em forma de crítica por Horkheimer (1976) também é usada pela Geografia, através do planejamento. Assim, no Brasil, o planejamento aparece como uma “forma” de intervenção do Estado sobre as contradições do capital, ou seja, o planejamento urbano não é o mediador dos conflitos sociais, pelo contrário, ele induz a homogeneização das áreas com intuito de levar a uma “integração nacional”, que por vezes acaba por agudizar os problemas sociais.

Nesse sentido, planejamento foi a palavra de ordem que orientava os rumos do país, tendo em vista as particularidades de cada período de Governo: Vargas (1930-1945, 1951-1954), Dutra (1946-1951) e JK (1956-1961), a um outro lado que norteava a questão pautado na modernização com respaldo na infraestrutura urbana. Isso já havia sido efetivado em algumas localidades como em São Paulo, e parte do Sudeste. Em outras áreas, como o interior do país, onde esse investimento não havia sido feito, começa-se a atribuir características como “atraso”, menor “potencial econômico”, desconsiderando os investimentos feitos por parte do Estado para o desenvolvimento nacional.

Para compreender essas nuances das políticas de Estado, que perpassam a mudança da Capital, é destacado após o governo de Vargas, com o final da Segunda Guerra Mundial, o início do processo de democratização do país, que tiveram como candidato Eurico Gaspar

Dutra<sup>3</sup> apoiado por Vargas. Durante os debates da nova Constituição, a transição da Capital Federal é novamente colocada em debate. A postura do IBGE, frente à inclusão da mudança da Capital na Constituinte de 1956, foi apontada por Vidal:

Apesar da insistência do IBGE em apresentar a mudança da capital como medida urgente para o desenvolvimento do Brasil, o princípio mesmo da mudança quase não chamou atenção dos constituintes de 1956. A tal ponto que a primeira versão do anteprojeto de Constituição não retomava a ideia (VIDAL, 2009, p.162).

O impulso do IBGE foi pautado na modernização do país, onde a transferência da Capital era vista como um ponto de apoio a esse processo que em um primeiro momento não era visto como prioridade do Estado, entretanto, na mesma constituinte de 1956:

Foi preciso a intervenção de Artur Bernardes (1875-1955), deputado da UDN de Minas Gerais e ex-Presidente da República (1922-1926), para integrar de última hora um artigo na versão definitiva do anteprojeto. Esse esquecimento não é, porém, sinônimo de descaso. Muito pelo contrário, os constituintes ter-se-iam acomodados com o não debate de um tema que punha novamente em oposição interesses regionais. Pois, mesmo vestidos de roupagem mais moderna da representação política, os deputados não esqueceram por isso seus reflexos regionalistas (VIDAL, 2009, p.162).

A palavra de ordem que norteava as discussões em âmbito nacional era a modernidade, e as nuances regionalistas enfraqueciam a questão. Quando a mudança da Capital era debatida, ficava evidente que o regionalismo não havia sido superado. A questão do progresso da nação deveria ser tratada em nível nacional para o progresso da nação, que era a política do Governo Federal, que via a questão da mudança da Capital uma maneira de unificar a nação e não de evidenciar possíveis regionalismos.

O antagonismo nas discussões regionalistas frente ao fortalecimento do país era evidenciado pelas propostas apresentadas por essa constituinte, tendo em vista que houve impasses sobre quais áreas seriam apresentadas. Artur Bernardes ficou encarregado do anteprojeto, ao qual duas emendas foram apresentadas e demonstravam as divergências regionais, que eram contrárias à proposta de uma nova Capital que se colocava para unificar o país e não para dividi-lo por questões regionais.

---

<sup>3</sup> Candidato do PSD

A primeira proposta foi de Café Filho<sup>4</sup>, que sugeria a mudança para a cidade de Goiânia<sup>5</sup>, em contraponto a Benedito Valadares<sup>6</sup> que propunha o Triângulo Mineiro, sendo apresentada como anteprojeto essa segunda opção. Três propostas eram debatidas nesse momento:

[...] o Triângulo Mineiro, a cidade de Goiânia, ou o retângulo Cruls [...]. A solução do Triângulo Mineiro, sugerida por Benedito Valadares, é apoiada por muitos constituintes de Minas Gerais, entre os quais: Daniel Carvalho (UDN), Israel Pinheiro (PSD) e até Juscelino Kubistchek de Oliveira (PSD), que, dez anos mais tarde enquanto Presidente da República, transferirá definitivamente a capital para o retângulo Cruls e nomeará Israel Pinheiro diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) [...]. A solução de Goiânia é essencialmente apoiada pelos deputados de Goiás e dos Estados do Nordeste, como etapa para o triângulo Cruls (VIDAL, 2009, p.163).

As discussões na Assembleia Constituinte vão ao encontro da política nacional da transferência da Capital, mas revelam os regionalismos em questão que gerava entraves nas discussões. O ponto em comum que permeava as análises era a intensão de modernização do país. O debate mais acirrado é em oposição ao Estado de Minas Gerais e o restante da federação, além dos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul que não tomara parte das discussões sobre a mudança da Capital. Vidal ainda complementa:

O PSD praticamente monopolizou o debate sobre a mudança, o que significa que são os herdeiros do sistema de Vargas que levaram e apoiaram o debate. A UDN, representando inicialmente os interesses das classes médias, mas escorregando aos poucos, na intensão de demarcar-se do PSD, em direção a uma defesa rígida dos interesses rurais, ou seja, dos interesses da elite tradicional anterior a 1930, intervém muito pouco nessas discussões. O tom dos debates parlamentares assim mudou, abandonando a fraseologia jurídica de uma discussão mais técnica, ancorada em uma visão otimista e positiva do futuro do Brasil.

A nomeação de uma Comissão técnica para a localização da capital, a participação constante do IBGE nos estudos e nos trabalhos de reflexão confirmam essa “confiscação” do projeto de mudança pelos militares, pelos técnicos e pelos cientistas cujo poder dentro da sociedade cresceu consideravelmente desde 1930 (VIDAL, 2009, p. 165).

Com um viés mais técnico e científico, o Estado brasileiro buscava a legitimação para a mudança da Capital, aliando a “necessidade” da transferência apoiada na segurança nacional, e sob critérios técnicos, afastavam possíveis questionamentos.

---

<sup>4</sup> Rio Grande do Norte – PSP.

<sup>5</sup> Capital do Estado de Goiás inaugurada em 1942.

<sup>6</sup> Minas Gerais PSD.

Como forma de se analisar o “Estado” e seus impasses apoiados na representatividade de uma classe específica, Marx (1975) e Horkheimer (1976) evidenciam uma forma crítica de pensar a constituição do Estado numa espécie de contínua forma inacabada, o qual precisa sempre afirmar-se como possibilidade de construção de um presente diferente por um futuro que fará avançar todo o Estado. A construção de uma nova Capital tem esses elementos sinalizados pelos autores, justamente por trazerem que as formas de Estado não alteram as condições da população, e o que se aproxima da realidade brasileira é o fato que o planejamento executado pelo Estado trata de uma modernidade para um grupo social, e não representa, de fato, a inclusão da totalidade da população nessa modernidade.

Os diálogos estabelecidos pelos periódicos do IBGE são mais otimistas em relação à mudança da Capital Federal, indo ao encontro do discurso oficial de inclusão do sertão ao litoral, quando na verdade a efetivação desse processo revela que a exclusão social permanece e se reconfigura no território.

Aparece, então, com toda nitidez, a **necessidade imperiosa e urgente da mudança da capital**, para que a cabeça do organismo nacional possa melhor presidir a vida nacional, mais centralizada no palco onde ela se desenvolve, e ao mesmo tempo atuar, pela sua posição estratégica, com fator de êxito na batalha da penetração [...]. Seria o “Ciclo de Brasília”, se assim se chamar a nova capital do país, conforme sugerido desde 1822. Ou ainda o ciclo da faixa dos 500 quilômetros de penetração. Esse segundo ciclo atará durante um período de 100 a 200 anos, durante os quais a população brasileira duplicará ou triplicará, e então, a faixa ocupada efetivamente, se estenderá por uma largura possível de 1000 quilômetros de distância do litoral e nessa ocasião daqui a um ou dois séculos, a faixa ocupada pela população então existente transformará o panorama geral da vida brasileira, a exigir novas deliberações, novos rumos e novas táticas, dentre os quais, sem dúvida, figurará o problema da escolha da capital que melhormente sirva à situação atuante. [...] Não é descabido imaginar-se, também, que nesse caminhar progressivo através dos séculos surjam situações singulares como a que a caracterizar, na evolução, ciclos sucessivos, que se traduzirão por faixas características de ocupação, proporcionando a cada uma delas faixas de uma capital do país racionalmente organizada para melhor proveito dos impulsos da nacionalidade. (CASTRO<sup>7</sup>, 1947b, p.5, grifo nosso).

Nesse fragmento de Castro (1947b) é evidente o caráter mudancista, sendo evidenciado pela urgência com que o autor defende a mudança da Capital, pautando-se no progresso nacional. A ideia central é que com a mudança da Capital fosse capaz de levar a modernidade para o interior do país juntamente com o progresso para a Nação.

---

<sup>7</sup> Todas as citações feitas dos periódicos Revista Brasileira de Geografia e Boletim Geográfico preservam a escrita original dos autores, com algumas grafias em desuso hoje. Isto ocorrerá ao longo desse texto.

É inegável que, com a transferência da Capital para o Planalto Central, alcançou-se uma maior aproximação entre os mercados das diferentes regiões brasileiras, que era uma das propostas iniciais do projeto. Todavia, não houve uma diminuição significativa das contradições sociais materializadas em Brasília, haja visto as cidades satélites, que, tão próximas à cidade símbolo da modernidade, não contou com todas as benesses do progresso para a maior parte da população. Como apresenta Vesentini (2015),

Brasília, convém recordar, é tida como um exemplo meridiano de planejamento urbano bem sucedido. Foi até mesmo proclamada recentemente como “patrimônio cultural” da humanidade pela UNESCO, sendo até agora a única cidade modernista a receber tal honraria. Mas o que significa, nesse caso, planejamento “bem sucedido”? Os trabalhadores manuais, mesmo necessários para o funcionamento da urbe, são via de regra excluídos para longe desse centro planejado: eles devem residir nas cidades satélites, vindo apenas de manhã e voltando à tarde, depois do expediente, com horários de ônibus bem rígidos, com dificuldades de usufruir do Plano Piloto: a circulação dificulta a vida daqueles que não possuem automóveis particulares, os táxis são elitizados, destinados a populações de elevadas rendas. É certo que nos últimos anos - 1985, 86 e 87 - multiplicaram-se no Plano Piloto as “invasões” de terrenos vazios, com moradias precárias. [...]. Essa proclamação deu às autoridades um pretexto cômodo para implementar esses procedimentos – e reforçou a lógica excludente de um planejamento urbano que exorciza a cidadania (como participação na gestão da urbe) para o morador da cidade (VESENTINI, 2015, p.1)

As consequências da transferência da Capital para o Planalto Central são evidentes quanto ao projeto de urbanização da área, mas, é perceptível que o movimento migratório e a unificação da economia não permitiram que as contradições sociais deixassem de existir. As materialidades percebidas nas cidades satélites evidenciam esse processo excludente.

## **1.2 Intervenção do Estado por meio do planejamento no Brasil e a superação do Sertão**

O processo de modernização conservadora não se limita ao espaço da agricultura ou da indústria, sendo um fenômeno que abarca a totalidade social, garantindo a manutenção das estruturas históricas, sobretudo na relação contraditória entre a classe dominante e os trabalhadores, que imprimi suas marcas sobre o território brasileiro.

A teorização desenvolvida por Moraes (2000) sobre a formação territorial brasileira permite analisar a constituição do território tendo como base os períodos históricos, que revelam os projetos políticos e valores econômicos que se tornaram dominantes em seu tempo e se materializavam no espaço. Dessa forma, compreende-se que o estudo da formação territorial de

uma área passa necessariamente pela análise das determinações políticas hegemônicas que se concretizaram no espaço geográfico juntamente com o tempo. Entendendo esses processos históricos e políticos acerca do território, por meio do pressuposto elaborado por Moraes, é possível destacar a formação territorial brasileira, princípio este que norteará a nossa análise.

Para se constituir uma análise da formação territorial brasileira busca-se entender como a base econômica do Brasil se transformara, por meio da tipificação dos processos produtivos que se concretizaram no território ao longo de sua história política e econômica. Partindo da análise que o Brasil tem suas bases econômicas na monocultura para exportação e a modernização brasileira esteve diretamente ligada à transformação da produção do campo, entende-se como necessário um resgate histórico da configuração das ocupações do campo e suas metamorfoses para, assim, delinear o processo de formação do território brasileiro. Vislumbra-se compreender como as materialidades contemporâneas se concretizaram historicamente no espaço, se tratando do espaço urbano ou agrário – entendendo a sua análise como indissociável –, destacando as particularidades da ocupação do território, descrição esta fundamental para compreender a construção do território nacional.

Segundo Deák e Schiffer (1999) o início do processo de urbanização do Brasil se deu após a consolidação da nação-Estado:

O processo de urbanização teve início logo após a consolidação da nova nação-Estado, a partir da dominação dos movimentos separatistas e/ou republicanos que estouravam do Sul ao Norte com focos em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, também abrangendo um leque de províncias do Rio Grande do Sul ao Pará (1849). Completando o que Caio Prado Jr. chamava de “trajetória reacionária”, que se assegurou a continuidade da formação social de origem colonial, elitista e patrimonialista, essa sociedade consolidada procedeu ao preparo da inevitável passagem do trabalho escravo ao trabalho assalariado (DEÁK, SCHIFFER, 1999, p. 15).

As mudanças nas relações de trabalho escravo para o trabalho assalariado aconteceram em período posterior à Lei de Terras e à Lei Eusébio de Queiroz, ambas do ano de 1850. A primeira lei regulamentava o acesso à propriedade privada, ficando proibida aquisição de terras devolutas por outros títulos que não fosse a compra, enquanto a segunda lei proibiu o tráfico negreiro em todo o território nacional. A Lei de Terras preparava o país para a existência do trabalho assalariado, por meio da propriedade privada da terra. Isso era necessário para capitalizar as riquezas na terra e não mais no trabalhador escravo, atribuindo assim valor aos cafezais, substituindo o trabalhador escravo como garantia às hipotecas, por trabalhadores livres (MARTINS, 2010).

A Lei de Terras de 1850 foi para os latifundiários a garantia da manutenção de seu capital e de seu poder pela atribuição de valor às terras e, por outro lado, significou ao trabalhador a expropriação dos meios de produção, já que os privava do seu meio de sobrevivência, obrigando-os a vender sua força de trabalho para comprar seus próprios meios de sustento no mercado. Esses trabalhadores, sem os meios objetivos para a reprodução de sua existência, se tornaram assalariados no âmbito da produção capitalista, a qual se territorializou nas cidades a partir de processos decorrentes da intensificação da industrialização por qual passava o país.

No processo, as cidades, além de começarem a crescer, iam perdendo suas características em contraponto ao campo, uma vez que incorporavam agora a produção de mercadorias para se transformarem em aglomerações urbanas. A dicotomia campo-cidade ia desaparecendo. O *trabalhador assalariado* – vale dizer o desenvolvimento do capitalismo –, a *industrialização* e a *urbanização* não são apenas inseparáveis ou inter-relacionados: são um só processo. Parafraseando Marx, pode-se dizer que a urbanização é o crescimento do proletariado [...] A sociedade continuaria sendo uma sociedade de elite, mas também uma sociedade capitalista, que imprimiria suas características sobre, entre outras coisas, a vida urbana brasileira, [...] (DEÁK, SCHIFFER, 1999, p. 16).

O Brasil continuava composto por uma fragmentação de territórios, agora com características urbanas, que fora composto pela economia colonial e foi se “transformando em algo como o espaço nacional sob a pressão da produção de mercadorias, que requer um mercado unificado” (DEÁK, SCHIFFER, 1999, p.16).

A formação urbana brasileira deriva da constituição da economia colonial, resultado da divisão internacional do trabalho em que o país estava inserido naquela época. Esta divisão era marcada pelo capital agroexportador que controlava a economia do período e os ditames desta economia provinham dos centros urbanos já consolidados, mais expressivamente nas áreas litorâneas e/ou próximas a elas. Apesar da centralidade que a economia agrária desempenhava, é importante destacar que o campo não dita as regras dos rumos do desenvolvimento do país e que o papel de distribuição e difusão de mercadorias era efetivado nas cidades. Desde os primórdios, o controle do Estado é utilizado por grupos econômicos que detêm o capital, centralizando as tomadas de decisões por sua sede, que se realiza no âmbito da cidade e não no campo:

Há alguns pressupostos históricos na formação do urbano na Economia brasileira; esses pressupostos históricos são a meu ver, derivados exatamente da formação da economia colonial e situam-se, evidentemente, sob aquele ângulo da divisão social do trabalho. É óbvio dizer que o sistema produtivo mediante o qual o Brasil se insere na divisão internacional do trabalho, à época da expansão do mercantilismo, fundava-se sobretudo no campo, mas o que



tem de certa forma escapado a uma observação mais pertinente é que talvez seja possível dizer que nunca o campo controlou realmente o Estado no Brasil. E eu acharia base histórica para uma afirmação desse tipo devido, precisamente, ao caráter agroexportador da economia. As cidades se construíram segundo um padrão litorâneo não só devido ao seu caráter exportador de produtos primários, mas também devido à divisão social do trabalho, e isto tem a ver com a forma específica do capital que controlava desde cima (sem entrar nela) essa economia agroexportadora. Vai ser nas cidades que se localizarão tanto os aparelhos que fazem a ligação da produção com a circulação internacional de mercadorias quanto os aparelhos do Estado – do Estado colonial português, em primeiro lugar, e depois do Estado brasileiro – que têm nas cidades, evidentemente, a sua sede privilegiada (OLIVEIRA, 1982, p.37).

A relação entre o Estado, o campo e o espaço industrial brasileiro, esteve sempre interligada, com o foco da remessa dos lucros ora para a Metrópole, ora para a cidade, não cabendo ao campo às decisões sobre o gerenciamento do capital. Essa relação se evidencia no período de modernização brasileira, marcada pelo processo da industrialização que agudiza a relação da concentração das decisões nas cidades litorâneas.

Por mais que não haja uma determinação das relações sociais do campo para a cidade, é possível perceber que há grupos sociais que comandam as relações de trabalho de sua época, que interferem na divisão social do trabalho. Considerando-se que a base histórica da economia brasileira está assentada no setor agroexportador, analisar as bases econômico-sociais da oligarquia agrária fornece indícios para se compreender não apenas as relações no campo, mas também as relações que se dão nas cidades, uma vez que, como a industrialização e a urbanização brasileira sempre estiveram interligadas entre si e também com o campo, como pela remessa de lucros do campo para se consolidar núcleos urbanos ou até mesmo com capital do campo revertido para a industrialização dos núcleos urbanos, historicamente a classe dominante não altera drasticamente sua composição e/ou orientação política.

A industrialização não aparece desatrelada da intensificação da urbanização. O crescimento e a dispersão das cidades são reflexos da decadência provocada pelas transformações econômicas e sociais do campo, que se mantém com altos índices de concentração de terra, além de estar atrasado, do ponto de vista da produção capitalista no campo (já dinamizado em países centrais). O crescimento do processo de industrialização é reflexo dos investimentos do Estado nesse setor, por meio de transferências, de investimentos dos impostos como forma de facilitar as relações de produção.

As cidades são, por definição, a sede da economia industrial e de serviços. O crescimento urbano é, portanto, a contrapartida da desruralização do

produto, e, neste sentido, quanto menor a ponderação das atividades agrícolas no Produto, tanto maior a taxa de urbanização. Portanto, em primeiro lugar, o incremento da urbanização no Brasil obedece à lei do decréscimo da participação da agricultura no produto total. Sem embargo, apenas o crescimento da participação da indústria ou do setor Secundário como um todo, não seria o responsável pelos altíssimos incrementos da urbanização no Brasil. (OLIVEIRA, 1982 p.31).

A intervenção econômica de todos os setores da economia, que ocorreria nos estados da federação, ao transferir investimentos específicos para indústria, possibilitou o surgimento e o crescimento desse setor. Os agentes do capital não foram alterados de fato, mas houve novas organizações pautadas nesse novo setor, que não acontecia no país. Conforme Oliveira (2003, p.34)

"a quem serve o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil?". Com seus estereótipos de "desenvolvimento auto-sustentado", "internalização do centro de decisões", "integração nacional", "planejamento", "interesse nacional", a teoria do subdesenvolvimento sentou as bases do "desenvolvimentismo", que desviou a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes, justamente no período em que, com a transformação da economia de base agrária para industrial-urbana, as condições objetivas daquela se agravavam. A teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado período populista; se ela hoje não cumpre esse papel é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa de máscara.

Esse período populista, analisado por Oliveira (2003), ao consolidar as ações do Estado direcionadas às áreas urbanas, tem como intuito a expansão do processo de industrialização e urbanização. Compreendo que a configuração do território era estritamente agrária e a consolidação do urbano traz consigo novas necessidades, distintas daquelas direcionadas às especificidades do setor agroexportador.

O território nacional era tido como “arquipélagos” decorrentes do processo da economia colonial, com áreas fragmentadas e orientadas pela lógica econômica baseada na exportação de matérias primas. Com o processo de industrialização, reforça-se a ideia de unificação desse território para integração nacional e consolidação de um mercado consumidor interno, em vias de integração. Pela óptica do Estado, a premissa era a superação de entraves das barreiras naturais que retardavam a homogeneização do território, que historicamente pode ser observado por sua ânsia na superação do sertão, que era visto como uma limitação para a modernidade.

Neste sentido, o discurso sobre o “sertão” foi destinado apenas para as áreas vazias e não para designar as características comuns entre os povos que lá residiam. Amado (1995) afirma que os relatórios apresentados pelos viajantes, quando retornavam ao litoral, retratavam

como selvagens sanguíneos os habitantes “desses certões”, reforçando a ideia de antagonismos – entre litoral e sertão – para o selvagem e civilizado, além de apresentar a dimensão de tudo que é o outro: ao diferente se era atribuído como selvagem.

Isso foi reflexo da ideologia dominante do Estado brasileiro que buscava difundir a “modernidade” no país, em contraponto ao atraso materializado no território. Chaui (2004), ao analisar o processo ideológico presente no Estado - autoritário - brasileiro, resgata o pensamento de Plínio Salgado quando este afirma que o sertão é uma mentalidade, um estado de espírito, uma brasilidade com o sentimento da terra. Em contraponto a esse sertão de Plínio Salgado está a imagem do “oeste” e do “centro” do governo de Vargas, que em 1939 convida a população para marchar rumo ao “sertão” para levar o desenvolvimento na superação dos vazios.

Analisando o uso da palavra “sertão” na língua brasileira, no início do século XIX essa palavra era usada para designar vastas terras ou “áreas despovoadas do interior” do Brasil. “Quando digo ‘despovoado’, refiro-me evidentemente aos habitantes civilizados, pois gentios e animais bravios esta povoada até em excesso”, e a palavra “sertão ou certão” eram palavras polissêmicas para designar a área e o povo do interior (AMADO, 1995, p. 148). Segundo a autora:

Nesse sentido, “sertão” foi uma característica construída primeiramente pelos colonizadores portugueses, ao longo do processo de colonização. Uma categoria carregada de sentidos negativos, que absorveu o significado original dos lusitanos desde antes da chegada ao Brasil – espaços vastos, desconhecidos, longínquos e pouco habitados-, acrescentando-lhe outros, semelhantes aos primeiros e derivados destes, porém específicos, adequados a uma situação histórica particular e única: a da conquista e consolidação da colônia brasileira.

Assim, no Brasil colonial, “sertão tanto designou quaisquer espaços amplos, longínquos, desconhecidos, desabitados, ou pouco habitados, [...] como adquiriu uma significação nova, específica, estritamente vinculada ao ponto de observação, à localização onde se encontrava o enunciante, ao emitir o conceito, [...]. “Sertão”, já se viu, designava não apenas os espaços interiores da Colônia, mas também aqueles espaços desconhecidos inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião da civilização e da cultura [...] uma [categoria] foi sendo construída em função da outra (AMADO, 1995, p. 148, 149).

A concepção de sertão foi construída pelos portugueses para designar as terras pouco povoadas no interior em que, para um habitante de Lisboa, o Brasil correspondia a essas características e era um grande sertão, enquanto que para um habitante do Rio de Janeiro do século XVI, tudo que iria além da cidade era concebida como sertão, “por exemplo, na atual

Nova Iguaçu” (AMADO, 1995, p.149). Por outro lado, para outros habitantes do Brasil colônia, “sertões” aparece com um sentido oposto, como liberdade para pessoas que não tinham lugar naquela sociedade, para a qual, como assinala Amado (1995, p.150): “Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem falava”.

Assim, tudo que não era litoral se faz sertão e, “a invisibilidade da presença humana é muitas vezes levantada como um traço característico desses espaços não raros definidos como ‘vazios demográficos’ ou ‘terras desocupadas’” (MORAES, 2005), não se subordinando aos paradigmas da geografia tradicional que atrela as categorias às condições empíricas de um determinado espaço. Mas o sertão está além do ponto de vista clássico da geografia, como nas palavras de Guimarães Rosa (1988), citado por Moraes (2011, p.101), para o qual “o sertão está em toda parte”. O sertão é uma materialidade e uma realidade simbólica, uma construção de uma imagem de um espaço e das pessoas, sendo as características que compõem o imaginário do sertão como “um conjunto de juízos e valores adaptáveis a diferentes discursos e a diferentes projetos” (MORAES, 2011, p.101). O que se tem de mais presente no pensamento social brasileiro é um sertão como espaço de expansão, sempre representado na dualidade entre sertão e litoral, as áreas desconhecidas, tanto que a superação desse sertão, ou sua incorporação à modernidade, tem início com as expedições para o conhecimento das áreas.

No período imperial, os sertões brasileiros foram definidos como *locus* da barbárie, sendo sua apropriação legitimada como uma obra de civilização. Conhecer, conectar, integrar, povoar, ocupar, são metas que contrapõem a modernidade ao sertão, qualificando-o com espaço alvo de projetos modernizantes [...] (MORAES, 2011, p.107).

A discussão da interiorização da capital nacional apresentava como propósito a integração desse “sertão” ao país, o integrando com o moderno. Essa era uma das metas que se pautava para a mudança da Capital Federal, por meio do pretensu discurso científico e político de superação daquelas características que eram atribuídas às áreas do interior do país. O conceito sertão é designado para biomas e, como aponta Moraes (2011, p.108) é “um conceito nada ingênuo, veículo de difusão da modernidade no espaço”.

Conduzir o sertão à modernidade estava se ligava a uma concepção de não reconhecimento de uma área que fazia parte do território nacional, ao menos formalmente, mas que o litoral moderno desconhecia. Concepções sobre uma área que era adjetivada como sertão,

para os moradores do litoral, estava embutido de ideologia, conforme assegura Candice Vidal e Souza:

Agregam-se, então, na dualidade sertão e litoral, dimensões descritivas e propositivas. O relato sobre os *habitats* das formas sociais sertanejas e litorâneas estabelece valores em termos de gradientes de nacionalidade, escala em que se distribuem os lugares de acordo com sua proximidade a um modelo de nação desejável. Atribuição de posições pela comparação que, no caso do pensamento social, faz-se na direção litoral-sertão. O escritor opera distinções a partir de habitante do litoral, sobrevoando o panorama nacional, de onde destaca terras do interior como diferenças. Portanto as narrativas consideradas expõem vozes sobre o Brasil não (re)conhecer o Brasil, em linguagem geografizada, o país de cá não (re)conhece o país de lá. (VIDAL e SOUZA, 1997, p.39).

O “Brasil litorâneo” não se reconhecia no sertão, sendo este uma representação do espaço, uma *ideologia geográfica* negativa, que compreende as ações, pensamento, projeções e novas representações (LEITÃO JÚNIOR, 2014). A palavra sertão foi pensada por povos que não habitavam esse interior e, para além disso, que o desconhecia, fato que dificultava a construção da nacionalidade:

[...] revela-se, nesse mal-estar, a dupla situação que especifica o escrito sociográfico: construir um modelo de interpretação e avaliação da nacionalidade, lançando-se sobre o vasto Brasil do qual só se sabe que não é o mesmo espaço habitado e familiar, onde reside o narrador. Sendo apenas dois desafios cognitivos: saber o que significa o Brasil interior é condição para se conhecer por completo o Brasil. O pensamento se lança sobre o ignoto – desconhecido – de modo algum ignorado – tratado com indiferença –, por ser parte inegável da sociedade nacional, apesar de remota e distanciada em relação ao ambiente próximo dos patrícios da marinha. Em alguma medida, o litoral já é dado por conhecido. Só resta à literatura social escolher, como via preferencial de compreensão do Brasil, o rumo do interior: são olhares lançados para o sertão. (VIDAL e SOUZA, 1997, p.40).

Os olhares lançados para esse sertão foram os de um Estado civilizador que buscava a integração nacional, a construção de uma nacionalidade e se pautava na modernidade como garantia da consolidação de um país até então desconhecido e fragmentado. Para cada tempo histórico, surge uma nova necessidade de manutenção do território e principalmente para a manutenção do poder econômico e político para as classes dominantes.

Com o país extremamente agrário, a solução era a garantia do monopólio dos meios de produção e a manutenção da força de trabalho escrava para perpetuar a classe dominante, para assim, dar um rumo ao país. Com a proletarização do trabalhador, decorrente da transição do trabalho escravo para o assalariado, a saída se deu pela atribuição do valor às terras e a formação de um mercado interno para suprir as necessidades de produtos do país.

Essas foram algumas medidas que podem parecer pontuais, mas garantiram massivamente a manutenção da classe dominante. Entretanto, era preciso se dar a coesão necessária e, para a superação do dito atraso, uma das medidas para a industrialização foi se buscar levar a modernidade a todo o território nacional, ou seja, buscar superar os sertões.

A ideia de superação desses sertões acompanhava o processo de expansão da urbanização/industrialização brasileira, já que se intensificava a ideia de moderno em algumas áreas, com as indústrias, mas o atraso ainda era materializado na forma de sertão. Assim havia a necessidade de se pensar o processo urbano industrial e concomitantemente a superação dos “sertões” nacionais.

### **1.3 Dentre Capitais e Expedições: processos que precederam Brasília.**

Com as necessidades do espaço urbano, era necessário pensar políticas de Estado que garantissem infraestrutura para as cidades, como obras de saneamento e habitação e, daí, a necessidade de pensar as cidades para melhor planejá-las.

Villaça (1999) divide em três períodos a história do planejamento urbano no Brasil: o primeiro inicia-se no final do século XIX, por volta de 1875 e vai até o ano de 1930, compreendendo o período de embelezamento das cidades, onde as obras eram feitas priorizando projetos harmônicos. O segundo vai de 1930 até por volta de 1990, que consistiu na aplicação de técnicas com bases na ciência, que buscavam resolver os problemas urbanos. O último período corresponde a meados da década de 1990 e perdura até o início do século XXI, dando continuidade aos projetos do segundo período marcado pela ampliação das discussões sobre Plano Diretor. O autor afirma que no Brasil o planejamento urbano acabou sendo utilizado como uma fachada ideológica que ocultava as ações do Estado, diferindo do que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, onde o planejamento urbano correspondeu a uma ação concreta do Estado para legitimar suas ações.

Leme (1995) também periodiza a história da urbanização do Brasil em três períodos, mas utilizando como critério os planos de intervenção urbana: de 1895 a 1930; o segundo de 1930 a 1950 e; o terceiro de 1950 até 1965. No primeiro período, de 1850 a 1930, há a proposição de projetos de melhoramento das cidades existentes, com o alargamento de ruas

para o novo meio de transporte, o bonde, sendo que a maior atenção se dava na circulação, que se fazia como passagem, além de relação com demais centros produtores.

O segundo período, entre 1930 a 1950, é marcado pela elaboração de planos com uma visão de totalidade, com uma proposta de articulação entre os bairros e cidades. Os Planos de Avenida em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e, em menor expressão, no Recife, permitem a circulação de pessoas e mercadorias e preparam a cidade para a nova fase da industrialização de 1950.

O último período apontado pela autora, entre os anos de 1950 a 1965, inicia-se com os planos regionais e é marcado pelos processos de metropolização, em que houve novas formas de intervenção do Estado.

Embora esses projetos sejam geralmente voltados para os estudos das cidades, Brasília se constitui como a materialização de um ícone do urbanismo de sua época, por isso a pertinência de se apresentar algumas vertentes do urbanismo que interferem na formação do pensamento urbanístico brasileiro.

A Capital Brasília se tornou um marco quando se trata da construção de um espaço urbano como materialização de um projeto de Estado moderno. Mas antes da efetivação do projeto de Brasília como sede do governo federal houve outros projetos de transferência de capitais que são importantes de serem resgatados, já que forneceram subsídios para as discussões sobre a construção de Brasília.

Dentre os casos brasileiros destacados, o primeiro foi o da transferência da capital político-administrativa da Coroa Portuguesa no território da colônia em 1763, quando a sede do governo colonial é transferida da cidade de Salvador para a do Rio de Janeiro:

Eis a origem da transferência da capital do Brasil para o Rio de Janeiro, em 1763, no reinado do grande D. José I, de Portugal, a quem o Brasil talvez deva mais atenções e serviços e por quem foi unificado e elevado a categoria de vice-reinado (PIMENTEL, 1910, p.280).

Várias outras mudanças de capitais de unidades político-administrativas do Brasil eram discutidas e apresentadas na argumentação favorável à mudança da Capital Federal:

Aliás, a História Brasileira já oferece exemplos animadores de mudanças de capitais, do país e das suas unidades políticas, a dizerem do arrôjo e da capacidade dos brasileiros e do acêrto da medida quando conduzida hábilmente. Em 1763, a capital do país transferiu-se da Bahia para o Rio de



Janeiro, por ser êste local mais conveniente à administração do país, embora mais longínquo da côrte portuguesa, então sob o reinado de D. José I.

Em 1897, a capital do Estado de Minas Gerais se mudava de Ouro Preto para Belo Horizonte, em atitude inteligente e louvável do povo mineiro que, a um tempo, salvaguardou valioso patrimônio histórico - hoje cidade monumento nacional- e propiciou, em condições favoráveis e modernas, a expansão da sede do Estado.

Nos nossos dias, o povo goiano deu em 1942 análoga demonstração de capacidade e compreensão deslocando para Goiânia, previamente escolhida e projetada, a sede do govêrno, até então localizada na cidade de Goiás, que lá não oferecia condições de progresso.

Êsses são os exemplos mais frisantes, dentre tantos outros de mudança de sede dos governos das unidades políticas, que a nossa História acusa: Mato Grosso teve por capital, até à proclamação da Independência a cidade de Vila Bela; Amazonas sediou a capital na cidade de Barcelos até 1804, quando Manaus definitivamente lhe arrebatou o título; Alagoas transferiu em 1839 a capital da cidade de Alagoas para a de Maceió; Sergipe até 1855 teve o seu governo sediado em São Cristóvão; o Estado do Rio de Janeiro declarou Petrópolis sua capital em 1894, que aí se manteve durante cêrca de dez anos; o Rio Grande do Sul já teve Viamão por capital (1763); Piauí, em 1852, mudou de Oeiras para Teresina a sede do govêrno; há pouco tempo, a sede do Território do Acre deslocou-se de Cruzeiro do Sul para Rio Branco; e, mui recentemente, o extinto Território de Ponta Porã, na sua curta existência, usou duas cidades para capital, Ponta Porã e Maracaju (CASTRO, 1946, p. 133).

As discussões em torno da futura Brasília permeavam a questão da mudança da Capital para uma cidade já existente ou a construção de uma nova cidade para transferir a Capital Federal. Grupos políticos ligados principalmente a Minas Gerais e Goiás defendiam que a nova Capital Federal deveria ser localizada no território mineiro ou no interior de Goiás, em uma zona de transição entre áreas de maior e menor densidade demográfica, independente da possibilidade de se construir uma nova cidade ou aproveitar outra existente. O discurso desses grupos era sustentado por “argumentos científicos”, entretanto, é latente que o que mais pesava na indicação das áreas elegidas eram os interesses e compromissos dos políticos com seus Estados e cidades a que pertenciam.

Diante disso, dentre os vários processos anteriores de mudança de capitais no Brasil, dois ganharam maior destaque nas discussões sobre Brasília: os casos de Minas Gerais, que transferiu sua capital de Ouro Preto para a Cidade de Minas em 1897, a qual passa a chamar-se Belo Horizonte a partir de 1901 (IBGE, 2016); e de Goiás, cuja sede de governo foi transferida em 1942 da Cidade de Goiás para Goiânia. A principal semelhança entre esses casos era a questão da mudança da sede do governo para outra cidade, considerando a necessidade de deslocamento e instalação do quadro administrativo e a infraestrutura urbana existente no local da nova sede, sendo que em ambos os casos se optou pela construção de uma nova cidade para



abrigar a Capital do Estado. O caso da capital de Goiás foi amplamente discutido no texto *Goiânia uma cidade criada*, em que Azevedo (1941) aponta os caminhos percorridos, desde o projeto até a edificação da “capital artificial”, passando pela escolha do sítio para a edificação, às características físicas do lugar, até o plano viário para conectar a cidade às principais capitais, dentre outros aspectos que vinham sendo abordados também pelas Comissões que planejavam a transferência da Capital Federal.

Pena (1955), trazendo contribuições sobre as capitais mundiais, as divide em dois grupos: *Capitais Naturais* e *Capitais Artificiais*. As primeiras são cidades que já possuíam atrativos e fluxo de pessoas, tornando-se capitais, já que gozavam de certa autonomia em relação ao Estado em que exerciam uma força polarizadora antes da função administrativa, como são os casos de Paris (França), Londres (Inglaterra), Roma (Itália) e Lisboa (Portugal). No segundo caso, as capitais artificiais são compreendidas como cidades criadas para a função administrativa, que até podem exercer uma força polarizadora e agregar as pessoas, entretanto, não são fundadas com essa função, dentre as quais se destacam Washington (Estados Unidos) e Camberra (Austrália). Para Pena (1955, p. 78) “A capital natural nasce sôbre o terreno: a capital artificial nasce no mapa e é, em seguida, transportada para o terreno a golpe de milhões e de fôrça de vontade”.

Na discussão sobre a construção de uma cidade com a finalidade de abrigar a sede político-administrativa, estava em debate a “posição” da capital e o “sítio” que deveria abrigá-la:

A "posição" de uma capital é essencialmente uma questão geopolítica e a sua escolha não depende da opinião dos técnicos, porém exclusivamente de decisão política em função dos objetivos políticos que se pretende alcançar. Reproduzirei aqui as definições do professor Fábio de Macedo Soares Guimarães, geógrafo da Comissão de Localização da futura capital da República. "Entende-se por sítio o conjunto de aspectos intrínsecos do local em que se acha a cidade, bem como das zonas imediatamente circunvizinhas. São as características do relêvo, do clima, da vegetação, etc. da área ocupada pela cidade e suas circunvizinhanças, consideradas em si mesmas". "Por posição compreende-se a situação da cidade em relação a outras áreas distintas, mesmo que muito afastadas, em relação ao conjunto do país e até do continente, em suma. Não é um conceito puramente geométrico, que se possa exprimir simplesmente pelas coordenadas geográficas (latitude e longitude), pois envolve considerações a respeito das condições geográficas de outras áreas que não aquela que se acha estritamente ocupada pela cidade. Tais considerações se referem, por exemplo, à situação da cidade em relação a acidentes geográficos distantes, tais como as grandes linhas do relêvo, os cursos d'água importantes, as fronteiras políticas, as vias mestras de transporte e comunicação; à proximidade ou afastamento do mar; às suas

relações com outras cidades e outras regiões do país, tendo em vista as facilidades ou dificuldades de comunicação, de intercâmbio econômico, etc". (PENA, 1955, p.78).

Os textos das Comissões para estudo da mudança da Capital Federal comumente se baseavam na apresentação de sítios, abordando as características físicas/naturais do lugar, ficando a cargo dos militares a localização, o que definiria a “posição” ou “situação” da nova capital no território. As Comissões exploratórias só surgiram após a Constituição Federal de 1891, que previa que a nova Capital seria no Planalto Central, em a área que não havia sido discutida, mas apenas apresentada para estudo. Dentre os possíveis sítios, era necessário pensar uma posição, o que não ficava a cargo dos cientistas, mas sim dos políticos.

A primeira intenção de transferência da capital para o interior do país surge com os Inconfidentes Mineiros, apontando a cidade de São João Del Rei-MG como a mais propícia para receber a nova sede de governo. Pautados nas vantagens estratégicas, demográficas, econômicas e de desenvolvimento, o Visconde de Porto Seguro<sup>8</sup>, defensor dessa ideia, ainda no Império afirmou que o projeto “da mudança da Capital do Brasil para o sertão [foi] concebido, se pode dizer, pelos patriotas da Conjuração Mineira de 1789” (CASIMIRO NETO, et al., 2010, p.33).

Com a transferência da sede do governo colonial da cidade de Salvador para a do Rio de Janeiro e, posteriormente, com a mudança da Família Real de Portugal para o Brasil em 1808 e a instalação da corte na cidade do Rio de Janeiro, passou-se a discutir o processo de interiorização da capital como fator pertinente à defesa nacional. Alguns saques na cidade do Rio de Janeiro foram primordiais para suscitar tais discussões e, o caso da Baía de Guanabara é emblemático nessa questão, colocando como urgente a reflexão da defesa do território. No ano de 1711, 5.764 homens, sob o comando do corsário francês René Duguay-Trouin, invadiram a Baía de Guanabara, custando à cidade um resgate de 610.000 cruzados de moedas, 100 caixas de açúcar e 200 cabeças de gado. Diante desses acontecimentos, a cidade do Rio de Janeiro passou a ser apontada como passível de sofrer novos ataques e a se cogitar uma nova área, de menor vulnerabilidade, para receber a capital (CASIMIRO NETO, et al., 2010).

A mudança da Capital era discutida por outras personalidades da época como Hipólito José da Costa, que escrevia para o *Correio Brasiliense* defendendo a interiorização. Hipólito

---

<sup>8</sup> Francisco Adolfo de Varnhagen, conhecido por Visconde de Porto Seguro, diplomata militar e historiador, era um defensor da mudança da Capital Federal.

publicou no ano de 1813 um artigo em que levantava a questão da transferência da capital do Brasil. José Bonifácio de Andrade e Silva, o Patriarca da Independência, no ano de 1821 escreveu instruções aos parlamentares paulistas às Cortes de Lisboa recomendando a mudança da capital. Apontava a comarca de Paracatu-MG como posição geográfica favorável, pela proximidade de outras comarcas, pelo clima local, além de destacar que os rios da região eram navegáveis, possibilitando a conexão a outros lugares do país. O texto de José Bonifácio foi apresentado à Assembleia Geral e Constituinte do Império do Brasil, mas não chegou a ser apreciado.

Já no período imperial, no ano de 1831 foi apresentado à Câmara dos Deputados o primeiro projeto legislativo acerca da transferência da capital:

Naquele ano, o deputado paraense João Candido de Deus e Silva apresentou projeto de lei n. 191, com o propósito de que “o Governo mande, por pessoas hábeis e inteligentes, levantar no interior do Império o ponto central dele, para ali se identificar como capital do mesmo”.

Em 1833, foi apresentado à mesa da Câmara dos Deputados requerimento, de autoria do deputado Ernesto Ferreira França, de Pernambuco, para que se reimprimisse “a proposta [memorial] de autoria do deputado José Bonifácio de Andrade e Silva sobre a mudança da capital do Império para o interior do Brasil”. (CASIMIRO NETO, et al., 2010, p.41-42)

As preocupações desse período com a transferência da capital para o interior do território eram referentes a questões pertinentes à defesa nacional, tendo como foco principal a localização da capital em uma área litorânea, mais vulnerável a ameaças externas em uma época em que invasores do território e inimigos distantes vinham principalmente pelo mar. As primeiras discussões sobre essa questão no Senado são datadas do ano de 1852, apresentadas por Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, que defendia um levantamento sobre o terreno correspondente à área entre 10 e 15 graus de latitude Sul. Visconde de Albuquerque, como era conhecido, teve sua proposta contestada no Senado, no ano de 1875, pelo então senador José Martins Cruz Jobim, que defendia uma mudança para a região do Vale do Rio Paraíba do Sul. Visconde de Porto Seguro, no ano de 1877, deu uma importante contribuição para a época, viajando para o Planalto Central para encontrar um sítio adequado para a transferência da Capital (CASIMIRO NETO, et al., 2010).

A mudança da capital volta a ser discutida com a Proclamação da República e a Constituição de 1891, da qual Lauro Müller, que ocupou vários cargos de destaque na República Velha, foi autor da emenda que deu origem ao artigo:

Art. 3º- Fica pertencendo à União, no Planalto Central da Republica, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital. (CASIMIRO NETO, et al., 2010, p.53).

Em 1892, durante a presidência de Floriano Peixoto, é encomendada uma missão para cientistas explorarem a área central do país, demarcando o local que poderia abrigar o Distrito Federal (SENADO, 2013). O grupo explorador era composto por 21 pessoas lideradas por Louis Ferdinand Cruls, razão pela qual a expedição ficou conhecida por Missão Cruls. O objetivo desta Missão era demarcar uma área de 14.400Km<sup>2</sup>, conforme determinação da Constituição de 1891. Esta equipe era composta,

[...] além da presença de Cruls, com dois astrônomos, dois médicos, cinco secretárias assistentes, um farmacêutico, um botânico, dois engenheiros mecânicos, quatro muleteiros, um oficial de comando e dois oficiais subalternos. O total do equipamento, incluindo teodolitos, sextantes, cronômetros, barômetros, câmara e laboratório fotográficos, ocupavam 206 caixas e pesavam quase 10.000 quilos (ANDERMANN, 2004, p.2).

Assim sendo, em 17 de maio de 1892, o então Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Dr. Antônio de Faria, determina que:

Em observancia á disposição constante do art. 3º da Constituição Federal, e para dar cumprimento á resolução do Congresso Nacional, que consignou na lei de orçamento em vigor a verba destinada á exploração do planalto central da Republica e consequente demarcação de area, que deve ser ocupada pela futura Capital dos Estados Unidos do Brazil, é n'esta data nomeada a commissão encarregada de taes trabalhos, cuja direcção é confiada ao vosso conhecido zelo e provada competência.

No desempenho d'esta importante tarefa deveis proceder aos estudos indispensaveis ao conhecimento exacto da posição astronômica da area a demarcar, da orographia, hydrographia, condições climatológicas e hygienicas, natureza do terreno, quantidade e qualidade das aguas, que devem ser utilizadas para o abastecimento, materiaes de construcção, riqueza florestal, etc., da região explorada e tudo mais que directamente se ligue ao assumpto, que constitue o objeto de vossa missão. (PIMENTEL, 1985, p.20-21).

Os principais objetivos que determinaram os trabalhos desta Missão foram: verificar quais as condições reais que caracterizavam a área central do país; promover um arcabouço de informações que demonstre quais as condições para a instalação da nova capital federal; elucidar quais eram os meios para integrar a capital ao restante do território para poder demonstrar como seriam as vias e estradas que facilitariam o acesso; e, por fim, garantir a articulação da área da nova capital à totalidade do território nacional, ou seja, articular o centro com o restante do país.

No dia 9 de junho de 1892, a comissão parte do Rio de Janeiro para Uberaba-MG, último ponto da Estrada de Ferro Mogiana, para dar início aos trabalhos que seriam realizados posteriormente. Segundo Pimentel (1985), a Comissão, logo no início de suas atividades, já se deparava com algumas problemáticas referentes ao desconhecimento da geografia da região. O fragmento a seguir demonstra algumas das preocupações da Comissão Cruls e algumas dificuldades encontradas no desenvolvimento do projeto. Conforme o autor:

[...] a falta de conhecimento exactos do interior do nosso vasto e desconhecido Brazil faz crer á muita gente a existencia de insuperaveis difficuldades nos serviços de construcção de estrada de ferro, difficuldades que de facto não se encontram como o Sr. Dr. Cruls, chefe da Commissão, já demonstrou cabalmente. (PIMENTEL, 1985, p. 19).

A Comissão teve o papel de desmistificar impressões gerais do Planalto Central concebidas pela população que habitava o litoral brasileiro, uma vez que a sua particularidade geográfica não era do conhecimento destas pessoas. A mesma desempenhou o papel de apresentar as singularidades do interior do país e demonstrar que as dificuldades encontradas não eram tão alarmantes como imaginada e, ainda que a área fosse apresentada como inóspita, os membros do projeto tinham a incumbência de demonstrar e viabilizar as possibilidades concretas de ocupação.

Tendo a viabilidade do projeto da transferência da capital como intenção primordial, a Comissão preocupava-se com a instalação de rodovias que possibilitariam a conexão do Planalto Central com o litoral. Desta forma, este projeto de ocupação foi responsável por fornecer importantes características desta região. A Comissão foi incumbida pela identificação das bacias hidrográficas existentes na região, tendo como finalidade viabilizar o abastecimento de água para a capital, assim como, identificou e demonstrou as possibilidades de exploração dos recursos minerais da área.

O compêndio de informações da área progressivamente aglutinadas pelos membros da Comissão foi imprescindível para compreensão das condições objetivas, bem como para se pensar e realizar o planejamento do território nacional. O relatório da Missão comandada por Luis Cruls representava uma reflexão geográfica e histórica da área investigada, como pode ser observado pelo fragmento:

Nutrimos pois a convicção de que a zona demarcada apresenta a maior somma de condições favoráveis possíveis de se realizar, e próprias para n'ella edificar-se uma grande Capital, que gozará de um clima temperado e sadio, abastecida com aguas potáveis e abundantes, situada em região cujos terrenos,

convenientemente tratados prestarse-hão ás mais importantes culturas, e que, por um systema de vias-ferreas e mixtas convenientemente estudado, poderá facilmente ser ligado com o litoral e os diversos pontos do territorio da Republica. (CRULS, 2003, p.19).

Havia preocupações sobre a concentração da população nas áreas litorâneas e, nesse sentido, a Comissão Cruls apresentava apontamentos críticos sobre esse tipo de ocupação, defendendo a ocupação do interior do país. Desse modo, é sustentada toda uma argumentação científica que instrumentaliza a intenção do Estado em ocupar uma área interiorana e as características apresentadas pelo Relatório Cruls favoreceram tal política de Estado.

Ainda no período que compreende a República Velha (1889-1930) foram apresentados oito principais Projetos de Lei relativos à mudança da capital, quais sejam: I) Projeto de Lei n. 245, de 19 de agosto de 1893, de autoria dos Deputados Sebastião Fleury Curado (GO) e Belarmino Augusto de Mendonça Lobo (PR), que autorizava o estabelecimento de uma administração provisória no Planalto Central, conforme previa a Constituição Federal de 1891; II) Projeto de Lei n. 60, de 17 de junho de 1895, dos deputados Lauro Müller (SC), Joaquim Nogueira Paranaguá (PI) e Urbano Coelho Gouvêa (GO), que declarava ser federal o território demarcado pela Comissão Cruls, no; III) Projeto de Lei n. 206, de 11 de outubro de 1899, de autoria do deputado Melcíades Mário de Sá Freire (DF), que autoriza o poder executivo a transferir a capital para Minas ou outro ponto do Planalto Central; IV) Projeto de Lei nº 30, de 9 de dezembro de 1905, do senador Joaquim Nogueira Paranaguá (PI) entre outros, autorizando o poder executivo a mudar a Capital Federal conforme o Art. 3º da Constituição Federal vigente, para o local demarcado no Planalto central até a data de 1921; V) o Projeto de Lei. 223, de 11 de outubro de 1911, de autoria dos deputados Eduardo Arthur Sócrates (GO), Antônio Ramos Caiado (GO), Francisco Joaquim Bittencourt da Silva e Filho (DF) e João Bulhões Mattos Marcial (DF), que autoriza construções para abrigar a nova capital; VI) Projeto de Lei. 246, de 23 de dezembro de 1914, dos deputados Manoel Corrêa de Freitas (PR), Camilo Felinto Prates (MG) e Maurício Lacerda (RJ), que autoriza abrir crédito necessário para a construção da nova capital; VII) o Projeto de Lei n. 82 de 29 de novembro de 1919 do senador Justo Chermont, manda abrir concorrência pública para construir sem ônus ao Estado a nova Capital Federal, independente do local de construção, todavia esse projeto de lei foi vetado (CASIMIRO NETO, et al., 2010, p.61) e; VIII) Projeto de Lei n. 680 de 7 de setembro de 1921, dos deputados Antônio Americano do Brasil (GO) e Marcelino Rodrigues Machado (MA), determinando que na data do centenário da Independência do Brasil, a comemorar-se no ano seguinte, fosse lançada a pedra fundamental da nova Capital Federal do Brasil:



Esse oitavo Projeto de Lei foi apresentado à Câmara dos Deputados para cumprimento na data de comemoração do centenário da Independência do Brasil, que se completaria um ano depois de sua apresentação,

[...] determinando que “a pedra fundamental da capital federal seja lançada ao Planalto Central de Goiás ao meio-dia de 7 de setembro de 1922”. Aprovado e enviado ao Senado Federal, foi processado naquela casa legislativa como projeto de lei n. 270, de 24 de dezembro de 1921. A proposição foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República. A placa efetivamente foi chantada no sopé do morro do Centenário, na área previamente demarcada por Luís Cruls, nas imediações da atual cidade satélite de Planaltina, pelo engenheiro Balduino Ernesto de Almeida, diretor da Estrada de Ferro de Goiás, representando, no ato, o presidente da República, por força do decreto n. 4.494, de 1922 (CASIMIRO NETO, et al., 2010, p.60-61).

Com o lançamento da Pedra Fundamental para a construção da nova Capital Federal, assim como a vigência de legislaturas que legitimavam a construção da mesma, este projeto foi colocado em pauta no governo provisório de Getúlio Vargas. Em 1934, Vargas promulgara a terceira carta Constitucional do Brasil, sendo que, ainda no período de sua elaboração, há algumas propostas sobre a mudança da capital, como as de Luiz Cavalcanti Sucupira (CE), que tem como sugestão a transferência da Capital Federal para a cidade de Campinas (SP), e Alberto Surek (MG), sugerindo por sua vez, a transferência da Capital da União para a cidade de Belo Horizonte (MG).

Durante o período da efetivação da Constituinte de 1933, a mudança da Capital Federal ficou prevista nas disposições provisórias presentes no:

Art 4º - Será transferida a Capital da União para um ponto central do Brasil. O Presidente da República, logo que esta Constituição entrar em vigor, nomeará uma Comissão, que, sob instruções do Governo, procederá a estudos de varias localidades adequadas à instalação da Capital. Concluídos tais estudos, serão presentes à Câmara dos Deputados, que escolherá o local e tomará sem perda de tempo as providências necessárias à mudança. Efetuada esta, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado. (BRASIL, 1934).

Essa Constituição foi substituída em 1937, quando é implantado o Estado Novo por Getúlio Vargas, lançando em Goiânia, a Marcha para o Oeste, tendo como norteadora a ocupação das áreas de fronteira, vistas pelo Estado como áreas de “vazios demográficos”, aptas a serem ocupadas:

Associada às transformações internas de Goiás e Mato Grosso (MT e MS), nos anos de 1930-45 houve uma política deliberada do governo federal de ocupação das fronteiras, de preenchimentos dos *vazios* conhecida por *Marcha para o Oeste*. Tratava-se de uma política de integração do mercado nacional,

a partir da qual torna-se nítido o novo padrão de acumulação sob o comando da economia paulista. Até então, os novos surtos econômicos eram localizados e descontínuos; a partir dos anos 30, o modelo implantado para a economia nacional objetiva superar o capitalismo agrário e mercantil, assentado na atividade exportadora, buscando uma nova ordem econômica, presidida pela dinâmica industrial e pelo mercado interno. (GUIMARÃES e LEME, 2002, p.35).

A efetivação desta política promoveu a integração do território em áreas que antes dependiam exclusivamente das articulações inter-regionais, passando a estabelecer conexões entre a região Centro-Oeste àquela denominada Centro-Sul. Verificamos, assim, a consolidação do processo de integração nacional, no qual a ligação com o comando econômico do estado de São Paulo desempenha um importante fator, a saber, a articulação com o mercado consumidor mais expressivo do país, resultando em uma intensificação da divisão territorial do trabalho.

Para além da construção de Goiânia e de Brasília, consideramos que a intensificação da migração para região Centro-Oeste se deu a partir da ocupação de fundos territoriais, como abordado por Moraes (2000; 2005), o que tornou propício a agricultura capitalista naquela região, alterando inclusive a dinâmica urbana na mesma (FREDERICO, 2008). Verificamos, portanto, a consolidação de um processo conhecido como “*Marcha para o Oeste*”, marcada por baixo desenvolvimento econômico, em comparação com as regiões economicamente expressivas do país:

Os movimentos de ocupação do Centro-Oeste a partir da década de 30 ocorreram principalmente por meio de políticas de colonização oficial. - Durante o Governo de Getúlio Vargas foram dotadas políticas específicas para o desenvolvimento da região central do Brasil, com forte conotação nacionalista, sob o lema “*Marcha para o Oeste*”. Durante o primeiro período de governo de Getúlio Vargas (1930-1945), ocorreu reduzida ocupação da região que se concentrou principalmente no sul de Mato Grosso, sudeste de Goiás na área chamada “*Mato Grosso de Goiás*”. Em Goiás, a mudança da capital do Estado, da cidade de Goiás para Goiânia, em 1937, deslocou o eixo sócio econômico da região para um lugar praticamente desocupado, e em 1940 Goiânia já tinha 48.165 habitantes (Guimarães e Leme, 1998). Transformações como estas foram fruto de políticas deliberadamente voltadas a ocupações de vazios demográficos principalmente na Região Norte e Centro-Oeste [...] (HOGAN, et al, 2010, p.182).

Nesse período, é perceptível a compreensão de que o plano político que se inscreve no discurso do Estado, na qual a *Marcha para o Oeste* e a sua efetivação era anunciada como ampliação da ocupação de terras agricultáveis no território brasileiro e, como elemento não menos importante, tinha como princípio norteador levar o desenvolvimento para esta área, além de conduzir à modernização. As cidades desta região passaram a contar com uma maior infraestrutura, possibilitando melhor articulação com São Paulo, o centro econômico e



consumidor mais expressivo do país neste período. Tal projeto de desenvolvimento teve como continuidade o Plano de Metas já no período Juscelino Kubitschek (1956-1961).

O contexto histórico que engendraria programas de desenvolvimento para a conhecida “Marcha para o Oeste”, foi sem dúvida a interferência de maior vulto para a região que abrigaria a nova Capital do país, tendo Getúlio Vargas como precursor. As discussões mudancistas não apareciam com destaque nesse momento, retomando com maior visibilidade com o fim da ditadura Vargas e o período de redemocratização do país, concretizado em 1945. Neste contexto de retomada da democracia, o Brasil volta a se institucionalizar no ano de 1946 e é durante a Assembleia Nacional Constituinte que a ideia da transferência da capital ressurgiu, com uma discussão acalorada no Plenário da Câmara sobre diferentes projetos para o país.

Como membro dessas discussões, figurava João Fernandes Campos Café Filho<sup>9</sup>, que defendia a cidade de Goiânia como local mais apropriado para a transferência da capital:

No meio das discussões, corria o boato, posteriormente atribuído a Café Filho, de que Goiânia seria a nova capital, o que angariou, evidentemente, o apoio de Pedro Ludovico, Diógenes Magalhães, Dário Cardoso e João D’Abreu, todos constituintes goianos, que originalmente defendiam a ideia da implantação da nova capital no quadrilátero demarcado por Luís Cruls. De outra parte, os constituintes mineiros, Benedito Valadares, Israel Pinheiro, Daniel Carvalho, Juscelino Kubitschek de Oliveira, encabeçados pelo também mineiro Lucas Lopes, ministro dos transportes dos presidentes Café Filho e Nereu Ramos, promulgaram a localização da nova capital no Triângulo Mineiro (CASIMIRO NETO, et al., 2010, p.64-68).

Políticos mineiros como Benedito Valadares<sup>10</sup> e Juscelino Kubitschek<sup>11</sup> defendiam a transferência da capital para o Triângulo Mineiro e, pautados nos estudos do engenheiro Lucas Lopes e de Pedro Ludovico Teixeira<sup>12</sup>, defendiam uma mudança temporária para Goiânia e posteriormente a mudança definitiva para a área demarcada pela Missão Cruls (SENRA, 2010, p. 24). As ações que se seguiram a essas discussões partiram da Constituição Federal de 1946, promulgada no dia 18 de setembro do mesmo ano, vencendo por maioria dos votos a mudança da capital para o Planalto Central, em detrimento de outras cidades já existentes, ou seja, o projeto vitorioso nessa circunstância foi a de se construir uma capital artificial.

---

<sup>9</sup> Na época deputado estadual pelo PRP (Partido Republicano Progressista) eleito em 1945 na primeira eleição realizada após o fim do estado novo.

<sup>10</sup> Deputado Federal pelo (PSD) Partido Social Democrático, eleito em 1945.

<sup>11</sup> Prefeitos de Belo Horizonte (1940-1945). Deputado constituinte, em 1946, pelo PSD (Partido Social Democrático).

<sup>12</sup> Senador na legenda do PSD (Partido Social Democrático), (FGV-CPDOC, 2014).

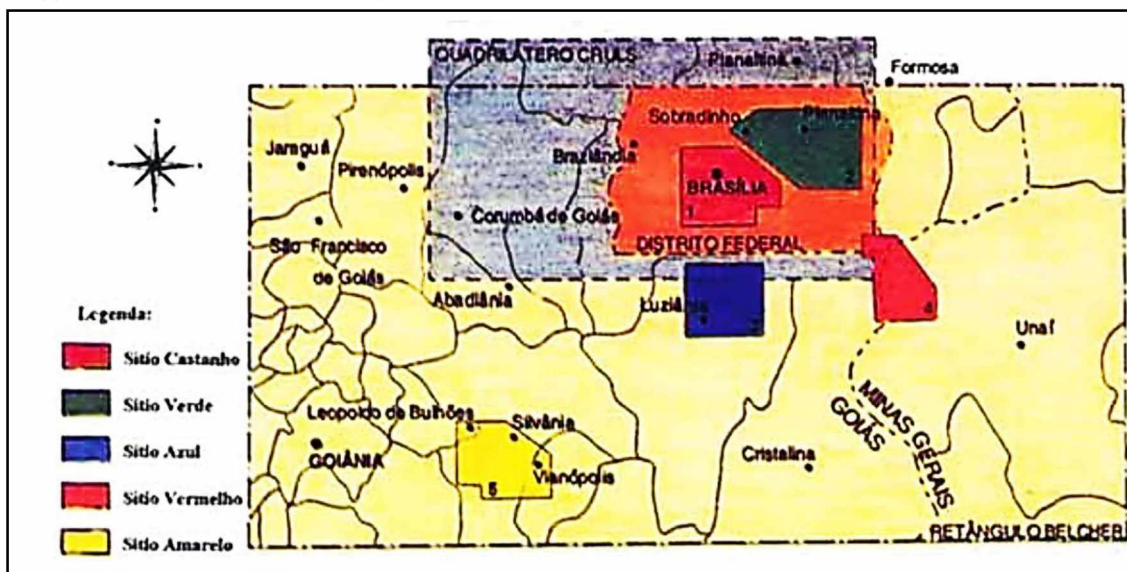
O presidente Eurico Gaspar Dutra nomeou uma nova Comissão de técnicos para realizar os estudos necessários sobre a localização da área, liderada pelo general Djalma Poli Coelho, engenheiro militar e diretor do Serviço Geográfico do Exército.

Uma parte dessa Comissão, liderada por Lucas Lopes, apontava a região do Triângulo Mineiro, com uma área de 6.000 km<sup>2</sup>, como a melhor opção para a construção da nova Capital Federal. Todavia, a região escolhida pela Comissão de Poli Coelho optou por uma área de 78.000 Km<sup>2</sup>, demarcada pelo roteiro da Missão Cruls, que abrangia, inclusive, o quadrilátero Cruls com seus 14.400Km<sup>2</sup>. Entregue a proposta ao então presidente Eurico Gaspar Dutra (1948), o mesmo a encaminhou ao Congresso Nacional e, conforme Vesentini (1986):

De 1946 em diante a idéia de se transferir a Capital do Brasil para o Interior passa a crescer e torna-se uma possibilidade bastante viável. Após ter sido reavivada em 1946 e ter provocado intensos debates nas duas casas do Congresso de 1946 a 48, essa questão prossegue com os trabalhos da Comissão presidida por Djalma Polli Coelho, nomeada por Marechal Dutra. Este, ao receber o relatório dessa Comissão, envia em 1948 uma mensagem ao Congresso Nacional propondo que seja aprovada uma lei que torne imperativa essa mudança. Depois de quase cinco anos de estudos, o Congresso aprova, em 1952, uma lei que manda realizar pesquisas definitivas, no Planalto Central, para a escolha de um sítio onde seja edificada a nova Capital. Com a sanção da lei, o então presidente Getúlio Vargas designa uma nova comissão de localização da nova Capital Federal, presidida pelo general Agnaldo Caiado de Castro. Com o suicídio de Vargas, em 1954, João Café Filho convida o marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque para presidir essa Comissão e dinamiza-la (VESENTINI, 1986, p.92).

A primeira iniciativa da Comissão, liderada então pelo marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, foi consolidar a assinatura de um contrato com a empresa de Aerofotogrametria Cruzeiro do Sul, que forneceria material para o mapeamento da área para escolha do sítio onde seria edificada a nova capital. Essa metodologia não tinha sido utilizada em outras Comissões, já que era incomum entre os pesquisadores brasileiros da época. Assim, foi contratado o serviço da empresa norte-americana *Donald J. Belcher and Associates Incorporated*, para realização da interpretação das fotografias aéreas e para a produção de material cartográfico para escolha dos sítios. Os estudos indicaram cinco melhores sítios para evitar a especulação imobiliária, conforme a figura 1 (CASTIGLIONE, 2010).

Figura 1 - Sítios escolhidos pela Comissão José Pessoa



Fonte: Arquivo público do distrito Federal (Apud CASTIGLIONE, 2010, p. 103).

Os sítios contavam com uma área de 1000 Km<sup>2</sup>, cada um representado por uma cor: castanho, verde, azul, vermelho e amarelo (respectivamente, áreas de números 1 a 5 no mapa acima). Com base nesse relatório o sítio castanho foi selecionado e a área escolhida está inserida no quadrilátero que a Missão Cruls havia indicado. O nome sugerido à nova capital, por José Pessoa, foi Vera Cruz, nome também sugerido por Luís Cruls. Ficou decidido que a nova capital seria construída há 25 Km da cidade de Planaltina (GO).

Em 1955 há a desapropriação da fazenda Bananal, onde hoje se encontra o Plano Piloto de Brasília. No mesmo ano, o então governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, elegeu uma área de 5.850 Km<sup>2</sup> a ser desapropriada para a construção da nova capital federal, além de promulgar o decreto n. 1.258 que instituía “a Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal” (CASIMIRO NETO, et al., 2010, p.69).

Assim, como afirma Casimiro Neto, et. al. (2010), quando Juscelino Kubistchek assumiu a presidência do país no ano de 1956, a área para a nova capital já havia sido previamente selecionada. Neste contexto, a urbanização e a consequente integração nacional eram tidas como necessárias para a implantação do projeto de modernização planejada pelos militares.

## Capítulo II

# REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

INSTITUTO  
BRASILEIRO  
DE GEOGRAFIA  
E ESTATISTICA



ANO II

JANUÁRIO DE 1940

N.º 1

# BOLETIM GEOGRÁFICO

INFORMAÇÕES  
NOTÍCIAS  
BIBLIOGRAFIA  
LEGISLAÇÃO

MENSÁRIO



CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

ANO II

FEBREIRO DE 1940

N.º 2

Revista Brasileira de Geografia, Boletim Geográfico  
Acervo (IBGE)

## Capítulo 2 - Revista Brasileira de Geografia e o Boletim Geográfico: instâncias de divulgação do pensamento ibgeano

---

A criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ocorreu no período de centralização do poder político em torno do Estado, num processo histórico produtor de uma estrutura própria que praticamente obrigou a um papel centralizador do Estado brasileiro na construção de uma identificação nacional quanto aos problemas e, portanto, também quanto às soluções. Deste modo, a criação do Instituto permitiu justificar cientificamente as condições de vida da população brasileira, antecedida pelas questões econômicas e políticas verificadas pela função do planejamento do Estado brasileiro. O Instituto surgiu num processo histórico de fortalecimento dos Estados pelas questões econômicas baseadas nas políticas keynesianas e, deste modo, é fundamental compreender sua fundação, ligada às condições herdadas da superação da crise econômica mundial de 1929.

O IBGE, portanto, precisa ser pensado por meio de relações mais amplas, as quais são identificadas em duas vertentes: uma de base filosófica, sustentada pelo neopositivismo, e outra econômica, de ordem keynesiana.

Essas duas vertentes se completaram e fundamentaram os discursos científicos, assim chamados de competentes pela perspectiva de Chauí (1982), e deram sustentação para pensar e repensar as condições da centralidade do papel do Estado no planejamento nacional. Os artigos aqui analisados foram escritos de um modo em que a política aparece mais próxima a um “detalhe”, isto é, os discursos científicos muitas vezes, de forma ideológica, constituíram-se como a negação da própria política. Para a autora,

O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo cânones da esfera de sua própria competência (CHAUÍ, 1982, p.7).

A criação do IBGE traça um caminho a ser percorrido por pesquisadores geógrafos e por profissionais de outras áreas, influenciando o pensamento da época. Muitos dos trabalhos

do final da década de 1930 e 1940 tiveram influência dessa instituição oficial, cujo documento de criação informava que o intuito desse órgão era de prestar um serviço à comunidade científica com a divulgação de normativas e a produção de dados para pesquisadores e professores, além de produzir dados para o Estado brasileiro sobre demografia, hidrografia, levantamento de solos, entre outros. A produção desses dados pela instituição era utilizada com a finalidade de pensar o território para, enfim, planejá-lo.

Como divulgações oficiais, parte dos materiais produzidos pela instituição estão em dois periódicos: a Revista Brasileira de Geografia e o Boletim Geográfico, que refletem parte das discussões e reflexões do IBGE e de pensadores ligados à Instituição. Analisar a produção do IBGE através dos periódicos, de seus conteúdos e como eles repercutiam em determinadas discussões, nos faz compreender como era a visibilidade da ciência geográfica, bem como a importância dos autores para sua época. No caso do tema dessa pesquisa, a Mudança da Capital, a análise da produção nos periódicos nos possibilita reconstruir a trajetória percorrida pelos autores e com quem eles dialogavam. Permite-nos compreender também se as ideias divulgadas nos periódicos refletiam as discussões sobre Brasília e, ainda, se esses autores eram considerados nas tomadas de decisões por parte do Estado ou, se o Estado era quem definia previamente quem seriam os autores.

Deste modo, elencar o contexto de criação do IBGE, sua função, a criação das revistas e seus principais autores, dá suporte para identificar se existiu, de fato, um pensamento da Instituição e, se ela tem repercussão em seus periódicos, se os autores utilizavam as revistas para debaterem ou divulgar um pensamento hegemônico, por meio de um discurso oficial para o país justificado através da ciência, pelo próprio Estado.

## **2.1 A criação do IBGE: sua função e desafio**

Entender o passado colonial brasileiro e as relações sociais da época é fundamental para à compreensão das relações sociais da atualidade, bem como a atual configuração do território. Para Moraes (2005) o ordenamento político se expressa através das formas dos grupos que os constroem, controlando o uso do espaço e de seus recursos, além de definir os modos de apropriação da natureza. No caso brasileiro, segundo o autor, a base material do território tem grande importância para a formação territorial brasileira.

Uma das formas de se analisar o processo de surgimento de um Estado moderno, se dá a partir de sua formação territorial, ou seja, a partir de suas relações de poder e domínio territorial, organizada e operada como espaço político, jurídico, econômico e cultural. Portanto, é indispensável que haja a abordagem histórica deste processo, o que permite a Moraes (2005) conceber a Geografia como uma história territorial.

Data do ano de 1889 o primeiro estudo encomendado pelo Império para se mensurar a área do país através das cartas do Império, chegando a uma dimensão estimada em 8.337.218 Km<sup>2</sup>. Diante desses dados, tornava-se mais evidente a extensão do país, permitindo analisar e planejar ações sobre o território de maneira mais concreta (IBGE, 2013). É a partir de 1922 que a estimativa do território passa a ser realizada pela Comissão Organizadora da Carta do Brasil, do Clube de Engenharia e, somente com o Decreto-Lei nº 237, de 02/02/1938, a estimativa das bases territoriais tornou-se atribuição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através do Conselho Nacional de Geografia.

Para Penha (1993), o Brasil, até então, não tinha mensurado sua grandeza física, inviabilizando levantamentos estatísticos. Não havia informações precisas sobre limites territoriais relativos aos níveis municipal, estadual e federal. Era necessário superar essas dificuldades para conhecer a realidade brasileira e zelar pela segurança do país. Assim, para o autor

O Brasil não tinha dessa maneira, a medida exata de sua grandeza física, porque lhe faltavam os elementos indispensáveis à perfeita definição de sua imagem. Por conta do desconhecimento do quadro territorial em detalhes, os levantamentos estatísticos quase sempre resultavam em fracasso. A própria administração pública brasileira, nos três planos de sua constituição federal e municipal, deparava-se com uma questão de fundamental importância que era a do desconhecimento da ubiquação e condições topográficas de sua área de jurisdição. O problema dos limites interestaduais e intermunicipais, criou sérios entraves à harmonia de interesses e à boa marcha dos negócios do governo do País. Tamanhas e tão profundas irregularidades que tanto dificultavam o conhecimento de numerosos aspectos da realidade brasileira estiveram, assim, a exigir soluções, em nome da própria defesa e segurança do país (PENHA, 1993, p. 41).

A partir de Penha (1993) compreende-se a preocupação do IBGE, pois essa “fala” demonstra aquilo que foi evidenciado no início do presente capítulo, considerando que Penha é geógrafo do IBGE e teve seu trabalho de dissertação reconhecido como importante registro da história da Instituição, sendo publicado na coleção de memórias institucionais do IBGE. Penha centra sua preocupação em demonstrar a constante necessidade histórica de criação, desenvolvimento e ampliação de um instituto como o IBGE e suas considerações são limitadas

numa lógica de apoio aos quadros científicos estatísticos, além de realizar poucas reflexões quanto às reais condições da população brasileira, bem como suas causas. Essa visão é resultante de um processo praticamente inalterado desde a fundação da Instituição, principalmente pelo domínio do Estado por uma visão de justificativas permanentes nas elaborações de projetos e planejamentos para o território nacional.

Penha (1993) salienta a necessidade de harmonia para os negócios, bem como está escrito na bandeira nacional, ou seja, leva aos limites da cientificidade oficial a obrigatoriedade de uma visão de mundo fundada e organizada, nesse Instituto, pelas elites nacionais. Os dados estatísticos, tão caros para Penha, não podem mudar a sociedade brasileira, mas podem justificar seus fracassos. Os inúmeros órgãos e instituições criadas desde o primeiro governo Vargas foram pensados no direcionamento de um Estado centralizado pelas próprias classes dominantes, isso prosseguiu em diversas outras instituições, mantendo esses mecanismos de controle burocrático do e pelo Estado.

Nesse processo histórico, a carência de órgãos responsáveis pelo levantamento de dados no Brasil intensificava-se com a necessidade de articular as pesquisas estatísticas sobre o território. Visando suprir essa necessidade, em 1934 foi criado o Instituto Nacional de Estatística (INE), que iniciou as atividades em 1936. No ano seguinte foi instituído o Conselho Brasileiro de Geografia (CBG), incorporado ao INE, passando a se chamar Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conforme Senra (2006):

A constituição e o funcionamento do Conselho Nacional de Estatística só viriam em 17 de novembro de 1936, pelo Decreto nº 1.200 onde, segundo Macedo Soares, “rigorosamente se consagravam as bases convencionalmente formuladas entre a União e suas Unidades Políticas”. Decorreria essa regulação do Conselho das decisões havidas na Convenção Nacional de Estatística, convocada pelo Decreto nº 946, de 7 de julho de 1936, com reuniões de 27 de julho a 11 de agosto, “quando todos os delegados” a assinam; e mais: “na mesma data é ratificada pelo Governo Federal [Decreto no 1.022, de 11 de agosto de 1936] e, a seguir, por todos os Governos Regionais”(SOARES, 1939, p. 98). Agora, sim, o INE via CNE tinha todos os elementos de funcionamento; em parêntese com Macedo Soares, Teixeira de Freitas é escolhido Secretário Geral do CNE.

[...], pelo Decreto no 1.527, de 24 de março de 1937, é criado o Conselho Brasileiro de Geografia, de imediato incorporado à estrutura do INE. Assim agindo, atendia-se a preceito da Convenção Nacional de Estatística, que visava de **“maneira especial a um melhor conhecimento geográfico do Brasil”**, entre outras razões. Vejamos seu primeiro artigo:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao Instituto Nacional de Estatística e destinado a reunir e coordenar, com a colaboração do Ministério da Educação e Saúde, os estudos sobre a Geografia do Brasil e a promover a articulação dos serviços oficiais (federais, estaduais



e municipais), instituições particulares e dos profissionais, que se ocupem de Geografia do Brasil no sentido de ativar uma cooperação geral **pra um conhecimento melhor e sistematização do território pátrio**.

§ 1º A cooperação dos serviços militares far-se-á sempre mediante aprovação dos respectivos Estados-Maiores; e a cooperação dos demais serviços oficiais obedecerá aos dispositivos regulamentares correspondentes; regulada a das instituições particulares por seus estatutos.

§ 2º Os serviços federais ficam obrigados a fornecer ao Conselho Brasileiro de Geografia um exemplar de cada livro, mapa ou outra qualquer publicação, referente a assuntos geográficos do Brasil, **que não tenham caráter secreto**, bem como a prestar a colaboração e as informações que forem solicitadas pelo Conselho, observadas as disposições regulamentares.

[...], pelo Decreto-Lei nº 218, de 26 de janeiro de 1938, surge a sigla IBGE, e muda a designação do Conselho Brasileiro de Geografia, que passa a ser Conselho Nacional de Geografia – CNG, par-a-par com o Conselho Nacional de Estatística – CNE. Era uma simples uniformização de designações, solicitada em resoluções pelos Conselhos reunidos em julho de 1937 (SENRA, 2006, p. 667-668, grifos nossos).

Entre as funções do IBGE, desde suas preocupações iniciais, bem como nos demais institutos de pesquisa nacionais, tinham como premissa o acesso restrito à informação. Essa compreensão de ciência, comprometida com o Estado, se dá em nome da defesa, da segurança nacional.

A fundação do IBGE tem como centralidade específica a compreensão científica nacional pautada nos argumentos matemáticos e estatísticos de forma a contribuir com as justificativas empreendidas pelo Estado brasileiro. Os periódicos do IBGE tinham como caráter central essa divulgação, mas não se tratava apenas de divulgar, mas sim de convencer os seus leitores quanto à visão do Estado, já que essa repercutia nas pesquisas, nos projetos e até mesmo no ensino de Geografia e História em sala de aula nas escolas.

Deste modo, é importante destacar que o IBGE trabalhava em cooperação com outros órgãos federais, tendo em vista que as produções do Instituto tinham como intuito o conhecimento do território por parte do Estado brasileiro. Assim, a primeira função do IBGE é de conhecimento do território, no sentido de descrevê-lo, além de produzir material para análise do país. Entende-se, portanto, que o IBGE cumpre a função que “identifica e analisa o território, conta a história da população, mostra como a economia evolui através do trabalho e da produção das pessoas revelando ainda como elas vivem” (IBGE, 2013). Os trabalhos de pesquisa geográfica do IBGE são iniciados no ano de 1938, com o objetivo de coordenar e executar as políticas, levantamentos e pesquisas sobre Cartografia, Estatística, Geografia Física e Humana, Geografia Econômica para todo o país (ALMEIDA, 1994).

Considerando os documentos de disseminação da memória do IBGE, Gonçalves observa que:

O diploma criador do IBGE – Decreto nº 24.609/34 – situou-se como uma entidade de natureza federativa, destinada a promover e a fazer executar ou orientar tecnicamente todas as estatísticas nacionais, mediante progressiva articulação e cooperação das três órbitas administrativas da organização política da República, obtida por convênios, atribuições que não se enquadram nos órgãos tradicionais do Governo. Decretos-leis posteriores outorgaram-lhe poderes de competência da União alcançando, ainda, os poderes dos estados e municípios (GONÇALVES, 1995, p.37).

A criação do IBGE faz parte da consolidação do programa de governo do período Vargas que tentava estabelecer um movimento de centralização, burocratização e racionalização em torno do Estado a partir da superação das crises decorrentes de 1929. O desafio era centralizar o poder de comando sobre as ações do território na esfera federal (PENHA, 1993).

Considerando que desde a instalação da 1ª República em 1889 havia uma autonomia estadual exacerbada, em que o poder das oligarquias locais se sobressaía, as ações estatais da época passaram a ser associadas ao princípio da “racionalidade administrativa”, pela qual se previam a centralização dos comandos e a descentralização executiva. Essa era a postura ideológica do período de Vargas, que objetivava substituir posições políticas dos estados, construídas sob a influência das oligarquias, por meio da legitimidade que a ciência produzia acerca do território. Desse modo, conforme Penha (1993), a ciência, por meio das técnicas, alcançava maior espaço dentro do governo Vargas e diminuía a ação política das oligarquias locais ou regionais. As políticas adotadas pelo Estado visavam à superação da crise e, para isso, políticas econômicas foram pensadas em termos keynesianos, implicando na intensa participação do Estado em ações concretas e ou planejadas.

O governo Vargas teve grande importância para o processo de gestação de um Brasil industrial e urbano, contrapondo-o ao velho Brasil agrário. Esse projeto de governo tem como base a construção de uma unidade nacional, em contraposição às lideranças estaduais, direcionando o país a um novo viés econômico, estimulando a população urbana e garantindo o acesso às infraestruturas (ALMEIDA, 1994). Vargas inicia uma política de criação de Autarquias e Conselhos Nacionais para cuidar de produtos considerados estratégicos economicamente, estabelecendo um sistema de crédito de longo prazo, bem como de preços mínimos.

No final do Governo Vargas, entre as décadas de 1940 e 1950, à Geografia brasileira, entre suas atribuições, estava a função de estruturação do sistema de planejamento territorial, em que o IBGE passou a ser o primeiro agente responsável pela Estatística e pela Geografia, Geodésia e Cartografia (ALMEIDA, 2004).

Ainda na segunda metade da década de 1940, a Geografia foi convocada para definir localizações sobre o novo Distrito Federal, com avaliações de caráter físico e econômico em duas escalas: local, para fins da implementação da cidade e; regional, para dimensionar as futuras relações econômicas e demográficas da Capital. Mais uma vez a Universidade e o sistema de planejamento do IBGE organizaram equipes com profissionais que se dedicavam a esses estudos: Ruelan, na Universidade e, Leo Waibel, no IBGE, não mediram esforços para propor estratégias para o território nacional (ALMEIDA, 2004).

Na mudança da Capital Federal havia as preocupações bélicas marcadas pelo período da II Guerra Mundial (1939-1945). Assim, o conceito de segurança nacional ganha destaque:

A segurança nacional se colocaria simultaneamente em dois planos: interno e externo. No plano interno, o oeste quase vazio do território “*atrai de todos os quadrantes os ventos desenfreados da cobiça [...] (o que exige um) planejamento cuidadoso [...] integrando-o na comunidade nacional e valorizando a sua grande expressão física*” (id., ibid.: 43). O objetivo da geopolítica interna é, pois, o de promover a plena integração do território brasileiro. Essa integração exigiria o “planejamento cuidadoso” de toda a infra-estrutura necessária para possibilitar a fixação de contingentes populacionais no oeste e norte do Brasil. Por conseguinte, a integração nacional dependeria da valorização econômica dos amplos espaços geográficos do interior brasileiro (VLACH, 2003, p. 9, grifo da autora).

Até o ano de 1954, os dois governos de Vargas e o de Dutra utilizavam o conceito de segurança nacional para criar empresas que garantissem a industrialização e a urbanização, principalmente na Região Sudeste:

Entre os anos da II Guerra Mundial e 1954 o governo federal [Vargas – Dutra – Vargas] usa o conceito de segurança nacional para criar uma série de empresas estatais chave, que garantiriam nas décadas seguintes a ampliação do processo de industrialização/urbanização, principalmente na Região Sudeste: Companhia Vale do Rio Doce [1942], Fábrica Nacional de Motores [1943], Companhia Nacional de Álcalis [1943], Companhia Siderúrgica Nacional [1946], Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico [1952], para financiar projetos industriais de longa maturação, Instituto Brasileiro do Café [1952], que cuidaria das relações comerciais externas do produto em nível de governo a governo. Finalizaria com a criação em 1953, da Petrobrás que instituiu o monopólio da extração e refino do petróleo e seus derivados e com início do processo de controle da geração e distribuição de energia elétrica, passando também pelo controle da produção, estoques reguladores,

preços e distribuição atacadista e gêneros alimentícios básicos (ALMEIDA, 1994, p.10).

A partir dessas colocações depreende-se que, nesse processo de industrialização ligado à urbanização, o território era pensado de maneira estratégica em que se fundamentava a criação das empresas pautada na soberania nacional. O governo federal se fortalece, já que as empresas são pensadas em nível de federação para o desenvolvimento econômico do Brasil e não apenas de uma determinada região. Com as ações tomadas nesse período, como a criação dessas empresas públicas, a desarticulação das oligarquias locais e a intensa concentração de poder pelo governo federal, evidenciou-se a necessidade de um conhecimento apurado sobre o território para pensá-lo cada vez mais estrategicamente. Coube ao IBGE, portanto, produzir artigos, relatórios e material cartográfico sobre o Brasil para o “planejamento” territorial da época:

[...] até os anos 50, a palavra planejamento era censurada no Brasil, pela sua associação com regime soviético. Sem que esta expressão fosse explicitada, o IBGE, órgão ligado originalmente ao gabinete da Presidência da República, atuou **como se exercesse** algumas das funções de órgão central de planejamento (PENHA, 1993. p. 13, grifo nosso).

Esse apontamento de Penha (1993) é importante para a reflexão quanto ao papel da instituição IBGE perante o governo federal, uma vez que é apresentada a função da Instituição, “como se exercesse algumas das funções” de planejamento, sendo essa uma de suas atribuições, subordinada ao Governo Federal, mas como obrigação de recolher dados, pensar e planejar o território. Mesmo que a Instituição exercesse a função de centralizar ações de planejamento, ainda seria uma ação central do Estado, além do que, partindo da análise que a instituição é composta e está diretamente ligada ao Governo vigente, é notável que o IBGE não exprime planos opostos ao do Estado, havendo uma conexão entre a atuação de ambas as partes.

Assim, as revistas foram pensadas nessa política de centralização, com destaque para os artigos que viabilizaram uma forma de pensar os setores estratégicos nacionais antecidos pelas questões impostas pelo Estado Brasileiro e, desta maneira, o IBGE divulgava aquilo que fosse necessário para confirmar as políticas nacionais centralizadas pelo Governo Federal. Com isso, o IBGE exercia a função técnica e científica de auxiliar no planejamento do território por meio de pesquisas sistemáticas que se estenderam ao longo do tempo, embora não pudesse ser admitido o caráter planejador de forma explícita. Esse caráter do Estado varguista se pautava no discurso científico, onde as instituições federais, como o IBGE, se baseavam nessa

racionalidade, justificando seus dados e, a partir disso, o Estado justificava suas ações para o ordenamento do território e para traçar as diretrizes para o país.

O período Vargas é reconhecido como fundamental para o processo de urbanização e industrialização brasileira, tendo como consequência o rompimento com as oligarquias agrárias regionais, como salienta Almeida (1994):

A concepção de um governo central forte, quebrando as espinhas das lideranças estaduais, impondo uma nova diretriz de crescimento econômico e ao mesmo tempo, organizando um quadro institucional e jurídico para garantir às populações urbanas acesso a esse mundo novo [...] (ALMEIDA, 1994, p. 9).

Dessa forma, o governo de Vargas é marcado pela criação de autarquias e conselhos nacionais, como o caso do IBGE e, até mesmo de setores para o trato com produtos específicos, considerados como estratégicos para a economia brasileira, como são os casos do café, açúcar, sal e petróleo, que tinham como intuito o controle da produção, além de estabelecer preços mínimos.

A partir dessas ações é possível perceber que o foco nesse período estava baseado na criação de mecanismos de conhecimento e de controle do território, como levantamento de superfície e subsolo do país, infraestrutura a ser instalada, ocupação humana e cartografização do país para então pensar em um ordenamento territorial. Dessa maneira, o IBGE teve atuação direta na produção de material com a finalidade de cooperar para tal ordenamento. Almeida, ao registrar os 16 primeiros anos de atuação da instituição, destaca:

*Trabalhos de geógrafos estrangeiros que vieram capacitar profissionalmente os geógrafos brasileiros [trabalhos metodológicos e de ensino de técnicas]. [...] - A Elaboração de Um Novo Mapa de Vegetação do Brasil. - Trabalhos de geógrafos brasileiros e estrangeiros que visaram construir quadros de referência nos diferentes campos do conhecimento geográfico. [...] - Trabalhos de ordenamento territorial que visavam subsidiar futuras ações de governo no tocante a distribuição espacial de recursos públicos. O principal trabalho é o artigo clássico de Fabio de Macedo Soares Guimaraes [RBG 2 (3) 1941 - Divisão Regional do Brasil], que defende a necessidade de se fixar uma divisão macrorregional (única e estável, dando preferência as variáveis naturais, porém reconhecendo que, se for levado em conta os aspectos econômicos o recorte será outro, e que em termos futuros... “é o que talvez ainda venha a ocorrer no Brasil...” Fábio, como um profissional de planejamento lembra também que...“Ao Geógrafo, somente cabe fornecer ao administrador uma base para a divisão prática, única para fins administrativos, sobretudo estatísticos. Se ao administrador mais importar uma divisão que corresponda a situação econômica momentânea do país, então é natural que escolha uma divisão em zonas econômicas, embora tenha que altera-la alguns decênios mais tarde...” Outro tipo de abordagem de*

cunho mais imediato nesse conjunto de trabalhos demandados diretamente pelo governo federal foi a elaboração de um plano de localização da futura capital do Brasil no Planalto Central Brasileiro.

Equipes orientadas por Leo Waibel [IBGE] e por Francis Ruellan [Universidade do Br] fornecem um leque de opções de localização ao governo, através do relatório publicado posteriormente por Fabio de Macedo Soares Guimarães (ALMEIDA, 1994, p.11-12, grifo do autor)

Diante dessa organização feita por Almeida (1994) é possível perceber que nesse período a Geografia teve um importante papel no planejamento brasileiro que visava ações estratégicas no território, inclusive referente às discussões acerca da mudança da Capital Federal. Nota-se que no período de Vargas nenhuma empresa de grande porte foi instalada em São Paulo, mas sim no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, dando indícios da organização macroespacial das indústrias, onde Minas Gerais inicialmente forneceria matéria-prima mineral e o Rio de Janeiro se encarregaria da metalurgia pesada e da indústria química e, ademais, esses dois Estados forneceriam materiais para São Paulo, considerando que este já tinha um parque industrial voltado para bens finais (ALMEIDA, 1994).

A era de Juscelino Kubitschek também é associada com o desenvolvimento brasileiro juntamente com a de Vargas e, considerando um período muito menor de governo de JK, Almeida (1994) considera que:

Assim como a Era Vargas, os Anos JK também gozam de prestígio junto aos pesquisadores do desenvolvimento, inclusive com mais vantagens no campo das comparações políticas, em virtude do tamanho muito menor do período de governo (cinco anos contra 19 de Vargas), e por não usar de métodos discricionários para com seus opositores, práticas usuais durante os governos de Vargas e institucionalizada em seu nível máximo durante o Estado Novo [1937-1945]. A noção de Estado Forte vinculada diretamente ao autoritarismo é substituída por um Estado firme em seus propósitos mas conciliador nos métodos de alcançá-los.

No entanto, a principal inflexão aparente dada por Juscelino Kubitschek no processo de desenvolvimento econômico já estava alinhavada estruturalmente por seu antecessor (p. 13).

Assim, coube a Juscelino Kubitschek a segunda etapa da industrialização brasileira, com a implantação da indústria moderna, que pode ser implantada apenas após a maturação da industrialização de base, iniciada no período do Governo Vargas. O programa de metas de JK amplia o parque industrial de bens intermediários, de bens de consumo duráveis e de capital. Nos dizeres de Almeida (1994),

No período em questão o Brasil torna-se auto-suficiente em cimento, passando de 914 mil ton. em 1947 para 4.680 mil ton. em 1961; a produção de aço em lingotes saltou de 1,4 milhões ton. em 1956 para 2,7 milhões ton. em 1962; a

produção de automóveis alcançou um novo patamar, de 31 mil unidades importadas e montadas em 1957, passamos para 200 mil em 1962, agora fabricadas aqui com um índice de nacionalização de 90%. Além disso, a capacidade instalada de energia elétrica cresceu de 2,8 milhões de KW em 1954 para 5,8 milhões em 1962, e a rede rodoviária foi expandida e adensada, passando de 76.178 km em 1955 para 108.355 em 1960. O processo de pavimentação dessas estradas foi também muito acelerado, saltando de 3.133 km em 1955 para 12.703 em 1960 (ALMEIDA, 1994, p.14).

Mesmo com os elevados índices de desenvolvimento da indústria apontados por Almeida (1994), houve a intensificação das desigualdades regionais, visto que o processo de industrialização era concentrado na região Sudeste.

Na Geografia, o IBGE inicia durante as décadas de 1950 e 1960 trabalhos que objetivavam a ampliação do conhecimento do território, corroborando com a concepção de desenvolvimento nacional dos últimos anos de Vargas e os dois anos de governo provisório que antecederam Juscelino. Diante desses trabalhos, foi organizado o XVIII Congresso Internacional de Geografia no Rio de Janeiro em 1956, estreitando laços entre a Geografia francesa e os geógrafos do IBGE. Nesse período destaca-se a contribuição de dois geógrafos franceses, Michel Rochefort e Jean Hautreux, que introduziram novos métodos de análise sobre a rede urbana, considerando o sistema de fluxos e deixando de lado o método descritivo concentrado na particularidade de cada área e não nas suas inter-relações (ALMEIDA, 1994).

Com o passar dos anos, a função do IBGE se modifica, já que se inicia com o intuito de levantamento de dados no final da década de 1930, com os estudos da mudança da capital nas décadas de 1940 e com o caráter planejador da década de 1950. As Revistas da Instituição refletem parte das preocupações do IBGE em cada período e, por serem publicadas de maneira periódica (a RBG de 1939 até 2006 e o BG de 1943 a 1978), refletem o percurso dessa Instituição nesses anos.

## **2.2 A criação dos periódicos: Revista Brasileira de Geografia e Boletim Geográfico**

No ano de 1939 foi criada a Revista Brasileira de Geografia (RBG) para a divulgação dos trabalhos científicos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como para divulgar informes à comunidade científica, à sociedade civil e aos interessados sobre a produção do Instituto. Essa revista foi resultado da Resolução nº 18, de 12 de junho de 1938, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia, com objetivos de divulgar questões relativas ao território brasileiro, sobre a metodologia geográfica, sobre ensino de Geografia e demais conhecimentos sobre a ciência geográfica, bem como de ciências correlatas,

assim como a divulgação das atividades do IBGE e, principalmente das realizações do Conselho. O primeiro número da RBG trazia o seguinte índice, conforme a figura 2.

Figura 2 - Índice do 1º número da Revista Brasileira de Geografia

<b>REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA</b>	
<b>SUMARIO DO NUMERO DE JANEIRO DE 1939</b>	
<b>APRESENTAÇÃO</b>	
por JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, <i>Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</i> .....	3
<b>RESOLUÇÃO N.º 18, de 12 de Julho de 1938</b>	
<i>da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, que "provê a publicação da Revista Brasileira de Geografia"</i> .....	7
<b>ARTIGOS</b>	
<b>HISTORICO DA CRIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA,</b> <i>pela SECRETARIA GERAL DO CONSELHO</i> .....	9
<b>GEOGRAFIA HUMANA DO BRASIL,</b> <i>pelo PROF. P. DEFFONTAINES, da Universidade do Distrito Federal</i> ....	19
<b>ESBOÇO DAS REGIÕES NATURAIS DO ESTADO DA BAIÁ,</b> <i>pelo ENG. SILVIO FRÓIS DE ABREU, Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia (secção I — Metodologia Geográfica)</i> .....	68
<b>COMENTARIOS</b>	
<b>ALTERAÇÕES NOS TIPOS DE POVOAMENTO NO ESTADO DE S. PAULO.</b> <i>Artigo do PROF. DR. PRESTON E. JAMES comentado pelo PROF. C. M. DELGADO DE CARVALHO</i> .....	77
<b>MAPAS MUNICIPAIS</b> <i>pela SECRETARIA GERAL DO CONSELHO</i> .....	80
<b>NOTICIARIO</b>	
<b>ATIVIDADES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA</b> <i>Relatório do Presidente, lido a 1.º de julho de 1937, ao se instalarem os trabalhos das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística</i> .....	95
<b>PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA.</b> <i>Relatório do Secretário Geral e resoluções tomadas</i> .....	104
<i>Regulamento do Conselho Nacional de Geografia</i> .....	123
<b>LEGISLAÇÃO</b>	
<b>DECRETO N.º 24.609, DE 6 DE JULHO DE 1934</b> <i>que "cria o Instituto Nacional de Estatística e fixa disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos Serviços Estatísticos"</i> ...	129
<b>DECRETO N.º 1.022, DE 11 DE AGOSTO DE 1936</b> <i>que "aprova e ratifica a Convenção Nacional de Estatística"</i> .....	134

Fonte: Revista Brasileira de Geografia (1939).

A RBG era publicada na cidade do Rio de Janeiro, com periodicidade trimestral e conta com 60 volumes desde sua data de início. No ano de 1979 absorveu o Boletim Geográfico, totalizando 220 edições, publicadas até 1995. Sobre a análise do formato da RBG, Barcelos (2010) coloca que:

Esse formato foi mantido por 28 anos, quando em 1967 o IBGE é transformado em fundação e o Conselho Nacional de Geografia é substituído pelo Departamento de Geografia (DEGEO). Entre 1967 e 1974 a revista apresenta-se apenas com artigos e noticiários. Em 1975 tenta-se retomar a



antiga formatação, mas em 1986 ela muda novamente a apresentar apenas artigos e comentários, que se mantém até a última edição contínua em 1995. [...]. Publicaram-se artigos que abordaram diversos temas: geografia agrária, da população, cultural, economia, política, do turismo, industrial, artigos na área de educação, cartografia, geomorfologia, climatologia etc. **É importante esclarecer que a Revista Brasileira de Geografia apesar de ser uma publicação de um órgão governamental não era um canal de propaganda do governo e não tinha seus artigos adaptados às determinações políticas**, como esclarece Almeida (2000) quando comenta que os artigos de Christóvão Leite de Castro sobre o processo de transferência da capital do Brasil para algum ponto do interior brasileiro geraram muita polêmica no contexto das relações do IBGE com a Presidência da República. A não interferência política na escolha dos artigos do periódico evidencia-se também nos artigos de cunho marxista publicados no período de Ditadura Militar no Brasil. A importância desse periódico pode ser medida também pelas pesquisas que a utilizaram e utilizam como fonte bibliográfica ou como objeto de estudo, como esta. **Por mais de 50 anos foi o mais importante veículo de divulgação dos estudos e pesquisas geográficas do país.** [...] Na última edição publicada em 2005, após oito anos de interrupção, esperava-se a retomada dessa publicação, mas como consta no editorial a revista passava por dificuldades e desde então não foi mais publicada (BARCELOS, 2010, p.29-30, grifos nossos).

Com esse formato de periódico, o IBGE divulgava as ideias de seus intelectuais e difundia o pensamento geográfico pelo país e pelo mundo, compreendendo que a Revista inicialmente apresentava os resumos em inglês, francês, alemão, espanhol e italiano, com o intuito de difusão internacional, sendo um expoente da Geografia no Brasil. Barcelos (2010) destaca que não há uma determinação política para as publicações das Revistas citando os artigos de Christóvam Leite de Castro sobre a transferência da capital que gerou certa polêmica com a Presidência da República, mas é notável que os artigos divulgados por esse periódico trouxessem reflexões para se pensar o sítio para a mudança da Capital Federal. Os artigos não apresentavam opinião contrária à mudança, como os jornais cariocas, como por exemplo, a *Tribuna da Imprensa*<sup>13</sup>, que apresentavam matérias antimudancistas. A RBG não era um periódico em que se debatia a política explicitamente, mas sim o caráter científico das questões geográficas.

Ainda no primeiro número da Revista, o então presidente do IBGE, José Carlos Macedo Soares, assina a apresentação da RBG, noticiando aos leitores o caráter da revista:

Surge agora a Revista Brasileira de Geografia, com a qual o setor geográfico do Instituto inicia a divulgação periódica de assuntos relativos ao território brasileiro. O Conselho Nacional de Geografia, ao tomar essa iniciativa, teve em mira vários objetivos: contribuir para um melhor conhecimento do

---

<sup>13</sup> O jornal *Tribuna da Imprensa* foi fundado no ano de 1949, por Carlos Lacerda, político Udenista que fazia oposição ao Governo de Juscelino Kubitschek, ficando conhecido por “jornal de Carlos Lacerda” de 1949 a 1961. O jornal publicava as matérias antimudancistas no período de 1956 – 1960. (LOPES, 2011).

território pátrio, difundir no país o sentido moderno da metodologia geográfica, promover o intercâmbio cultural com as instituições congêneres [...]

É fora de dúvida que a Revista Brasileira de Geografia trará contribuição apreciável para esse desideratum. Em primeiro lugar, como veículo de divulgação, ela servirá de instrumento de penetração com o qual o Conselho se fará presente em todos os recantos de atividade geográfica do país, levando uma afirmação de vitalidade, uma palavra de estímulo e um aceno de conclamação. Além disso, pondo-se ao par das atividades geográficas, culturais e profissionais, oficiais ou particulares, e noticiando como se desdobram, ela facilitará o entendimento e o fecundo intercâmbio dessas mesmas atividades, **constituindo assim o Conselho a sua força propulsora mais importante**. Acresce ainda que, ventilando assuntos geográficos de natureza vária, ela trará a público conhecimentos novos uns, mais perfeitos outros, **e por vezes suscitará debates dos quais surgirá a conceituação mais verdadeira de determinados aspectos do território nacional**, considerado no seu todo ou nas suas particularidades. Por fim, aparecendo com ritmo certo, a Revista Brasileira de Geografia dará agasalho à boa colaboração, proporcionando com isso a divulgação de estudos especializados e o estímulo à produção geográfica de qualidade. (SOARES, 1939, p. 4-5, grifo nosso).

O intuito era explicitamente realizar debates sobre a ciência geográfica e divulgá-los na comunidade científica, aos professores de geografia e para os demais interessados sobre a Geografia, divulgando as atividades do Conselho Nacional de Geografia. Nota-se que Soares (1939, p. 5) ressalta que esse será o caminho da “conceituação mais verdadeira” sobre aspectos do território nacional. A alternativa “verdadeira” de se conhecer o território, nessa perspectiva, portanto, se dá por meio da ciência geográfica, ou seja, é a partir desses dados que é possível analisar o território e legitimar as ações.

Como a RBG os cientistas da época estavam se dedicando para pensar as ações sobre esse território, não havia grupos que propusessem melhores alternativas para o território do que os cientistas que produziam os dados “mais verdadeiros”, considerando ainda que, ao lado de Geógrafos figuravam economistas que tinham um importante papel nas equipes de planejamento territorial, além de arquitetos e militares que acabavam fazendo reflexões sobre as estratégias para o território em uma escala mais abrangente que os demais profissionais.

Conforme o editorial da Revista, as discussões promovidas e os trabalhos desenvolvidos pelo IBGE seriam divulgados na própria RBG. Os temas mais recorrentes eram abordados basicamente nas escalas nacional e regional, merecendo destaques os seguintes temas: Geografia Humana, Geografia dos Transportes, Regiões do Brasil, Clima no Brasil, Divisão Territorial, Geografia Agrária e Geografia Física. Nessa primeira edição constavam da seção de artigos os seguintes trabalhos e respectivos autores: *Histórico da criação do Conselho Nacional de Geografia*, de autoria da Secretaria Geral do Conselho (RBG, 1939, p. 9 - 18);

*Geografia Humana do Brasil*, por Pierre Deffontaines (DEFFONTAINES, 1939); *Esboço das Regiões Naturais do Estado da Bahia*, por Silvio Fróes de Abreu (ABREU, 1939). Na seção Comentários estão registrados os trabalhos: *Alterações nos tipos de povoamento no Estado de São Paulo*, do prof. Dr. Preston E. James e comentado por Delgado de Carvalho (CARVALHO, 1939), além de um comentário sobre *Mapas municipais* pela secretaria Geral do Conselho (RGB, 1939, p.80-94).

No artigo de Deffontaines (1939) há a descrição das grandezas do Brasil, ressaltando a importância de se conhecer o quadro físico – natural do país – para se exercer atividade humana. Para isso, o autor apresenta brevemente a descrição dos solos e períodos geológicos responsáveis por tais formações. Inserindo imagens no artigo, o autor comenta que o país já representou a maior produção de minérios no mundo e finaliza destacando a vocação pastoril de determinadas partes do país. Essa descrição do território é para iniciar os debates com a finalidade de maior ampliação de conhecimento sobre área e, a partir dessa análise, compreender a articulação humana pelo território.

No artigo assinado por Abreu (1939) é destacado a importância de se conhecer cada região do país e, neste contexto, a Bahia não representa uma unidade geográfica, não se tem uma geografia da Bahia, com suas feições modernas. Os trabalhos da época traziam a descrição do espaço sem se preocupar com a interpretação dos dados, entendidos na época como a regionalização de área. Dessa forma é apresentado uma descrição física da Bahia por regiões: Vale do São Francisco, Chapada Diamantina, Sertão do Norte, o Recôncavo, região Florestal do Sul, Litoral e Planalto do Oeste, se destacando a necessidade de maiores estudos sobre a região.

Em ambos os trabalhos, tanto no artigo de Deffontaines (1939) como no de Abreu (1939) estão apresentados vários detalhes sobre o território, fato que pode ser explicado pela tradição da geografia francesa dos autores, ressaltado pela falta de dados sobre o território daquela época.

Ainda sobre a apresentação da RGB, Soares (1939) tece importantes considerações para a realização de análises quanto aos objetivos da Revista. É necessário que se frise dois pontos: o primeiro é relativo ao Conselho enquanto força propulsora e, o segundo está baseado nos levantamentos de dados para comprovação de uma realidade nacional verdadeira. Esses pontos trazem temas e tempos específicos, os quais colaboram para a definição de um sentido científico

e também político para a revista. Deste modo, ao afirmar o Conselho como o centro de força do periódico, Soares (1939) já sinalizava quem iria dirigi-las, com seus respectivos temas. Mesmo que houvesse outras discussões de cunho geográfico, o responsável por delimitar o problema e escolher quais os temas a serem debatidos na RBG era o CNG.

Na primeira década (1938–1948) encontram-se trabalhos de caracterização do cenário nacional em diversos números da RBG, como são os trabalhos de Pierre Deffontaines apontando os rumos da Geografia Humana do Brasil, os de Moacir F. Silva sobre a Geografia dos Transportes, os de Fábio de Macedo Soares Guimarães sobre a divisão regional do Brasil e os estudos sobre garimpo, do engenheiro Henrique Caper de Souza, dentre outros trabalhos.

É válido mencionar as contribuições que tais autores trouxeram para a ciência no Brasil. Deffontaines participou da criação da Universidade de São Paulo (USP), como também contribuiu para a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro. Ele contribuiu à Geografia brasileira com trabalhos que são considerados clássicos sobre os estudos da cidade, como por exemplo, pelo artigo intitulado “o estudo sobre Sorocaba e sua feira de “burros” (Deffontaines, 1935) e, principalmente, como afirmado por Abreu (1994, p.206), por seu longo ensaio sobre as diversas formas de origens dos centros urbanos brasileiros (Deffontaines, 1938)”.

Conforme apontou Abreu (1994) sobre a importância de Deffontaines (1945) para a geografia brasileira, é necessário reforçar a ideia desse estudo sobre a *Feira de burros de Sorocaba* como uma importante análise sobre as cidades. O texto se inicia com uma descrição do processo ocupação brasileira, destacando que essa ocupação se limitou por anos ao litoral da Bahia e da região da cidade de Santos, decorrente do cultivo de cana-de-açúcar e café, e de Minas Gerais com a extração de minério. O autor enfatizou que a Europa não se preocupava com a colonização da área, mas sim de terras para as plantações e minas para a exploração mineral.

O relevo acidentado do interior do país, segundo Deffontaines (1945), impedia a instalação de *viaturas*<sup>14</sup> para ligar o litoral com o interior e, a princípio o transporte de carga para o interior se fazia nas costas de homens, e posteriormente utilizavam-se os burros para percursos principalmente montanhosos. Enfatizar esse processo de ocupação por parte dos

---

<sup>14</sup> Refere-se ao transporte de coisas ou pessoas por veículos, o que era dificultado pelo relevo acidentado e o clima tropical que agravava as más condições das estradas da época.

bandeirantes para o interior do Brasil foi uma perspectiva interessante, pois explicava como foram as primeiras organizações de cidade do interior do país. O autor ainda destacou as dificuldades decorrentes dos biomas, uma vez que regiões tropicais e florestais não eram consideradas apropriadas para a criação de muares necessitando da importação de animais para garantir o transporte. Seria necessário procurar áreas que pudessem abrigar os animais para a reprodução. Assim, nas regiões herbosas foram identificadas tal função para “abastecimentos de burros do Brasil tropical e florestal” (DEFFONTAINES, 1945, p. 43). A feira mais importante para a troca de gado, segundo Deffontaines (1945), era a de Sorocaba, no interior do estado de São Paulo, executando as relações de venda de animais, não pelos adensamentos urbanos, mas em lugares de passagem de viajantes, sendo que seu núcleo urbano concentrava mais de 100 hospedarias. Essa intensa atividade decaiu por volta de 1835, quando se realizou a última feira, tendo como decorrência a queda nas atividades agrícolas do nordeste e a diminuição da intensidade da extração das minas, intensificada pela construção das estradas de ferro. Esse percurso, destacado pelo autor a partir de estudos de 1935, influenciou a geografia urbana de seu tempo e esse trabalho foi publicado no periódico do IBGE Boletim Geográfico.

Fábio de Macedo Soares Guimarães foi um dos criadores do Conselho Nacional de Geografia (CNG), em 1937, e teve um importante papel sobre o tema planejamento regional. Destaca-se em sua obra o relatório que serviu como base para a Constituição de 1946, que em seu Art. 4º, determina a transferência da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central, além de seus trabalhos sobre as obras do Ministério das Relações exteriores.

Esses trabalhos reuniam um esforço em retratar a Geografia no Brasil daquele momento histórico. Sobretudo, deve-se considerar o trabalho desses autores no destaque da importância da Geografia na construção de uma unidade nacional, uma vez sugerido que a Geografia, através do IBGE, tinha sua função no estabelecimento dos rumos novos para o território brasileiro.

Dessa forma, o Estado brasileiro foi pensado para abrigar as condições de aprovação também das elites internacionais no momento de expansão das empresas multinacionais, principalmente no governo Vargas, a partir da década de 1930. A RBG e o BG trazem elementos que permitem constituir um caminho metodológico de apresentação e organização do território brasileiro para esses investidores e, principalmente, para as elites nacionais. Seus objetivos são apresentar o Brasil para os brasileiros e também para os estrangeiros. Os periódicos tem como

preocupação trazer traduções dos resumos, até mesmo em esperanto<sup>15</sup>. É interessante lembrarmos que o esperanto é uma língua construída na Europa com a finalidade de unificar os povos europeus. Deste modo, o periódico apresenta sua função: inventariar o Brasil sob os auspícios de uma cientificidade positivista, isto é, a cientificidade dos artigos constituiu um caminho ideológico para ocultar essa construção de inventário do país. São muitos os temas e problemas apresentados no periódico, mas todos levam, necessariamente, à constituição de uma forma de reflexão sobre a totalidade do país. Esse primeiro número é apresentado por esse caminho, pois trata de temas ligados à natureza e sua relação com a exploração econômica.

### **2.3 A mudança da Capital no discurso dos autores da Revista Brasileira de Geografia e Boletim Geográfico: reflexão acerca do pensamento geográfico no IBGE**

Entre os trabalhos desenvolvidos pelo IBGE destacam-se, para os fins desta pesquisa, aqueles referentes à mudança da capital. No desenvolvimento desta pesquisa foram selecionados alguns artigos que demonstram a contribuição do IBGE para a compreensão da formação territorial brasileira, especificamente na área central do país: o sudeste do Planalto Central. Busca-se destacar tanto os artigos quanto seus autores durante o período de 1930, marco do início da Nova República, até 1964, período que marca o início do período militar.

O primeiro artigo é datado em 1946, sendo publicado na seção intitulada “Comentários”. Elaborado pelo engenheiro Christovam Leite de Castro, membro da Comissão chefiada por Poli Coelho para a mudança da Capital, o artigo destaca que:

A consciência nacional do problema - Em torno do problema da mudança da Capital brasileira existe felizmente uma verdadeira consciência nacional, de que é manifestação evidente o fato de três Constituições - as de 1891, de 1934 e de 1946 - terem determinado a providência, em dispositivos expressos. Foram assim três Assembléias Constituintes que afirmaram a necessidade da providência e essa circunstância é altamente expressiva, porquanto a Assembléia Constituinte se forma de representantes eleitos pelo povo, com a missão especial de, em nome dos brasileiros, estabelecerem novos rumos à vida nacional (CASTRO, 1946, p.567).

Estas considerações se referem às Constituições Federais que garantiam uma área para a mudança da capital, pautadas na transferência da Capital da Bahia para o Rio de Janeiro, em

---

<sup>15</sup> Esperanto: *substantivo masculino língua artificial* criada pelo médico e estudioso de línguas polônês Ludwig Lazar Zamenhof 1859-1917, por volta de 1887, para ser língua de comunicação internacional [Possui gramática muito simples e regular e utiliza as raízes das línguas europeias mais faladas, além de raízes latinas e gregas.]. O esperanto “é uma língua internacional e neutral” (ESPERANTO BRASIL, 2015).

1763, e na alteração da Capital mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte, em 1897. Colocando essas experiências como positivas e necessárias, o Engenheiro defendia a ocupação do interior como algo a ser superado:

Examinando-se um mapa demográfico do Brasil, evidencia-se que esmagadora maioria da população brasileira se localiza na faixa litorânea, em apreciável concentração, formando contraste marcante com o ocidente extenso e pouco povoado.

Tal mapa alerta o espírito de qualquer brasileiro para o magno problema nacional, que é o da ocupação efetiva das terras do interior do Brasil.

Entretanto, no Brasil lá de dentro, onde o povoamento é tão escasso, cabe antes da educação o problema da ocupação, mesmo porque, por falta de massa humana expressiva, o lema educativo muito se esbate, bastante se perde.

Nessas condições, aventurando-se, poder-se-ia dizer que no Brasil há dois problemas fundamentais, o da educação para o Brasil litorâneo e o da ocupação para o Brasil interior (CASTRO, 1946, p. 570).

Com essas considerações é possível ilustrar as análises do IBGE nesse período que reforçavam a ideia de um Brasil dicotômico, dividido entre o litoral e o interior. Isso reforça o ideário do início do século XX em que se atribuía ao interior do país a “imagem” de “sertão”, como se tudo que não fosse litoral fosse “despovoado”, cuja ocupação, portanto, seria imprescindível. Essa ideia é evidenciada pelo texto de Castro (1946) que divide o país em apenas duas regiões (o litoral e o sertão), enfatizando dois problemas nacionais: a educação e a ocupação. O autor concentra a discussão acerca da educação como um problema posto para a área litorânea e reserva a discussão da ocupação para a área do interior como solução inescapável para a superação dos chamados “vazios demográficos<sup>16</sup>”.

O interessante é como o autor faz uma discussão dicotômica, pois o mesmo apresenta a ocupação e educação como soluções para o país, deixando evidente, em sua perspectiva, que a ocupação precede a educação. Desta forma, a ocupação dos “vazios” se daria por pessoas sem educação e, somente depois por pessoas educadas, cultas. Parece complicado compreender essa confusão, mas tal confusão é proposital ao demonstrar que o povo brasileiro excede as áreas litorâneas quanto aos aspectos demográficos e esse povo deveria, de alguma forma, ser levado para o interior do país. Conforme assinala Castro (1946)

Assim, o famoso lema do grande Miguel Couto “no Brasil só há um problema nacional, que é o da educação,” talvez comportasse um adendo, de vez que o eminente cientista, médico que era, teve as suas vistas voltadas mais para o Homem do Brasil, daí a sua afirmação ajustar-se às maravilhas ao Brasil litorâneo, de apreciável expressão demográfica.

---

<sup>16</sup> Expressão utilizada à época para designar áreas com baixas densidades demográficas, desconsiderando as populações com ocupações históricas na região, como os povos cerradeiros, os índios e os quilombolas.

Entretanto no Brasil lá de dentro, **onde o povoamento é tão escasso, cabe antes da educação o problema da ocupação**, mesmo porque, por falta de massa humana expressiva, o lema educativo muito se esbate, bastante se perde.

**Nessas condições, aventurando-se, poder-se-ia dizer que no Brasil há dois problemas fundamentais, o da educação para o Brasil litorâneo e o da ocupação para o Brasil interior.**

Pois bem, indubitavelmente, a interiorização da metrópole trará inestimável contribuição ao povoamento do oeste do Brasil, e nesse particular, cumpre ser bem estudada a localização da nova capital para que o grande esforço da nação se colham os melhores resultados possíveis (CASTRO, 1946, p. 570, grifos nossos).

A educação, portanto, seria para os que ficassem, ou seja, para uma classe dominante ou para trabalhadores que precisariam de qualificação para servir à essa classe. O “resto”, nos vazios do Brasil, seria levado para trabalharem, para executarem serviços sem necessidade de ampla educação, como se fossem levados para “prepararem” o terreno para a chegada de uma classe superior. Importante observar aqui que os projetos de país nos trabalhos de Castro (1946) não incluem significativamente o povo brasileiro na sua totalidade, tal como os demais artigos publicados pelo periódico também não têm esse sentido.

Assim, Castro (1948) retoma as recomendações apontadas pela Comissão de Exploração do Planalto Central, criada em 1892 pelo primeiro governo republicano, destacando a premência da ocupação do centro do território através da instalação da Capital nessa área, conforme previsto pela Constituição Federal (1891). A este respeito o autor adverte que:

É interessante e oportuno o conhecimento das duas soluções mencionadas, que são: uma, que reuniu sete votos dos doze membros da Comissão, portanto da maioria, que aponta uma área de cerca de 78 000 quilômetros quadrados, formada de terras do leste do Estado de Goiás, confinando a leste com os Estados da Bahia e Minas Gerais, e abrangendo ao sul e parte do oeste o retângulo demarcado pela Comissão Luís CRULS em 1894 para a futura Capital Federal e ao norte a chapada dos Veadeiros; outra, da minoria, que sugere uma área de cerca de 6 000 quilômetros quadrados formada de terras do sul de Goiás, compreendendo a cidade de Corumbáiba, e de terras do oeste do Estado de Minas Gerais a noroeste da cidade de Uberlândia, no chamado Triângulo Mineiro, área dentro da qual foram indicados vários sítios favoráveis à instalação da nova cidade (CASTRO, 1948, p.449).

Ainda segundo Castro (1946), a Comissão apontava uma área que deveria preencher os seguintes quesitos:

[...] uma, a tendência para o centro geométrico do país, defendida pela maioria, que, ao escolher uma área grande dentro de uma região praticamente despovoada e inexplorada, entendeu que a nova capital deve ter também e principalmente a função colonizadora, **devendo a mudança da cidade efetuar-se depois da execução de um largo programa, previamente**



**estabelecido, de povoamento da região** (CASTRO, 1948, p. 449-450, grifo nosso).

Dois conceitos são importantes para refletir a construção do discurso sinalizado por Castro: vazios demográficos e povoamento. Esses conceitos são definidores de um discurso ideológico de legitimação, de uma competência científica que se define pelo conceito em si, de uma situação prática, ou seja, toda a justificativa de povoamento é antecedida pela abordagem de vazio demográfico. O significado disso está na nulidade dos povos que habitam esses supostos vazios, uma vez que o discurso oficial e, por conseguinte, dos cientistas, que está a serviço do Estado, é de um povoamento nos moldes e necessidades da etapa histórica do modo de produção capitalista. Dessa forma, tudo o que foge dessa lógica é considerado inoportuno e, portanto, pouco divulgado até mesmo para reflexão. A concepção de povoar está ligada a ampliação da dinâmica demográfica em função das necessidades da produção. Já a perspectiva do vazio demográfico traz consigo a noção de que ali não se realiza os objetivos da produção capitalista.

Vazio demográfico precisa ser pensado como ausência de atividades sinalizadas e direcionadas pelo capitalismo organizado pelas elites nacionais e internacionais e, deste modo, vazio não é ausência de pessoas, nem de animais ou do bioma, mas vazio demográfico é justamente a incapacidade de o capitalismo atingir essas áreas e fazê-las em conformidade às necessidades e projetos das elites nacionais e internacionais.

Povoamento e vazios demográficos como conceitos antagônicos são usados como álibi para definir a mudança da Capital Federal, ou seja, esses conceitos hegemônicos no cotidiano científico daquele período e no desdobramento da mídia (rádio, jornais impressos e revistas) foram impactantes no sentido de justificar tudo que envolvesse a transferência da Capital Federal. Somam-se ainda a defesa nacional e o perigo iminente de invasões de outros países para ocupar esses vazios demográficos. Todavia, tais vazios não eram vazios, e as populações indígenas e quilombolas foram postas no esquecimento, pois, não faziam como não fizeram parte dos planos das elites nacionais e internacionais. Chauí (1982) sinalizou a questão do discurso competente como aquele que promove a legitimação de condições específicas por uma elite, assim, os dois conceitos aqui questionados evidenciam essa competência científica para justificar os locais da construção da Capital Federal, legitimados por um aparelho de Estado.

Também é importante pensar no significado de povoamento, pois se trata de um povoamento programado para a finalidade da reprodução das condições de produção capitalista,

isto é, nada de novo para a nova organização espacial, uma vez que esse povoamento precisa, como foi o caso, reproduzir as condições do modo de produção vinculado às exigências do capitalismo mundial. Povoar precisa, portanto, ser refletido como continuidade dos projetos estabelecidos pelas elites sem ser interrompido no território, assim, o povoamento nada mais é que a continuidade das políticas do Estado que favorecem permanentemente as classes sociais dominantes. Povoar significa levar o capitalismo para as áreas do território nacional que ainda não comportam tal direcionamento.

O vazio demográfico pode ser interpretado como áreas do território onde não havia a consolidação do modo de produção capitalista e, dessa maneira, era necessário atrair trabalhadores criando condições para a fixação nessas áreas, bem como oferecer infraestrutura aos capitalistas para que pudessem desenvolver seus negócios nessas áreas e escoar a produção, dinamizando a complexidade dialética produção-circulação-distribuição-consumo. Pensar os “vazios demográficos” em contrapartida ao povoamento é condição fundamental para avançarmos nas leituras dos outros trabalhos publicados na revista, pois, de outras formas e com outras maneiras, esses dois conceitos apareceram permanentemente nas definições e exigências quanto à mudança da Capital Federal. Não apareciam nos artigos elencados de maneira explícita, como o tema central do debate, mas implicitamente, quando se travava da distribuição da população no território, que se concentrava nas áreas litorâneas.

Assim, destaca-se no texto de Castro (1947c), membro de extrema importância na Comissão de Poli Coelho, a intenção prévia já estabelecida de, ao pensar a Capital no interior do país, ter em vista um planejamento de ocupação e urbanização da área de entorno da capital. Essa urbanização do interior do país como reflexo de uma “Capital artificial” tem como decorrência favorecer a reprodução das relações de produção do capitalismo. O grande objetivo almejado à época era de ocupar o “sertão” como saída para o seu dito atraso. A Comissão apontou duas áreas possíveis para a nova Capital, sendo que “Na primeira hipótese, será localizada a capital no vazio, ou seja em região além daquele limite; na segunda hipótese, ficará situada em região expressivamente povoada, além da linha limite (CASTRO, 1947c, p. 282).

Castro (1947c) enfatiza a dificuldade em dirigir a vida nacional desde o “vazio”, considerando que a Capital deveria ocupar uma zona próxima a uma área de maior densidade demográfica, sendo que nas duas hipóteses de ocupação do interior, vigorava a perspectiva de levar a urbanização para o interior.

Fábio de Macedo Soares Guimarães, diretor da Divisão de Geografia do Serviço de Geografia e Cartografia, elaborou um artigo, sob orientação científica do professor Leo Waibel, analisando o Planalto Central e os “sítios”<sup>17</sup> convenientes para abrigar a capital. Baseado em campo de 200.000 Km<sup>2</sup>, Guimarães (1949) descreve a área na primeira parte de seu trabalho segundo: *relevo, clima, hidrografia, vegetação e solos, ocupação humana e tipos de economia*. A segunda parte desse artigo, após a caracterização da área, foi denominada “*Estudo geográfico do problema da localização da nova capital no planalto central do Brasil*”, em que o autor faz análise da importância do geógrafo:

A escolha do local para a capital de um país é indiscutivelmente um **problema político**, mas os fundamentos são essencialmente geográficos. É perfeitamente correto denominá-lo um problema geopolítico. O político aponta os objetivos que se têm em vista, o geógrafo fornece-lhe os elementos em que ele se fundamentará para atingir tais objetivos. É óbvio que especialistas de outras ciências e técnicas fornecerão também elementos dos mais valiosos e indispensáveis para a solução do problema. O uso do método geográfico é, entretanto, fundamental, permitindo melhor visão do conjunto, eliminando de início muitas soluções inadequadas e limitando finalmente o problema a algumas poucas soluções possíveis, sobre as quais se exercerão as pesquisas dos especialistas. Tal marcha é certamente a que permite o melhor rendimento do trabalho (GUIMARÃES, 1949, p. 496, grifo nosso).

O autor parte da premissa de que, para que se proceda à mudança da capital seriam necessários estudos que compreendessem aspectos físico-naturais, considerando as questões estratégicas relativas à posição da nova capital. Ele apresenta três áreas como favoráveis, sendo que “A mais bem dotada é a de Uberlândia–Tupaciguara, seguindo-se, por ordem decrescente de preferência, a do Alto Paranaíba ou de Patos de Minas e a de Goiânia–Anápolis” e, como conclusão, são sugeridos novos estudos hidrológicos e topográficos para as áreas (GUIMARÃES, 1949, p.536).

Guimarães (1949) apresenta o problema geográfico como condição importante para pensar a mudança da Capital Federal, pois precisava da legitimação científica, pela ciência geográfica, para se tomar uma decisão da escolha do sítio que antecede as discussões políticas. O que precisa ser destacado é que antes das escolhas dos sítios para análises já existia uma discussão política. Guimarães não faz essa discussão, já que seu maior interesse, aparentemente, estava na oportunidade de refletir sobre metodologias geográficas que contribuíssem para a

---

<sup>17</sup> Sítio era a expressão utilizada para as possíveis áreas da nova capital, conforme fragmento: Entende-se por “sítio” o conjunto de aspectos intrínsecos do local em que se acha a cidade, bem como das zonas imediatamente circunvizinhas as características do relevo, do clima, do solo, da vegetação, etc, da área ocupada pela cidade e suas circunvizinhanças, considerados em si mesmos (GUIMARÃES 1949, p.497).

escolha de um sítio. A política sinalizada por ele tem efeito também ideológico, visto que as preocupações apresentadas são antes de tudo científicas, como se apartassem os problemas reais oriundos do político. Essas análises de Guimarães (1949) tratam da mudança da Capital como uma necessidade e, pensando o espaço, no caso o sítio, para abrigar a nova Capital e não na real intensão que se tinha de sua transferência.

Guimarães (1949) em todo seu trabalho tem a preocupação em apresentar detalhes que possam colaborar para a efetivação de uma Capital Federal com condições significativas e justificáveis para tal e, deste modo, elenca inúmeros aspectos da geografia física sem abandonar os aspectos do povoamento ali estabelecido. Todavia, ao apresentar as imagens e os tipos de ocupação por meio da construção das casas, sempre evidenciou a precariedade das mesmas, com imagens localizando-as no meio de remanescentes florestais, estradas em condições precárias, casas de colônia com aspectos rudimentares e outras construções também em condições críticas. A relação sociedade e natureza também demonstra a precariedade dessa população, isto é, o autor faz um levantamento de como as condições da população precisam ser melhoradas por meio de um povoamento direcionado pelos processos de urbanização e estrutura daquele momento histórico. Em outras palavras, Guimarães (1949) apresenta a população, mas esse não é o foco de sua pesquisa: as pessoas aparecem como mais uma característica do local.

O fluxo migratório era o foco da análise, com destaques às condições gerais para uma população em específico e não de um estudo detido, relacionado ao planejamento de uma dada população. Em suma, pensar a população para o interior do país seria um reflexo da política de higienização brasileira que se pautava na política de branqueamento. A Missão Cruls, como primeira Comissão Oficial, tinha como preocupação principal o clima, que segundo Vergara (2006), era tido como “um fator que impedia o progresso do país” (p. 920). E a autora ainda completa a análise sobre essa abordagem afirmando que “o debate não era apenas acadêmico. Era uma questão de estratégia para a República brasileira, que estava fortalecendo uma política de imigração europeia” (VERGARA, 2006, p. 121).

Dessa maneira os apontamentos realizados por Guimarães (1949) descrevem os aspectos físicos de possíveis áreas para a transferência da Capital reservando um espaço para os aspectos humanos, demonstrando quais eram as populações que viviam nas cidades e vilarejos, trazendo fotografias e espacializando as informações em mapas sobre a densidade

demográfica dos lugares. O enfoque de Guimarães nesse artigo ainda era sobre a caracterização física dos sítios.

Nesse artigo de Guimarães (1949) é possível observar a existência de populações no Planalto Central, próximos ao que hoje é a cidade de Brasília, mas que outros autores não mencionam ao longo de seus textos. O texto de Castro (1946) é um exemplo dessas análises que desconsideravam as populações, isso porque o autor sintetizou os problemas nacionais do Brasil litorâneo e do Brasil sertanejo, apontando que o principal problema do interior era o da ocupação. Já a partir de Guimarães (1949) é possível observar que, por menor que fosse a densidade demográfica dessa região interiorana, havia outras preocupações para essas populações.

Castro (1946) não menciona a situação da população que ali vivia, como a falta de infraestrutura urbana, condições sanitárias, entre outras necessidades básicas para essas pessoas. Não aparecem em muitos trabalhos da RBG na temática mudancista as populações, uma vez que foco das análises era o “povoamento” da área.

O fator, talvez de maior importância, a ser levado em conta na localização da nova capital, é do povoamento do Brasil.

Examinando-se um mapa demográfico do Brasil, evidencia-se que esmagadora maioria da população brasileira se localiza na faixa litorânea, em apreciável concentração, formando um contraste marcante com o ocidente extenso e pouco povoado.

Tal mapa alerta o espírito de qualquer brasileiro para o magno problema nacional, que é o da ocupação efetiva das terras do interior do Brasil (CASTRO, 1946, p. 570).

Havia uma preocupação nos textos que abordavam a superação do “vazio demográfico”, mas não avançavam as condições das populações existentes, ao tratar o interior como áreas passíveis de povoamento. No artigo de Guimarães (1949) foi apresentado aos leitores da RBG o interior do Brasil para além de suas características naturais e, por mais que não seja o objetivo principal do trabalho, é possível a partir dele perceber que havia muito mais que um “vazio” a ser superado, como é possível observar o trato que se dava ao interior do país. Guimarães (1949) afirma que o ponto decisivo para a escolha do local da nova Capital é a posição, não descartando a importância da escolha do sítio. Segundo o autor, na apresentação desses dois conceitos havia o foco do trabalho, como segue a citação:

Entende-se por "sítio" o conjunto de aspectos intrínsecos do local em que se acha cidade, bem como das zonas imediatamente circunvizinhas. São as características do relevo, do clima, do solo, da vegetação, etc, da área ocupada pela cidade e suas circunvizinhanças, considerados em si mesmos.

Por "posição" compreende-se a situação a cidade em relação a outras áreas distintas, mesmo que muito afastadas, em relação ao conjunto do país e até do continente, em suma. Não é um conceito puramente geométrico, que se possa exprimir simplesmente pelas coordenadas geográficas (latitude e longitude), pois envolve considerações a respeito das condições geográficas de outras áreas que não aquela que se acha estritamente ocupada pela cidade. Tais considerações se referem, por exemplo, à situação da cidade em relação a acidentes geográficos distantes, tais como as grandes linhas do relevo, os cursos d'água importantes, as fronteiras políticas, as vias mestras de transportes e comunicações; à proximidade ou afastamento do mar; às suas relações com outras cidades e outras regiões do país, tendo em vista as facilidades ou dificuldades de comunicações, de intercâmbio econômico, etc. (GUIMARÃES, 1949, p. 497).

Por mais que a metodologia apresentada por Guimarães (1949) enfatizava diferentes escalas para o trabalho de escolha, sobretudo quando se tratava do sítio e de sua posição, ainda assim não problematizava a necessidade da mudança da Capital, e em suas conclusões não relacionava os moradores da área. Partindo da perspectiva da economia capitalista, havia um contingente de população e uma grande área espacial a serem inseridas no modo de produção capitalista e a hipótese de que a preocupação dessas populações seria como melhorar as condições básicas de vida e se aproximarem da infraestrutura que já era presente nas áreas litorâneas.

Diante dessas análises feitas pelos relatórios das Comissões de exploração do Planalto Central para a mudança da Capital Federal, o Estado brasileiro optou por favorecer a implementação e o fortalecimento das relações capitalistas para o interior, uma vez que não houve um programa específico para diminuir as diferenças sociais e de infraestrutura urbana para essas populações apresentadas por Guimarães (1949) que viviam em vilarejos e cidades do Planalto Central. O Estado edificou Brasília levando as estradas até a nova Capital, mas não houve planos específicos para o desenvolvimento das outras cidades do Planalto Central, pautado na perspectiva de que, com a mudança da Capital para o sertão brasileiro, desencadear-se-ia um processo de inserção dessas populações na modernidade e, por conseguinte, no capitalismo.

Os artigos da RBG tinham o objetivo de problematizar a mudança da Capital Federal, mas com um teor de problematizar a temática mudancista maior que os veiculados na imprensa carioca como, por exemplo, o jornal *A Tribuna da Imprensa*.

Os artigos que tratavam diretamente do tema mudança da Capital na RBG totalizavam o número de 5 artigos apresentados aqui por ordem cronológica: *A Transferência da Capital do*

*país para o Planalto Central* (CASTRO, 1946), *A mudança da Capital do país luz da ciência Geográfica* (CASTRO, 1947c), *A mudança da Capital do país* (CASTRO, 1948); *O Planalto Central e o problema da mudança da Capital do Brasil* (GUIMARÃES, 1949) e, *A mudança da Capital do Brasil* (PENA, 1955). Christovam Leite de Castro escreve sobre a mudança da Capital Federal no outro periódico do IBGE, o Boletim Geográfico.

No Boletim Geográfico (BG) há 10 textos que trataram da temática mudança da Capital Federal, sendo eles: *A mudança da Capital do país* (CASTRO 1947a); *Aspectos Históricos da Mudança da Capital do país* (CASTRO, 1947b), *Localização da nova capital do país no planalto central* (BACKHEUSER, 1947a); *O retângulo Cruls* (BACKHEUSER, 1947b); *Localização da nova Capital: Clima e Capital* (BACKHEUSER, 1947c); *Localização da nova Capital: Critérios e escolhas* (BACKHEUSER, 1947d); *Localização da nova capital: Ponto Nevralgico* (BACKHEUSER, 1948); *Mudança da capital do país: Parecer da Comissão Parlamentar* (QUEIRÓS, 1949); *A nova capital do Brasil* (FAISSOL, 1960) e, *O problema da capital do Brasil* (JAMES, FAISSOL, 1960).

Esses artigos publicados no BG problematizam a questão partindo do princípio da necessidade de mudança da Capital Federal. Não há artigos antimudancistas explícitos entre os textos analisados nos dois periódicos, demonstrando que, a princípio, os artigos descrevem a situação dos sítios, analisam as áreas, mas não apontam como hipótese que a Capital Federal deva permanecer no Rio de Janeiro. Não houve, em nenhum texto, de ambos os periódicos, análises que tratassem da mudança da Capital Federal e que incluíssem pensar também a cidade do Rio de Janeiro. A proposta principal entre os textos era de conhecer o país e pensar em uma área para abrigar a nova Capital.

O intuito da criação do Boletim Geográfico (BG), apresentado no primeiro número do periódico, era a divulgação das atividades do Conselho Nacional de Geografia (CNG), para difundir os trabalhos do CNG com um formato que se diferenciava da RBG. A circulação desse periódico se deu entre os anos de 1943 a 1974. O BG manteve periodicidade mensal de 1943 a 1951, bimestral de 1952 a 1974 e passou a ser trimestral a partir de 1975 até 1978. Este periódico divulgava informações, notícias, bibliografia e legislação. Para ilustrar o seu objetivo, o diretor, Cristóvão Leite de Castro faz a apresentação na primeira edição:

A resolução nº 91, - baixada quando o Brasil já sofria os efeitos da guerra mundial, em cuja trama afinal foi desenvolvido – prudentemente não fixou prazos para o aparecimento desse boletim, pois lhe antevia dificuldades na organização, que efetivamente ocorreram mas foram hábilmente contornadas.



Proveito houve na demora, pois surge agora um boletim mais amplo e mais útil do que aquele esboçado na resolução citada, com um programa firmando para a novel publicação periódica do Conselho Nacional de Geografia características próprias, contextura adequada, entrosamento com os demais periódicos editados pelo Conselho.

Compõem-no uma parte introdutória enfeixando selecionado conjunto de editoriais, comentários, transcrições, resenhas e contribuições especializadas e mais quatro alentadas secções que o torna a um tempo cultural, informativo, noticioso, bibliográfico e repositório de legislação, em harmônica e equilibrada distribuição de valiosas e oportunas divulgações [...]

Assim concebido e lançado, o “Boletim do Conselho Nacional de Geografia” cuidado no preparo material mas, sobretudo, seguro e superior no seu conteúdo informativo, terá êxito plenamente assegurado pela utilidade que indiscutivelmente oferece (CASTRO, 1948, p.3 – 4).

O Boletim Geográfico é apresentado como uma publicação informativa de discussões pertinentes ao Conselho do IBGE. Mesmo com a autonomia do CNG sobre a RBG, no BG o conteúdo sobre noticiário era mais extenso e, ainda havia a seção Bibliografia que trazia um resumo sobre vida e obra de algumas personalidades científicas. A seguir, as figuras 3 e 4 correspondem ao índice da primeira publicação do Boletim Geográfico no ano de 1943:



Figura 3 - Índice do 1º número do Boletim Geográfico

<b>REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA</b>	
<b>SUMARIO DO NUMERO DE JANEIRO DE 1939</b>	
<b>APRESENTAÇÃO</b>	
por JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, <i>Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</i> .....	3
<b>RESOLUÇÃO N.º 18, de 12 de Julho de 1938</b> <i>da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, que "provê à publicação da Revista Brasileira de Geografia"</i> .....	
	7
<b>ARTIGOS</b>	
<b>HISTORICO DA CRIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA,</b> <i>pela SECRETARIA GERAL DO CONSELHO</i> .....	9
<b>GEOGRAFIA HUMANA DO BRASIL,</b> <i>pelo PROF. P. DEFFONTAINES, da Universidade do Distrito Federal</i> ....	19
<b>ESBOÇO DAS REGIÕES NATURAIS DO ESTADO DA BAÍA,</b> <i>pelo ENG. SILVIO FRÓIS DE ABREU, Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia (secção I — Metodologia Geográfica)</i> .....	68
<b>COMENTARIOS</b>	
<b>ALTERAÇÕES NOS TIPOS DE POVOAMENTO NO ESTADO DE S. PAULO.</b> <i>Artigo do PROF. DR. PRESTON E. JAMES comentado pelo PROF. C. M. DELGADO DE CARVALHO</i> .....	77
<b>MAPAS MUNICIPAIS</b> <i>pela SECRETARIA GERAL DO CONSELHO</i> .....	80
<b>NOTICIARIO</b>	
<b>ATIVIDADES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA</b> <i>Relatório do Presidente, lido a 1.º de julho de 1937, ao se instalarem os trabalhos das Assembléas Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística</i> .....	95
<b>PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA.</b> <i>Relatório do Secretário Geral e resoluções tomadas</i> .....	104
<i>Regulamento do Conselho Nacional de Geografia</i> .....	123
<b>LEGISLAÇÃO</b>	
<b>DECRETO N.º 24.609, DE 6 DE JULHO DE 1934</b> <i>que "cria o Instituto Nacional de Estatística e fixa disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos Serviços Estatísticos"</i> ...	129
<b>DECRETO N.º 1.022, DE 11 DE AGOSTO DE 1936</b> <i>que "aprova e ratifica a Convenção Nacional de Estatística"</i> .....	134

Fonte: Boletim Geográfico (1943).

A continuação do índice da primeira edição do Boletim Geográfico:

Figura 4 - Continuação do índice do 1º número do Boletim Geográfico

2	BOLETIM DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
(pg. 131) — Bibliografia estrangeira sobre o Brasil — I (1504-1649) (pg. 133) — Mapoteca central do Conselho Nacional de Geografia — Catálogo geral — (mapas de ns. 1 a 100) (pg. 137) — LISTA DE PUBLICAÇÕES — Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia — Publicações entradas durante o ano de 1942 (pg. 141) — Relação das edições do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pg. 147).	(pg. 133) — Mapoteca central do Conselho Nacional de Geografia — Catálogo geral — (mapas de ns. 1 a 100) (pg. 137) — LISTA DE PUBLICAÇÕES — Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia — Publicações entradas durante o ano de 1942 (pg. 141) — Relação das edições do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pg. 147).
<b>LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário dos decretos-leis baixados durante o mês de dezembro de 1942 (pg. 149) — Integra da legislação de interesse geográfico (pg. 156) — LEGISLAÇÃO DAS UNIDADES FEDERADAS — Integra dos decretos e decretos-leis e de resoluções de interesse geográfico (pg. 157) — LEGISLAÇÃO MUNICIPAL — Integra de decretos, decretos-leis e de resoluções de interesse geográfico (pg. 162) — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — ASSEMBLÉIA GERAL — Ementário das resoluções aprovadas no ano de 1936 (pg. 164) — JUNTA EXECUTIVA CENTRAL — Ementário das resoluções aprovadas no ano de 1937 (pg. 165) — Integra das resoluções de interesse geográfico (pg. 166) — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — ASSEMBLÉIA GERAL — Ementário das resoluções aprovadas no ano de 1937 (pg. 167) — Integra das resoluções (ns. 1 e 2) (pg. 167) — Índice analítico das resoluções aprovadas nos anos de 1937 a 1942 (pg. 170) — DIRETÓRIO CENTRAL — Ementário das resoluções aprovadas nos anos de 1937 e 1938 (pg. 178) — Integra das resoluções (pg. 179) — DIRETÓRIOS REGIONAIS — Amazonas (1 a 5) (pg. 182) — RETROSPECTO ESPECIALIZADO DA LEGISLAÇÃO GEOGRÁFICA — Decretos e decretos-leis referentes à mineração (pg. 184).</b>	(pg. 156) — Integra da legislação de interesse geográfico (pg. 156) — LEGISLAÇÃO DAS UNIDADES FEDERADAS — Integra dos decretos e decretos-leis e de resoluções de interesse geográfico (pg. 157) — LEGISLAÇÃO MUNICIPAL — Integra de decretos, decretos-leis e de resoluções de interesse geográfico (pg. 162) — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — ASSEMBLÉIA GERAL — Ementário das resoluções aprovadas no ano de 1936 (pg. 164) — JUNTA EXECUTIVA CENTRAL — Ementário das resoluções aprovadas no ano de 1937 (pg. 165) — Integra das resoluções de interesse geográfico (pg. 166) — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — ASSEMBLÉIA GERAL — Ementário das resoluções aprovadas no ano de 1937 (pg. 167) — Integra das resoluções (ns. 1 e 2) (pg. 167) — Índice analítico das resoluções aprovadas nos anos de 1937 a 1942 (pg. 170) — DIRETÓRIO CENTRAL — Ementário das resoluções aprovadas nos anos de 1937 e 1938 (pg. 178) — Integra das resoluções (pg. 179) — DIRETÓRIOS REGIONAIS — Amazonas (1 a 5) (pg. 182) — RETROSPECTO ESPECIALIZADO DA LEGISLAÇÃO GEOGRÁFICA — Decretos e decretos-leis referentes à mineração (pg. 184).

Fonte: Boletim Geográfico (1943).

Nesse primeiro número do periódico, José Carlos Macedo Soares (1943) faz a apresentação do mesmo, enfatizando que o Boletim será mais amplo e mais útil do que as antigas propostas de divulgação do CNG. O autor destaca cada uma das partes do Boletim que se iniciava com uma discussão introdutória, que selecionaria um conjunto de editoriais, comentários, transcrições, resenhas e contribuições especializadas, informativo, notícias, bibliografia e repositório de legislação. O autor, após a apresentação de como funcionaria cada um dos itens aqui citado, conclui

Assim concebido e lançado, o “Boletim do Conselho Nacional de Geografia” cuidado no preparo material mas, sobretudo, seguro e superior no seu conteúdo informativo, terá êxito plenamente assegurado pela utilidade que indiscutivelmente oferece. (SOARES, 1943, p. 4)

Esse fragmento que finaliza a apresentação de Soares (1943) é interessante, pois retoma a ideia de verdade científica já apresentada na RBG, uma vez que esse periódico irá apresentar um material seguro e superior. A segurança científica com a qual Soares dialoga remete às bases positivistas da verdade em que a racionalidade das coisas deve ser apresentada pelo campo científico. Os artigos do Boletim são a expressão direta do Conselho Nacional de Geografia, o periódico surgiu com essa função. É notável que entre os artigos sobre a nova Capital Federal

estejam em maior número nesse periódico por ser diretamente ligado ao CNG. Utilizar BG para pensar essa questão é aproximar de um veredito científico para o impasse do local de transferência.

Dentre os textos publicados na RBG e BG que trataram sobre a mudança da Capital, os autores que mais se destacam, em número de publicações são: Chistovam Leite de Castro (1946, 1947a, 1947b, 1947c, 1948) e Everardo Backheuser (1947a, 1947b, 1947c, 1947d, 1948). Anselmo (2000) em seu estudo sobre o pensamento de Backheuser destaca que ao lado do tema “redivisão territorial”, a mudança da Capital é considerado pelo autor a questão primordial para assegurar a unidade territorial brasileira que poderia desencadear o sucesso do país enquanto civilização moderna.

Partindo da afirmação de seu mestre maior: “Em boa teoria o melhor lugar para a capital é o centro do país”, Backheuser lança-se à defesa dessa posição como essencial para um desenvolvimento ótimo da Nação. Inicialmente, a centralidade da capital é elogiada tendo em vista a facilidade de comunicação com todas as partes do território, não favorecendo com isto o predomínio de uma área sobre a outra. (ANSELMO, 2000, p. 108).

Esse preceito apresentado por Anselmo (2000) sobre a perspectiva do autor em defender a ideia de uma capital onde uma região não se sobressaísse sobre a outra, desencadeava no processo do fortalecimento da Nação e não mais de elites regionais. No BG, Backheuser apresenta problemas da mudança da capital e inclusive uma proposta de metodologia para a escolha da área (BACKHEUSER, 1947c) pautada na equidistância dos pontos extremos do país, ou seja, mais próximo da área proposta pela Missão Cruls, que corresponde ao centro geográfico e não na *core area* que seria mais próximo ao centro demográfico do país. Backheuser ainda destaca a possibilidade da conectividade da área do Planalto Central com demais áreas do país pelo acesso fluvial por meio de três grandes bacias. O autor concorda com as discussões feitas por Castro (1946, 1947a, 1947b, 1947c, 1948) sobre a mudança da Capital Federal quanto à localização da área, por estar no centro geométrico do país.

O pensamento geográfico que foi reproduzido por meio dos textos na RBG e no BG, entre o período de 1946 a 1960, representa apoio à mudança da Capital Federal para o interior do país. Os motivos são principalmente ligados à integração nacional, na busca pela diminuição entre as disparidades do litoral do país, com a região de urbanização mais consolidada, e entre o sertão, carente de infraestrutura urbana. Esses artigos dialogavam com a caracterização do sítio para a localização da nova capital fornecendo material para compreender essa área do território brasileiro até então pouco conhecido pelos moradores da parte litorânea. Os artigos

foram de grande importância, pois por meio dos periódicos especializados (RBG e BG), eram divulgadas as discussões que os geógrafos ligados ao IBGE e ao CNG faziam sobre tal questão, a partir de materiais para que demais pesquisadores da área pudessem acompanhar as discussões feitas sobre o tema.

O primeiro artigo no BG que discute diretamente a assunto sobre a mudança da Capital é datado de fevereiro de 1947, no Editorial do Boletim, assinado por Christovam Leite de Castro, Secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia. Nesse texto, o autor teceu comentários acerca da localização do “Planalto Central” e das possibilidades de colonização do interior do país, a saber: por núcleos isolados ou por tipo impulsionador.

Nessas opções de colonização apresentadas, com a ideia de transferência da capital, Castro (1947) coloca duas hipóteses: ocupação de uma zona de transição entre locais com densidade demográficas significativas ou para áreas de “vazios demográficos”. Não há uma descrição ou menção direta sobre a população que vivia nessas áreas. As outras referências feitas pelo autor são ligadas às características físicas do local, como clima e topografia, afirmando que seria necessário aliar esses estudos à decisão da escolha da melhor área para a instalação. E, por fim, afirma que uma das necessidades é que a mudança fosse feita durante o então governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), responsável pela criação da Comissão de Poli Coelho. Nessa perspectiva, Castro (1947) finaliza focando na transferência imediata da capital, no mesmo governo em que ele escrevia, não considerando que poderia ser inviável, ou que fosse necessário um estudo minucioso sobre a transferência, o autor apoiava a construção de Brasília, sendo que o teor de seu discurso era mudancista.

Em abril do mesmo ano, Castro assina outro editorial enfocando o aspecto histórico da mudança da capital e aponta que a população brasileira fixou-se, desde a chegada dos portugueses, nas faixas litorâneas e coloca a construção de Brasília como uma necessidade para a interiorização da ocupação, sendo que a capital no Planalto Central poderia ser uma medida para fixar a população em outras áreas no Brasil (CASTRO, 1947b, p. 3). É interessante ressaltar que em ambos os periódicos há um intercâmbio com os geógrafos estrangeiros, com predominância da influência francesa.

Nos primeiros números da RBG, a partir de 1939, logo após a criação do IBGE em 1938, os textos são de caracterização das áreas e levantamento de informações acerca do território. No primeiro volume da revista, Deffontaines (1939) aponta que para falar do país é importante

conhecer o quadro físico em que se darão as atividades humanas, apresenta brevemente a formação de solos e os períodos geológicos responsáveis por essa formação. Descreve a geomorfologia brasileira e dá atenção à Serra do Mar (Escarpa de um planalto). A partir de descrições feitas pelo autor, é possível uma melhor percepção sobre Serra do Mar, por exemplo, em que são apresentadas fotografias da área.

A partir da década de 1940 a Instituição assume o caráter planejador, onde se iniciam as publicações dos artigos sobre a mudança da Capital, como são os estudos do final da década de 1940 e das décadas de 1950 e 1960, em que é possível perceber a função que o IBGE exercia na discussão sobre as questões ligadas ao território e não apenas nas caracterizações. É válido ressaltar que na década de 1940, os estudos de cunho geográfico assumem relevância no país e, neste momento, o Conselho Nacional de Geografia e o Conselho Nacional de Estatística, criados respectivamente em 1937 e 1936, fundidos no IBGE no ano de 1938, representam grande importância para o levantamento de informações territoriais. É nesse período que se criaram órgãos voltados para o levantamento de dados estatísticos e geográficos que acabaram assumindo um papel central junto ao Estado brasileiro. O período em que os artigos sobre a mudança da Capital são publicados representa essa etapa do IBGE, de auxílio ao planejamento brasileiro, deixando as publicações mais precisas, ou seja, com uma intencionalidade mais evidente de legitimação do projeto de Estado que almejava a interiorização da Capital desde o início da República.

Neste caminho percorrido pelo IBGE, as publicações nos periódicos refletiam a função da Instituição em seu tempo histórico, bem como o pensamento de parte dos pesquisadores que publicavam nas Revistas que acabavam sendo próximos ao que se discutia internamente no IBGE. Os periódicos RBG e BG representavam as opiniões dos pesquisadores e dos parceiros da Instituição que utilizavam os periódicos para veicular suas ideias para a sociedade.

## **2.4 O pensamento no IBGE por meio de seus periódicos**

A institucionalização da Geografia é decorrente de um processo da atuação geográfica no país e pela necessidade, observada pelo Estado, de conhecer o território para pensar suas formas de atuação, sendo que, no ano de 1936, houve a criação do Conselho Nacional de Estatística, seguido pela criação, em 1937, do Conselho Nacional de Geografia (CNG). Durante o período do Estado Novo (1937-1945), havia uma preocupação, por parte do Estado, em integrar o território nacional e levantar dados sobre as potencialidades do país

enquadrando-o na expansão capitalista. Neste contexto foram criados órgãos específicos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 1938, com a finalidade de exercer funções específicas de levantamento de dados, sendo possível observar o naturalismo e empirismo da Geografia Regional francesa nos trabalhos brasileiros do IBGE, que legitimaram as ações do estado-novo de reforçar as regiões do país para executar as políticas para um Estado nacional, em detrimento das oligarquias regionais.

É importante destacar a dimensão dessas discussões realizadas no interior do IBGE e que acabaram atingindo o país à época. O histórico do CNG, precursor do IBGE, marcou a década de 1930, entretanto a criação desses órgãos foi antecedida por intensos debates na sociedade, principalmente nas capitais dos estados, em torno da educação e da higienização.

É com a criação do Curso Superior Livre de Geografia, criado no Rio de Janeiro em 1926, que de fato se inicia o processo de institucionalização da Geografia Brasileira. Esse Curso foi idealizado por Raja Gabaglia, Delgado de Carvalho e Everardo Backheuser, juntamente com outros intelectuais da época, como Othelo Reis e Honório Silvestre, eles compunham um grupo de professores que eram referência na Geografia brasileira daquele período e compreendiam a necessidade de se formalizar o ensino de Geografia.

Outro marco da Geografia Moderna brasileira é datado no ano de 1934, com a criação do curso na Universidade de São Paulo, seguida pela Universidade do Distrito Federal, na cidade do Rio de Janeiro, em 1935. Entretanto, conforme Abreu (1994), os estudos geográficos no Brasil são anteriores a essa data:

Embora seja inegável que, com a criação dos cursos universitários, a geografia atingiu um patamar novo em seu processo de desenvolvimento no Brasil, fixar seu nascimento em meados da década de 30 acaba por, encobrir o importante papel que vinha desempenhando, já há 25 anos, aquele foi o verdadeiro indutor da chamada escola francesa no país: Carlos Delgado de Carvalho. (ABREU. 1994, p.204).

Delgado de Carvalho é um dos estudiosos que contribuíram com a geografia brasileira, antes de sua institucionalização, formando o pensamento sobre o espaço brasileiro, incorporando assim a consciência relativa à produção do espaço. Quando esses pensadores estão articulados por uma instituição com caráter geográfico, é importante conhecer seu pensamento. Para Anselmo (2007)

O pensamento geográfico, permeador dessa consciência [sobre o espaço], não necessariamente está preso ao campo disciplinar da Geografia como já se pode depreender, mas estende-se a um campo bem mais amplo comum a todas as produções científico-literárias relacionadas à produção do espaço. As instituições que encampam estas idéias ou esta consciência geográfica constituem-se em focos importantes a serem levantados por pesquisa sistemática, tanto de sua historiografia própria como das produções

particulares de cada uma delas. O levantamento das instituições que têm caráter eminentemente geográfico já se constitui por si mesmo numa pesquisa imprescindível a ser realizada (ANSELMO, 2007, p. 08).

Neste sentido, a concepção de pensamento geográfico para Moraes (1988) se define como

[...] o conjunto dos discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca de seu meio (desde o local até o planetário) e das relações com ele estabelecidas. Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido, uma fatia da formação cultural de um povo. (MORAES, 1988 p. 32)

Assim, as Revistas produzidas pelo IBGE constituem-se em fontes muito interessantes e ricas da produção dessa ordem de discursos, uma vez que é *locus* por excelência dos debates acerca do território, no Brasil. Para além disso, o IBGE tinha como propósito fazer a divulgação da ciência geográfica propriamente dita, isto é, da disciplina científica que se instalava no país a partir de 1934, com a criação da USP, e 1935, através da Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro.

No IBGE se destacam as contribuições de geógrafos estrangeiros, que vieram ao Brasil convidados para contribuir com a ciência geográfica, como no planejamento territorial do país, a fim de capacitar os profissionais brasileiros. Assim, as contribuições de Pierre Deffontaines (1939), Francis Ruellan, Emmanuel De Martonne (1943)<sup>18</sup> juntamente com o esforço de pesquisadores brasileiros, indicaram os rumos que a geografia brasileira iria tomar nos próximos anos. Essa influência decorreu nos anos posteriores e esses autores deram o direcionamento das pesquisas geográficas no país durante o primeiro governo de Vargas.

No período do governo de Juscelino Kubitschek, o IBGE estreitou ainda mais os laços com a Geografia francesa, agora pela contribuição dos professores Michel Rochefort e Jean Tricart, que introduziram métodos e teorias acerca das redes urbanas, bem vistas num período marcado pela “concepção do desenvolvimento nacional que demarcou últimos anos de Vargas e dois anos de governo provisório antes de JK” (ALMEIDA, 1994, p. 16). Esses autores influenciaram o pensamento geográfico com seus métodos de pesquisa, que foram incorporados às práticas geográficas do país e constituíram a formação do pensamento geográfico brasileiro, tendo contribuições destacadas pela própria Instituição.

---

<sup>18</sup> Os artigos mencionados referem-se à primeira contribuição desses autores para a RBG.

O pensamento geográfico veiculado por meio dos periódicos, RBG e BG, demonstra uma preocupação sobre a questão da mudança da Capital em apoio à causa mudancista. Por mais que os textos tragam alguns problemas para se pensar na mudança, como a escolha da área, a salubridade, a condição do clima do lugar para o trabalho humano, a desapropriação do sítio, a densidade demográfica, dentre outros temas abordados, fica evidente que não há artigos na perspectiva antimudancionista. Esse apoio dos periódicos especializados foi importante para construção da opinião pública, uma vez que atrelou o conhecimento científico com a questão que envolvia todo o país. Os artigos divulgados pelo IBGE, por mais que abrangessem um público restrito de profissionais geógrafos, professores secundaristas e instituições públicas oficiais, acabavam por influenciar esse público que interferia indiretamente na formação de opinião, a partir do fornecimento de material respaldado na legitimidade científica.

Em contrapartida aos periódicos do IBGE e ao pensamento geográfico que era produzido pelos cientistas das revistas, havia matérias dos jornais cariocas que representavam um pouco da opinião política que era discutida. O jornal *O Cruzeiro* apresentava artigos que tinham um teor de apoio ao mudancionismo, ou pelo menos, uma postura de compreensão dos efeitos da mudança da Capital Federal. O principal jornal carioca, apontado explicitamente como antimudancista, era *A Tribuna da Imprensa*, que trazia uma bandeira de oposição ao governo de Juscelino Kubitschek e disseminava um posicionamento contrário às ações do governo federal a fim de desestabilizar a opinião pública contra o Governo, encontrando apoio de servidores públicos federais contrários à mudança da Capital Federal, bem como uma população carioca também contrária. O jornal *A Tribuna da Imprensa* era enfático em sua posição sobre a questão de Brasília e, principalmente ao então presidente Juscelino Kubitschek. No fragmento a seguir, Carlos Lacerda disserta sobre o Governo Federal:

[...] O resultado é uma espécie de pot pourri de dirigismo estatal e de voracidade privatista, que se contemplam numa obra nefasta. A iniciativa privada autêntica é perseguida ou, quando menos, menosprezada. A iniciativa privada que se estimula é precisamente a que não convém: são os grupos privilegiados que se criam e prosperam à sombra de favores cambiais, com endereço certo, são os sócios políticos do Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira – os que ele trouxe de Belo Horizonte e os que adicionou à farândola do triunfo que o Exército garantiu à corrupção. O estatismo que se expande é o do crédito, que se tranca à iniciativa privada e se derrama sobre as despesas governamentais, como a loucura de Brasília e as despesas justas, se isoladamente consideráveis, mas desatinadas, se analisadas dentro do quadro financeiro do país, das obras monumentais que prosseguem arrancando a carne do particular, do cidadão, do contribuinte em suma (LACERDA, 1958, Apud LOPES, 2011, p.13).



O jornal era difundido pelo Rio de Janeiro, anunciando possíveis irregularidades, como a corrupção e se referindo à construção de Brasília como uma “loucura”, adjetivo empregado por Lacerda (1958 Apud por LOPES, 2011) para pensar na insanidade que era mudar a capital de um país. Se na Revista Brasileira de Geografia (RBG) e no Boletim Geográfico (BG) o discurso era de validação científica sobre a mudança, na *Tribuna da Imprensa* o discurso era justamente pensar que não há possibilidade de mudança porque é uma insanidade por parte do Governo.

O caráter antimudancista do Jornal *A Tribuna da Imprensa* é pautado na figura de Carlos Lacerda<sup>19</sup>, que fundou o jornal em 1949, que ficou conhecido, por sua vez, como “jornal de Carlos Lacerda” até 1961, quando foi vendido ao grupo Jornal do Brasil. Durante o período “Lacerdista”, *A Tribuna da Imprensa* foi um dos principais veículos opositores ao governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) tecendo várias críticas à mudança da Capital para o Planalto Central. No ano de 1956, com os preparativos da construção da cidade, os artigos criticando a transferência passaram a ser mais frequentes (LOPES, 2011). Nesse período da história brasileira havia a possibilidade de grupos políticos expressarem suas opiniões tendo em vista que saíam da era de Getúlio Vargas com forte controle da imprensa e antecederiam o golpe militar de 1964:

Em 17 de fevereiro de 1960, a Tribuna da Imprensa começou a publicar, quase que diariamente, uma série especial de reportagens intitulada “Brasília às vésperas da mudança”, na qual denunciava as condições precárias da cidade que, dali a poucos meses, seria a nova capital do país. Além disso, 1960 era um ano eleitoral, no qual Carlos Lacerda terminaria sendo eleito, em outubro, governador da Guanabara (LOPES, 2011, p. 20).

Santos (2008) ressalta o esvaziamento político do Rio de Janeiro com a transferência da Capital, que era visto como uma retaliação ao fraco desempenho eleitoral de Juscelino, no Rio de Janeiro, nas eleições presidenciais. A incredulidade sobre a edificação de Brasília era constante. Lopes (2011) aponta em sua pesquisa sobre a *Tribuna da Imprensa* uma seleção de 67 artigos contra a mudança da Capital, com títulos provocativos como: “Brasília, castigo do Rio”<sup>20</sup>, ou até mesmo com o artigo “Cidade Ficção”<sup>21</sup>:

A reportagem repercute críticas do senador udenista Daniel Krieger (1909-1990) à aprovação, pelo Senado Federal, de um projeto de lei que fixava data para a transferência da capital – projeto este que se transformaria na Lei nº

<sup>19</sup> Carlos Lacerda foi político e jornalista. Em 1945, filiou-se a União Democrática Nacional (UDN), eleito deputado Federal em 1955 com maior votação do Distrito Federal (até o momento no Rio de Janeiro). Em 1960 foi eleito governador do estado da Guanabara, estado então recém-criado, com mandato de 1960-1965.

<sup>20</sup> A capital se muda em abril de 60. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 26 set. 1957, p. 3. Apud LOPES, 2011.

<sup>21</sup> A capital se muda em abril de 60. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 26 set. 1957, p. 3. Apud LOPES, 2011.

3.273, de 1º. de outubro de 1957: ‘Não é possível que se construa nesse prazo (...) uma cidade destinada a servir de capital a um país de 60 milhões de habitantes. Isso vai exigir um sacrifício extremo da nação brasileira’. (LOPES, 2011, p. 25).

Essas publicações, datadas do ano de 1957, elucidam a insatisfação da bancada de oposição ao governo de JK, que tinha apoio dos servidores públicos federais, que residiam no Rio de Janeiro e tinham certa resistência à mudança, não apenas da Capital, mas de suas vidas, entendendo que mudariam a Capital administrativa e seus postos de trabalho, impactando diretamente no rumo de suas vidas. Os artigos refletiam o grande esforço que seria necessário para o cumprimento da Lei nº 3.273, de 1º de outubro de 1957, pois essa fixava uma data para a mudança da Capital e não apenas uma determinação para a mudança como antes era previsto. Isso implicava em duas hipóteses: por um lado o descumprimento de uma Lei, podendo impactar na incredibilidade do governo e, por outro lado, acatá-la resultaria no impacto das finanças brasileiras e na dinâmica territorial da nação. Entre os principais motivos de se manifestar contrariamente à mudança da Capital após essa Lei, está o fato que ela estaria há mais um passo no projeto mudancista, diminuindo o espaço para alternativas, que não a mudança da capital.

Desse modo, é possível observar que as argumentações antimudancistas se localizavam na cidade do Rio de Janeiro, enfatizando as perdas para a cidade, localizada no centro demográfico do país, e também o impacto sobre os gastos públicos. Entretanto, no ano de 1958, é publicada uma matéria em que o foco se tornou a cidade de Brasília, destacando que as “Especulações imobiliárias encareceram Brasília”, texto escrito por um técnico e não mais por um udenista (LOPES, 2011).

A opinião política cede lugar à credibilidade científica para tratar do tema, que não tinha sido abordado até então por esse jornal. Isso altera o discurso, que passa a se pautar por argumentos da ciência/razão/verdade que se acreditava que não podiam ser questionados e, com isso, se negaria qualquer validade das críticas. Assim, o discurso técnico/científico colocava fim às discussões políticas. Segundo Lopes (2011), havia na reportagem críticas sobre o General Djalma Poli Coelho, sobre sua atuação como ex-presidente da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital. A matéria criticava um relatório:

Afirma o general Polli Coelho que, antes da construção de Brasília, era preciso organizar o Distrito Federal. Depois disso é que se poderia pensar na construção da nova Capital. ‘Qualquer pressa – frisa êsse militar – como a que seria incitar logo de construir uma grande cidade, para servir de nova Capital, sómente poderia conduzir a maus resultados. Sómente os aventureiros, que

estarão com as suas vistas voltadas para os lucros, poderão cogitar de começar pela construção da grande capital. A mudança da capital não deve dar oportunidade a negócios que venham a enriquecer aventureiros. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1958<sup>22</sup> p. 2, Apud LOPES, 2011, p. 29).

Com esse fragmento é possível observar a utilização da argumentação técnica incorporada ao texto dos jornais, com o resgate do texto do General Poli Coelho remetendo à especulação imobiliária em Brasília. Trata-se de afirmar que isso já tinha sido advertido ao Governo e, que mesmo assim, não houve medidas efetivas para superar um problema encontrado.

As discussões e análises feitas até o momento sobre os artigos da RBG e BG reforçam a ideia que, por mais que os autores procurassem fazer uma análise científica, política e com levantamento de dados para se pensar a ação “da Mudança da Capital”, ainda eram artigos que partiam do princípio da necessidade da mudança e de sua efetivação. Não colocavam em questionamento que o Governo não deveria fazer tal mudança, principalmente pautados no cumprimento das Constituições de 1891, 1934, 1946. O mais próximo disso eram os questionamentos sobre a necessidade de se fazer novos estudos científicos para escolher com exatidão o sítio para a mudança da Capital Federal.

Ficam algumas perguntas: seriam esses periódicos do IBGE uma contrapartida aos jornais cariocas da época que eram antimudancistas? Seria esta uma alternativa encontrada pelo Governo Federal para se pautar em publicações com um alvo específico com um cunho mudancista em contraponto aos veiculados no Rio de Janeiro? Se sim, qual a linha política encontrada pelo Governo, entendendo que as publicações do IBGE começam no Governo Vargas e se estendem até o Governo Juscelino? Qual era o elo de conduta da instituição no período de transição entre esses governos distintos?

---

<sup>22</sup> Especulações imobiliárias encareceram Brasília. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 29 dez. 1958.

## Capítulo III



### Capítulo 3:

#### A mudança da Capital Federal no discurso dos autores: o Pensamento Geográfico no IBGE

---

Brasília não era apenas uma cidade planejada, mas sim a materialidade da formação de um Brasil moderno. O projeto não era apenas para a transferência da Capital Federal, mas permeava um outro projeto que buscava a unidade da nação, que seria aproximar os sertões “vazios” com a implementação do que havia de mais moderno e simbólico para um país: a Capital Federal.

Um projeto que aparece oficialmente com a Constituição de 1891, após a proclamação da República, visava a construção de uma nação. As motivações eram muitas, como: integração nacional, proteção de fronteiras, construção da identidade nacional, respeito à determinação da Constituição, dentre tantas outras que se alteravam parcialmente pelos interlocutores e pelo espírito de época.

O Presidente Juscelino Kubitschek representa essa época e essa cidade como um cartão de visita para o exterior, considerando que foi ele o responsável por fazer alianças e empréstimos para materialização dessa proposta para unidade nacional. Entretanto, até 1960, outras discussões foram feitas em torno da mudança, com debates entre os mais diversos setores. A opinião pública era dividida e, segundo o jornal *A Tribuna da Imprensa*, a construção de Brasília não era bem vista entre os cariocas, mas para alguns dos interlocutores da RBG já havia uma consciência nacional sobre sua necessidade e o país apoiava a empreitada (CASTRO, 1946).

Parte das discussões suscitadas pelo IBGE sobre a mudança da capital aparecia em seus periódicos RBG e BG. Esses artigos acompanhavam as discussões da época e divulgavam qual o andamento dos debates e havia, inclusive, a participação de membros do IBGE que trabalhavam nas Comissões de exploração para a mudança da Capital, como Fábio de Macedo Soares Guimarães. Os periódicos traziam reflexões sobre as áreas estudadas para abrigar a nova Capital Federal, articulando as discussões e as notícias sobre a futura Brasília. Como uma rica fonte histórica, a RBG e o BG apresentavam as análises de diversos pensadores sobre a temática, sendo possível ainda identificar quais os temas mais debatidos entre eles.

Compreender como foi a articulação da Instituição para com essa ação do Estado e seus planos mudancistas são os objetivos desse capítulo.

### **3.1 Sistematizações das informações e análise dos textos dos periódicos RBG e BG**

No ano de 1938, no governo do presidente Getúlio Vargas, apareciam entraves ligados ao conhecimento do território e da população brasileira, como a inexistência de dados oficiais exatos que demonstrassem com maior precisão a totalidade do país, o que dificultava pensar estrategicamente o território, seu gerenciamento e a ocupação de áreas com menor densidade demográfica. Conhecer o território era um desafio para que se pudesse enfraquecer as oligarquias locais e articular o território como uma Nação, reforçando a ideia de unidade nacional.

A primeira fonte de divulgação de trabalhos científicos com repercussão nacional é a Revista Brasileira de Geografia (RBG), com seu primeiro número datado de janeiro de 1939. O primeiro número da RBG foi decorrente da Resolução nº18, de 12 de junho de 1938, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia, que consistia em divulgar periodicamente as pesquisas produzidas pelo IBGE sobre o território brasileiro. As publicações dessa Revista eram de pesquisadores do IBGE e de outras instituições, que faziam caracterizações do país e levantamento de dados sobre o território, sendo organizado pelo periódico na forma de artigos, noticiários, legislações e comentários.

Os artigos dos primeiros números dessa revista fazem uma descrição do território e dos assuntos tratados a partir dos dados colhidos. A tomar como exemplo, na primeira publicação há o artigo de Pierre Deffontaines, *Elemento da Natureza e da luta dos Homens*, com uma descrição das características naturais do Brasil, reforçando que, para conhecer o país é importante conhecer o quadro físico em que será exercida a atividade humana, apresentando as características geológicas e de relevo da área.

Na sequência, o segundo trabalho destacado é de Silvio Fróes Abreu, mais um artigo com caracterização da área, *“As regiões Naturais da Baía”*. Como os resultados eram preliminares o autor não apresenta uma conclusão, mas afirma que são estudos iniciais que precisam ser aprofundados. Em números subsequentes da revista essa discussão é retomada.

Na seção intitulada “comentário” há a contribuição do pensamento do Dr. Preston E. James, Professor da Universidade de Michigan, intitulado *Alterações nos tipos de povoamento*

*no Estado de São Paulo* analisado por Delgado de Carvalho. Constituído de um texto que apresenta a ocupação do Estado de São Paulo, o comentário do professor conclui que os lucros, extraídos principalmente da atividade cafeeira, é que moveu a formação territorial deste estado.

O periódico ainda conta com mais duas partes: noticiários e legislação. Na seção de noticiários são apresentadas as atividades geográficas e o próximo fragmento consta na primeira publicação da seção notícias:

*Discurso proferido pelo Presidente, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, na cerimônia da instalação da primeira sessão das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, a 1º de Julho de 1937, no salão de Conferências do Palácio Itamarati. (RGB, 1939, p. 95, grifo do autor).*

Esse espaço era destinado à veiculação de informações sobre acontecimentos, com notícias curtas sobre atividades que o corpo editorial julgava de interesse à geografia brasileira. A última parte desse primeiro número ficou destinado para Legislação, informando alterações decorrentes da época, como o desse primeiro número, que foi o decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934, que criou o Instituto Nacional de Geografia e Estatística para desenvolver estudos estatísticos. Com essa estrutura, os periódicos apresentavam as discussões a um público mais amplo, como profissionais distantes dos grandes centros urbanos, prefeituras e professores de geografia de todo o país.

Sobre a temática da mudança da Capital Federal, constam cinco textos na RBG, do período de 1946 à 1955, de 3 autores, quais sejam: Christovam Leite de Castro, Fábio Macedo Soares Guimarães e José Osvaldo de Meira Pena. O primeiro artigo, datado de 1946, é que inaugura as discussões sobre a mudança da capital nos periódicos produzidos pelo IBGE:

*Entre os distinguidos para compor a comissão figura o Eng.º Christovam Leite de Castro, é o presidente da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Entrevistado pela Agência Nacional, o Eng.º Leite de Castro deu à imprensa do país substanciais informações acerca do assunto, tendo expendido vários pontos de vista relativamente a tão marcante problema. Eis como o Eng.º Leite de Castro encara a questão da transferência da capital do país (CASTRO, 1946, p133, grifo do autor).*

O autor organiza o texto em tópicos: *A consciência nacional do problema; A complexidade do problema* e; *A contribuição da Geografia*, demonstrando outros casos de Estados brasileiros que tiveram sua capital transferida. Entre os apontamentos, destaca-se que a mudança da capital do país é um problema a ser superado, sendo que já esteve prevista em três Constituições Federais (1891, 1934 e 1946) e por vários estudiosos, que compreendiam

como uma necessidade para garantir a integração Nacional. Visconde de Porto Seguro, também já indicava o Planalto Central Goiano para abrigar a nova capital federal, bem com a Comissão de Luís Cruls.

Castro (1946) fez as seguintes considerações sobre o sítio construção da nova capital:

Porque, prévia e cuidadosamente estudada, a nova localização da metrópole deverá harmonizar, em linha justa, os múltiplos interesses em jogo, para melhor desenvolvimento da civilização nacional.

Para bem compreender-se a afirmação, basta assinalar algumas condições básicas que a nova metrópole deve satisfazer:

- 1) o local deve oferecer a máxima segurança tática e estratégica, como sede do governo nacional;
- 2) a situação deve proporcionar equilibrado contacto da capital com a parte litorânea e a parte central do país, de maneira que essas duas partes melhormente se entrossem, em recíproco benefício, resultando daí vigoroso impulsionamento da interiorização da civilização brasileira, sobretudo:
  - a) pelo avanço ocidental do nosso povoamento;
  - b) pela irradiação interiorizada da viação e das comunicações do país;
  - c) pela penetração extensa da produção nacional;
- 3) o sítio da capital deve ser beneficiado por clima favorável ao estabelecimento da administração central;
- 4) o lugar deve atender às modernas exigências urbanísticas para as concentrações humanas de vulto (CASTRO, 1946, 135).

As preocupações abordadas por Castro (1946) refletem os questionamentos da época, em que a localização da capital era pensada para a área central do país para que pudesse integrar o território nacionalmente. Pensava-se também num local que não se situasse tão afastado da área litorânea, considerando o clima como outro aspecto importante para o bem estar da população que abrigaria a nova capital. O autor ainda faz analogia de Brasília a um coração, ou seja, um órgão interiorizado e bem protegido: esse era um dos argumentos da época que faziam alusão à segurança, em termos estratégicos.

Essa concepção de *área core*, ou *área coração* é atribuída a partir das perspectivas geopolíticas dos militares brasileiros daquele período em que a construção de Brasília tinha como significado, para além da integração do território nacional, a possibilidade de dinamização entre as regiões brasileiras, a partir da integração econômica, bem como cumpriria um papel na conjuntura internacional, elevando o país à “capacidade de realização do ‘jovem gigante’ em busca de um papel de destaque em cena internacional” (VLACH, 2003, p. 10), auspiciando uma liderança entre os países da América do Sul, superando a influência da Argentina no continente e, segundo essas concepções geopolíticas apontadas pela autora, se colocaria em disputa pela hegemonia mundial com os Estados Unidos.



No terceiro tópico de seu artigo Castro (1946) sinaliza a contribuição da geografia para as missões de exploração e pela Comissão que ele integrou (Comissão Poli Coelho) considerando o papel do geógrafo como fundamental para entender as características físicas do sítio, como para articular os interesses das pessoas do local com os interesses políticos e a inter-relação com todo o território. O autor defende neste momento que os geógrafos são os responsáveis por compreender a demografia e, assim, pensar na ocupação efetiva do interior do país.

**A contribuição da Geografia** - Nos estudos da localização da capital no planalto central, a contribuição da Geografia há de ser vultosa e de valia, se não predominante, porquanto especulativamente o problema é mais geográfico do que político ou mesmo geopolítico (CASTRO, 1946, p. 569).

A análise de Castro (1946) demonstra um pouco das preocupações dos estudiosos da temática, em especial os da ciência geográfica, que dialogavam entre os relatórios das Comissões de Estudos para a transferência da capital para o Planalto Central, bem como outros autores que publicavam na RBG e no BG.

O Boletim Geográfico (BG) é um meio de comunicação oficial do Conselho Nacional de Geografia (CNG) que, a partir da resolução nº 91, de 23 de julho de 1941, deliberou que a Secretaria do CNG editaria mensalmente um boletim de informação sobre suas atividades. Os artigos do Boletim Geográfico que discutem diretamente o tema *Mudança da Capital Federal* têm como interlocutores os autores: Christovam Leite de Castro, Everardo Backheuser, Eunápio Queirós, Speridião Faissol e Preston E. James, que problematizam a mudança da capital com um posicionamento acerca dos temas e o que estava sendo discutido pelas Comissões exploratórias.

O primeiro artigo que discute diretamente a mudança da Capital Federal, registrado no BG, é datado de fevereiro de 1947, na seção editorial assinado por Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia. O autor tece considerações descritivas acerca da localização do “Planalto Central”:

Fácilmente encontra-se fundamentação científica, fortemente baseada na documentação, e documentação tradicional, conceituando-se tal planalto como a região que se limita ao sul pelo vale do rio Grande, a leste pelo vale do rio São Francisco e que ao norte e ao oeste descamba suavemente em direção geral do noroeste, entendendo-se até às primeiras cachoeiras dos rios amazônicos (primeira no sentido da subida dos rios) (CASTRO, 1947a, p. 1435).

O autor apresenta uma conceituação de Planalto Central e apresenta uma proposta de tipo de colonização com função da nova Capital, partindo do pressuposto que uma das principais funções é a de colonização, mas que seria necessário decidir qual o tipo de colonização seria mais interessante para o país: o tipo impulsionador ou o tipo colonizador.

O autor faz três perguntas que orientam sua indagação sobre a mudança da Capital: Por que? Para onde? Como? Como resposta à primeira pergunta, ele afirma que é obrigação dos brasileiros uma vez que isso consta na Constituição, a questão de “para onde” está sendo respondida pelas Comissões e buscava apontar os sítios propícios para a instalação da Capital e, para a terceira pergunta afirma que com a intervenção do Estado era possível mudar a área da nova Capital. Castro (1947c) aprofunda em uma questão, a saber, “para onde” a Capital deveria ser transferida, já que como membro da Comissão exploratória investigava o Planalto Central com um caráter mudancista.

É perceptível que o autor concebe os políticos como agentes norteadores do pensamento nacional, onde a consciência da nação é construída por um grupo que idealiza não apenas o local e a função de uma nova Capital Federal, mas também o que se concebe como consciente coletivo do povo brasileiro. Os técnicos e os cientistas surgem como suporte para legitimar essa consciência comum.

O segundo autor a produzir uma análise sobre o tema no Boletim Geográfico foi Everardo Backheuser (1947a), que apresenta como primeira postulação o fato que as Constituições previam a mudança da Capital, mas não mencionavam datas pré-estabelecidas, deixando em aberto esta questão. O tema da geopolítica também fora abordado na sua elaboração sobre a temática:

A inteligência dada à palavra “técnico” do artigo constitucional não terá por certo a de “especialistas em determinados setores”, porque do que se carece para encaminhar a solução de problema tão lídimamente político é de técnicos especializados em Ciência Política. Trata-se de fato de questão assaz complexa exigindo capacidade de “ver” a localização da capital não apenas pelo microscópio de uma especialidade (o urbanista, por exemplo) mas à luz do que convirá ao futuro político da Nação, quer dizer, à luz da Geopolítica propriamente dita. Seguramente, na composição daquele “selecionado”, o governo terá obedecido a êsse critério. (BACKHEUSER, 1947a, p. 515).

Assumindo o caráter Geopolítico da ação da mudança da capital, é necessário pensar não apenas nos aspectos físicos/naturais já apresentados pela Comissão Cruls, mas também qual o tipo de ocupação que o Estado se propunha a fazer, próximas a áreas poucos povoadas do

Planalto Central ou em áreas mais afastadas? Se nesse momento o Estado já havia planejado a alteração da Capital para a área do retângulo Cruls, então não havia necessidade de novos estudos, como o da Comissão Poli Coelho. O autor afirmava ainda que muitos brasileiros já associavam o Planalto Central ao Retângulo demarcado por Cruls (BACKHEUSER, 1947b).

Backheuser (1947c) insiste em que a mudança da Capital Federal precisaria de um tempo maior para se efetivar, por considerar que a quantidade de estudos sobre o tema poderia tornar a escolha mais exitosa. Ele ainda enfatiza a equidistância entre os pontos mais extremos do país para a nova localização, indicando que havia critérios já estabelecidos:

A Comissão decidiu, ao que consta, limitar suas pesquisas apenas aos trechos de planalto central que se enquadrassem dentro de duas condições seletivas por ela consideradas basilares: 1) Estarem em altitude superior a 700 metros; 2) Acharem-se dentro da isaritma de 5 habitantes por quilômetro quadrado. A essas duas condições foi ainda acrescentada uma outra, não explícita, mas incidentemente, a saber: 3) que a atual transferência da Capital tenha caráter provisório, até que, mais tarde, o assunto seja retomado pelas gerações vindouras. (BACKHEUSER, 1947d, p. 968).

O caráter transitório da capital era discutido antes mesmo da Comissão Poli Coelho e, Backheuser (1947d) apontava como uma fragilidade e desperdício de dinheiro público se a capital fosse transferida novamente, trazendo inclusive essa discussão ao Conselho Nacional de Geografia, para que desse um parecer sobre a questão. No último texto sobre a questão da mudança da capital assinado por Backheuser (1948), é apontado o cerne da discussão em torno da densidade demográfica da área da nova capital, salientando o autor que:

[...] se deve ser escolhida em zona já regularmente povoada, com densidade pelo menos cinco habitantes por quilômetro quadrado, ou, ao contrário, em área de ainda menor quociente humano, isto é, praticamente deserta. Há, evidentemente, argumentos pró e contra cada uma das hipóteses, sem os quais a discussão não se teria estabelecido (BACKHEUSER, 1948, p.1083).

Backheuser aponta que no final do Relatório Cruls (1894) a densidade demográfica na área era menor, e por isso era importante estabelecer a Capital na área escolhida. Entretanto, por volta da década de 1940, a densidade da área se modificou e ele discute se não seria melhor instalar a Capital Federal em outro ponto onde houvesse menor densidade demográfica, “verdadeiros desertos” e, problematizando que a ocupação efetiva dessas áreas se dá por falta de infraestrutura local, não apenas deixando a colonização se tornar efetiva:

[...] é indispensável coordenar a mudança da capital com uma série de obras públicas que a completem. Sempre imaginei a transferência da capital como seguida (e talvez mesmo perdida) de um sistema racional de comunicações,

fáceis e baratas, para os diversos azimutes do litoral e das fronteiras terrestres. E por quê? Porque o problema primordial das nações ocupantes de espaços desérticos é povoá-los, não transitória e precariamente, mas de modo estável e duradouro. Para fixar a população ao solo cumpre possuir rede de comunicações abundantes, para que se dê a exploração econômica efetiva. A mudança da capital não é, portanto, um fato isolado, como que solto no ar. Cumpre acompanhá-lo de uma política territorial bem estruturada, de vias de comunicação, de colonização alienígena e de elementos nacionais, de aproveitamento da energia hidráulica. Tudo isso não pode ser deixado aos azares dos acontecimentos em sua evolução lenta e cheia de surpresas, de deslocamentos eventuais de população.

Em outras palavras, a mudança da capital é um passo geopolítico a ser circundado de vários outros, a menos que não se queira estar a fazer obra de desassissados, senão loucos. (BACKHEUSER, 1948, p. 1084).

Não era possível pensar na mudança da Capital dissociada do processo de ocupação de áreas com baixa densidade demográfica. Não tinham vias com grande fluxo que interligavam o interior do Sertão com o litoral e, com a Capital instalada, era necessário implementar essas redes de fluxo de mercadorias e pessoas por parte do Estado. Nas Comissões de Exploração do Planalto Central pensava-se em áreas que pudessem conectar ao litoral, todavia, na visão de Backheuser, as redes viárias deveriam ser pensadas concomitantemente à nova Capital, ligando ao centro do país e não necessariamente ao centro de densidade demográfica, como afirma Anselmo (2000):

Backheuser rechaça mesmo esta suposição de que o centro urbano por ser mais populoso interferia na localização ótima de uma capital, como deixou claro nas variadas vezes que criticou a posição do Presidente Arthur Bernardes em seu apoio pela mudança da capital calcando-se sobre esse motivo (p.109).

E, ainda segundo Anselmo (2000), a principal colocação de Backheuser sobre a temática da mudança da Capital:

O essencial das colocações de Backheuser no que concerne a este tema específico recai, na verdade, sobre dois pontos, nos quais coincidem, segundo a sua opinião, tanto a escola alemã como a francesa – representada por Vallaux e Brunhes: a centralização da capital é ideal no caso “1) da criação de uma capital artificial e; 2) nos países de regime federativo, e especialmente confederações”.

Fica portanto, a mudança da capital brasileira respaldada tanto sob os argumentos de uma vertente como de outra. (ANSELMO, 2000, p.109-110).

Nesse mesmo ano de publicação do texto de Backheuser, o deputado Eunápio Queirós (1948) publicava no Boletim Geográfico um relatório apresentado à Câmara Federal dos Deputados, apontando que o país passava por pelo menos 6 planos: 1) Plano de Viação Nacional; 2) Plano de Aproveitamento do S. Francisco; 3) Plano de Valorização da Amazônia; 4) Plano de Obras contra as Secas; 5) Plano Salte e 6) Plano de Mudança da Capital Federal,

onde esses planos competem entre si e não seguem uma “linha diretriz” do interesse na nação (QUEIRÓS, 1948). O autor faz uma apresentação de onde as discussões em torno da mudança da capital aparecem, mas afirma que não houve na primeira Constituição (1891), onde constava a mudança da Capital para o Planalto Central, um estudo prévio “que demonstrasse se êsse o “melhor” entre outros lugares para o estabelecimento da nova capital” (QUEIRÓS, 1948, p. 336).

Por “intuição”, foi sugerida essa transferência para a posição geográfica mais singular do nosso território, “única em relação ao Brasil todo”, no dizer de Varnhagen, a qual conseguiu impressionar, por essa singularidade e pelas empolgantes descrições posteriormente feitas, a tantos quantos dela tiverem conhecimento.

Não houve um estudo comparativo, selecionando entre outras regiões, de modo que a única apontada é tão louvada, com o realce da singularidade geográfica, de fato muito expressiva e até simbólica, considerável ainda quanto aos mais fáceis, pelo ufanismo nacional, cristalizou-se na consciência dos homens públicos então. (QUEIRÓS, 1948, p.337).<sup>23</sup>

Não havia nessa época um forte debate sobre outro lugar que não fosse o Planalto Central para o local onde se assentaria a nova Capital Federal. O cerne da discussão da área era dedicado a Brasília ou a Minas Gerais, na fronteira com maior densidade demográfica ou, no interior de Goiás. Quando Queirós aponta que a área escolhida para abrigar a nova capital está mais próxima do imaginário ufanista projetado pelo Estado, se aproxima das indagações feitas por Backheuser (1947d) que afirma que essa necessidade já foi embutida como cultura nacional da época.

Na RBG é apresentado um trabalho de Guimarães (1949) com detalhes sobre uma expedição geográfica no Planalto Central, sob orientação do prof. Leo Waibel que, tendo em vista o problema da posição da capital, pensava nos tipos de sítios convenientes. O texto apresenta mapas de densidade demográfica, o que seria o ponto central do Brasil, com fotos do relevo, abordagens sobre o clima, a vegetação e solos, hidrografia, dados sobre ocupação humana e tipos de economia. Nesse texto é discutida a definição de sítios e a importância da definição da posição da capital, entendida pelo autor como fundamental, se tratando das capitais.

O texto que aborda a mudança da capital apresenta as capitais naturais onde “órgão central do Estado se estabelece desde sua origem numa cidade já existente” onde a formação

---

<sup>23</sup> Esse é o último texto publicado pelo Boletim geográfico antes da instalação da Capital Federal. Há dois outros textos de 1960 (FAISSOL, 1960) e (JAMES, FAISSOL, 1960) que discutem Brasília após sua inauguração, que não foram trabalhados.

urbana foi espontânea como Paris, Roma, Rio de Janeiro e, a capital artificial são aquelas que “após escolha prévia do local, é criada repentinamente onde não existia” (PENA, 1955, p. 78).

Empreendemos um esforço em apresentar a proposta geral dos textos da RBG e BG que trataram sobre o tema da criação de Brasília, procurando evidenciar quais as análises mais recorrentes entre eles e os temas mais utilizados na época por esses autores, que serão abordados nos próximos tópicos desse capítulo.

### **3.1.1 Análise dos textos sobre a mudança da capital: o levantamento sobre os temas de pesquisa**

Entre os textos publicados nos dois periódicos do IBGE no período considerado encontramos sobre a temática da pesquisa cinco publicações na Revista Brasileira de Geografia (RBG) e no Boletim Geográfico (BG), dez publicações. Assim, apresentamos ao todo quinze publicações específicas sobre a mudança da capital que foram analisadas e discutidas. Entre artigos, comentários e transcrições se configuraram as discussões científicas que contribuíram até a construção de Brasília. A RBG e BG foram interlocutores desses processos dos quais participaram membros e não membros da Instituição. A seguir, as análises de cada um dos textos.

### **3.1.2 Análises dos textos sobre a mudança da Capital Federal na Revista Brasileira de Geografia**

A seguir os textos veiculados pela RBG sobre a temática mudança da Capital Federal no período de 1946 a 1955, período em que ocorreram as publicações nessa revista.

Texto 1 - *A transferência da capital do Brasil para o Planalto Central* - (CASTRO<sup>24</sup>, 1946).

O primeiro texto entre os periódicos do IBGE que trata sobre a mudança da Capital Federal como tema central é intitulado: *A transferência da Capital do país para o planalto central*, do engenheiro Christovam Leite de Castro (CASTRO, 1946). No início do texto o autor ressalta que há uma consciência nacional sobre a necessidade da mudança da Capital, pautado em três Constituições Federais<sup>25</sup> que determinavam a necessidade de mudança da capital:

---

<sup>24</sup> Engenheiro, membro da Comissão Técnica para o Estudo da Localização da Nova Capital da União.

<sup>25</sup> As Constituições Federais mencionadas pelo autor são as de 1891, 1943 e 1946, até o ano em que o artigo foi escrito.

Foram assim três Assembléias Constituintes que afirmaram a necessidade da providencia e essa circunstância é altamente expressiva, porquanto a Assembléia Constituinte se forma por representantes eleitos pelo povo, com missão especial em nome dos brasileiros, estabelecerem novos rumos à vida nacional. (CASTRO, 1946, p.133)

Os argumentos de Castro (1946) se constituem pelo fato de que as Assembleias Constituintes são compostas por representantes “eleitos pelo povo”, que por sua vez deveriam eleger os rumos da vida nacional, além de apresentar uma necessidade de interiorização da capital e, na perspectiva de Castro, essa mudança se tornou coerente por apresentar a visão desse grupo. Castro (1946) argumenta perante a legitimidade das ações dos representantes da Nação sem fazer menção ao sistema que elegia esses políticos, o qual apenas uma parcela da população votava, uma vez que, como apontado por Nogueira (2005), o voto universal aparece apenas na Constituição de 1988. Este fato coloca em xeque o posicionamento de Castro (1946) que dialogava apenas na legitimidade pelo grupo de eleitores e não de uma representação nacional ampla que pudesse ter uma maior representatividade da vontade nacional.

Outro argumento apresentado por Castro (1946) é de que outras capitais brasileiras foram transferidas e tiveram êxito nessa transição, como são os casos da transferência da própria capital colônia da Bahia para o Rio de Janeiro em 1763, a transferência da capital mineira de Ouro Preto para a atual Belo Horizonte em 1897, a transferência da capital goiana de Goiás para Goiânia em 1942, entre outras capitais no Brasil e no mundo.

O autor associa a ideia de interiorizar a Capital Federal ao Visconde de Porto Seguro como seu mentor, que preconizava que o Planalto goiano poderia fixar um novo governo, e ainda resgata a lembrança da Missão Cruls<sup>26</sup> declarando que a área demarcada por essa Comissão já havia sido revista por diversos estudiosos e que seria uma opção viável, devendo então encurtar as discussões sobre a viabilidade da transferência da Capital para o Planalto Central.

Castro (1946) ainda afirma que há duas principais questões para o país, em uma visão dicotômica em que: “[...] aventurando-se dizer que no Brasil há dois problemas fundamentais, o da educação para o Brasil litorâneo e o da ocupação para o Brasil interior” (CASTRO, 1946, p.136). Esses argumentos apresentados pelo autor enfatizam uma visão do interior do país em que há um sertão dito atrasado, passível de ser ocupado, onde a principal problemática era a

---

<sup>26</sup> Como já citado nos capítulos anteriores, a Missão Cruls é datada de 1894 e teve o intuito de demarcar uma área no Planalto Central do país para abrigar a Nova Capital do Brasil de acordo com a Constituição de 1823.

baixa densidade demográfica e que a capital a oeste do Rio de Janeiro estimularia [como estimulou] a ocupação do interior e do entorno da Capital Federal.

Ainda sobre possíveis problemas brasileiros enfrentados em sua época, Castro (1946) destaca três principais fases sucessivas sobre a temática da mudança da Capital Federal para a solução do problema:

1.<sup>a</sup> caracteristicamente política, é a deliberação, em que se reflete a consciência nacional, fase já vencida com a inserção do dispositivo constitucional hábil; 2.<sup>a</sup>, acentuadamente técnica e científica, é a do estudo, em que se aplica a cultura nacional, fase que cabe à Comissão nomeada pelo governo empreender; a 3.<sup>a</sup>, predominantemente administrativa e financeira, é a de instalação, em que se concretizarão no terreno dos projetos aprovados, em demonstração expressiva da capacidade realizadora dos brasileiros. (CASTRO, 1946, p.134).

A consciência nacional que é uma fase dita vencida por Castro (1946) é apoiada nas Constituições federais de 1891, 1934 e 1946 que reafirmavam a mudança da Capital Federal para o interior do país, mas os métodos de análise dos apoios da população são questionáveis. Não havia uma necessidade por parte do Estado em garantir, de forma exclusiva, a satisfação da população nacional, sendo que esse fator não se constituía como elemento central para a mudança da Capital. Quando Castro (1946; 1947) reafirma que havia uma consciência que concordava com a questão se baseava na representatividade que os constituintes tinham e não de fato na vontade nacional, não havendo, por exemplo, uma ampla pesquisa de opinião que envolvesse a população.

Há, em contrapartida à consciência nacional apontada por Castro (1946), em jornais de circulação na cidade do Rio de Janeiro – que anos após essa publicação de Castro –, apresentam uma opinião destoante dessa consciência nacional, expondo um caráter antimudancista. Conforme identificado por Lopes:

Brasília estava longe de ser uma unanimidade. Exatamente o oposto, havia muito mais detratores do que defensores. A grande imprensa era majoritariamente contrária à construção da nova capital. Do lado dos antimudancistas – membros dos movimentos político contrário à transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília – nomes de peso e em grande quantidade. Como Gustavo Corção (1896), até hoje o maior intelectual da direita católica brasileira. Como Assis Chateaubriand (1892- 1968), criador do maior conglomerado de comunicações já visto do lado de cá do Equador. Como Samuel Wainer (1910- 1980), que abriu grande espaço a seu jornal *A última hora* para a causa antimudancista.

Mas ninguém foi mais antimudancista, nem mais inimigo do governo de Juscelino Kubitschek (1902- 1976), que Carlos Lacerda (1914- 1977). *A tribuna da Imprensa*, jornal personalíssimo que era conhecido como “o jornal



do Carlos Lacerda” (BACIU, 1982) durante o período de “velha Tribuna”, foi o mais ferrenho crítico da transferência da capital para o Planalto Central (LOPES, 2011, p. 15).

Nesse estudo de Lopes (2011) é colocada em questionamento a afirmação de Castro (1946) sobre a consciência nacional que já era tida como um problema solucionado. Em nenhum dos 15 textos<sup>27</sup> da RBG e BG sobre a mudança da capital federal para Brasília, apresentados pelos autores, constam o paralelo com a insatisfação da população do Rio de Janeiro como o identificado por Lopes (2011).

Castro (1946), ao afirmar que o problema da consciência nacional já havia sido superado no ano de 1946, não toca nas discussões sobre esta temática que aconteciam no Rio de Janeiro daquele momento. O jornal *Tribuna da Imprensa* foi um dos principais veículos antimudancistas, na década de 1950, destoando de uma consciência nacional concordante com a transferência da capital federal, como afirmada por Lopes (2011).

Texto 2 - *A Mudança da capital do país à luz da ciência geográfica*<sup>28</sup> - (CASTRO, 1947c)

O segundo texto da Revista Brasileira de Geografia é de autoria de Christóvam Leite de Castro, referente a uma aula inaugural do ano de 1947, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nessa Conferência ele aponta os desafios para a construção da nova Capital Federal, explicando sobre três correntes fundamentais para se entender o problema da mudança da Capital: *a grande corrente dos políticos*; a segunda corrente, *dos cientistas e dos técnicos* e; a terceira corrente, *dos técnicos da administração*, a quem caberia a concretização e efetivação da mudança da Capital Federal. Assim, o autor se baseia em três perguntas para explicar essas correntes: “1 – Por que? 2 – Para onde? 3 – Como?” (CASTRO, 1947c, p.124).

Entre esses chamados problemas, segundo Castro (1947c), a primeira etapa a ser cumprida se enquadraria na resposta à primeira pergunta, *Por que?*, atribuindo à formação da *Consciência Nacional*, entendendo que era necessário criar essa consciência coletiva sobre a necessidade da mudança da Capital com um sentido e significado à população brasileira, completamente diferente da ideia de que a consciência nacional já estava formada e, segundo

<sup>27</sup> Os textos são referentes de Castro (1946, 1947a, 1947b, 1947c, 1948); Backheuser (1947a, 1947b, 1947c, 1947d, 1948); Queirós (1949); Guimarães (1949); Pena (1955); Faissol (1960); James e Faissol (1960)

<sup>28</sup> Conferência pronunciada em Belo Horizonte no Instituto de Educação a 3 de março de 1947 (CASTRO, 1947c, p.123)

os jornais que circulavam no Rio de Janeiro daquele momento, não havia consenso que a melhor solução seria a mudança da capital.

Na segunda questão levantada por Castro (1947c), “*Para onde?*”, o autor reforça a ideia de que o problema da consciência nacional incorporado à cultura nacional já havia sido resolvido pelos políticos e, deste modo a problemática *Para onde* seria resolvida pelos técnicos e cientistas, na escolha pelo sítio mais adequado para receber a nova capital. Destaca-se nesse processo que nesse texto de Castro (1947c) o local seria definido por estudos científicos, não fazendo menção à participação da população nessa escolha.

Ao fazer uma análise da construção da sociedade brasileira partindo do autoritarismo, embutido na essência da formação da nação, Chauí (2004) conclui que a inclusão política e econômica de toda a população é vista como algo que impossibilita a “governabilidade”, afastando a população das decisões dos rumos nacionais, já que a população foi [e ainda é] afastada da inclusão social, de fato. A análise realizada por Chauí (2004) sobre o processo brasileiro vai de encontro com a afirmação descrita por Castro (1946c), uma vez que ele aponta que já há a formação de uma consciência nacional pela necessidade da transferência da Capital, mesmo não havendo uma comoção pública pela mudança da Capital Federal, conforme os jornais como *A Tribuna da Imprensa*, que tinham um teor mais mudancista (LOPES, 2011). Em outras palavras, a falta de inclusão social e política descrita por Chauí (2004) é justamente o que Castro (1949c) descreve como consciência nacional, e ela não ocorre de fato, e se ocorresse impediria o autoritarismo Estatal.

Diante disso, Castro (1947c) ainda argumenta que a mudança da Capital Federal deve ser baseada na densidade demográfica do país, havendo a necessidade de se iniciar o “ciclo de Brasília”, encerrando o “ciclo do Rio de Janeiro”, e pensando na área da Capital a uma distância de pelo menos 500 quilômetros do litoral, fazendo ainda uma previsão:

Daqui a 100 ou 200 anos a população aumentará, a ocupação se alargará e o ciclo de Brasília terminará. Virá, depois, um outro ciclo, porque a penetração se acentuará, de modo que a faixa aumentará a largura, atingindo talvez, a 1000 quilômetros, o que será uma verdadeira maravilha (CASTRO, 1947c, p. 282).

Ao apresentar a ideia de ciclos para a construção de uma nova Capital, Castro (1947c) compreende que é um atrativo no estímulo à população para novas áreas com a função de capital, e que esse é um modelo para a distribuição da população pelo território nacional. A partir dessa análise o autor apresenta duas hipóteses de ocupação para a nova capital:

Na primeira hipótese, será localizada a capital no **vazio**, ou seja em região além daquele limite; na segunda hipótese, ficará situada em região expressivamente povoada, além da linha de limite (CASTRO, 1947c, 282, grifo nosso).

Essa discussão de um sítio localizado mais ao centro do Planalto Central ou em uma área próxima ao Triângulo Mineiro, que se referem respectivamente à área dita como “vazia” e à área mais expressivamente povoada, também aconteceu na comissão de Exploração para a transferência da capital para o Planalto Central, chefiada por Poli Coelho, conforme demonstra Guimarães (1949), onde a Comissão se dividiu na proposta de localização do sítio.

Segundo Vlach (2003) o povoamento do interior (Oeste brasileiro, em especial) era um tema amplamente debatido entre os militares brasileiros como Golbery do Couto e Silva, Mário Travassos e Carlos de Meira Matos, como forma de integração do território nacional, reforçando as relações de segurança nacional. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico é um fator de suma importância a ser considerado, atuando como promotor da interiorização a partir da construção de infraestruturas. Para a autora,

A ocupação e o povoamento do centro-oeste do território brasileiro (e a seguir, da Amazônia) começam a se tornar uma realidade, na medida em que as redes de transportes e comunicações se estendem, gradativamente, de Brasília até as “regiões de fronteira” (VLACH, 2003, p. 11).

Texto 3- *A mudança da Capital do País*<sup>29</sup> – (CASTRO, 1948).

No texto *A mudança da Capital do país*, Castro (1948) inicia afirmando que em cumprimento ao dispositivo constitucional, formou-se uma comissão com doze técnicos, dos quais o general Djalma Poli Coelho presidia e ele mesmo fazia parte como membro. Esse registro de Castro (1948) era para informar os rumos dos trabalhos dessa Comissão que havia apresentado uma área para abrigar a Capital Federal, mas que os membros da Comissão ficaram divididos entre duas possíveis áreas. Assim, afirma Castro:

É interessante e oportuno o conhecimento de duas soluções mencionadas, que são uma, que reuniu sete votos dos doze membros da Comissão, portanto a maioria que aponta uma área de cerca de 78 000 quilômetros quadrados, formada de terras a leste do Estado de Goiás, confinado a leste do Estado da Bahia e Minas Gerais, e abrangendo ao sul e parte do oeste o retângulo

<sup>29</sup> Comunicação feita ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 31 de agosto de 1948 (CASTRO, 1948, p. 117).

demarcado pela Missão Cruls em 1894 para a futura Capital Federal e ao norte a chapada dos Veadeiros (CASTRO, 1948, p. 117).

Essa Comissão liderada por Poli Coelho remeteu à Comissão Cruls para apresentar uma possível área, considerando principalmente o critério de Capital com polo colonizador. Como se trata de um texto exposto na seção comentários da RBG, a forma dos conteúdos é sucinta, não descrevendo pormenorizadamente os trabalhos que Castro desenvolveu nas atividades da Comissão.

Texto 4 - *O planalto central e o problema da mudança da capital do Brasil*. -(GUIMARÃES<sup>30</sup>, 1949)

Esse foi o primeiro e o único texto na RBG compondo a seção de artigos com a apresentação de dados mais aprofundados sobre a temática, não se restringindo apenas a opinião do autor, como os textos discutidos até então, que compunham a seção de comentários. Em 1947 duas expedições foram organizadas pela Comissão de Estudos sobre a Localização da Nova Capital do Brasil, sob a chefia dos professores Francis Ruellan e a segunda pelo professor Leo Waibel, que foi a base para a composição do artigo de Guimarães (1949).

O texto foi dividido em duas partes, sendo que a primeira apresentou um “*Esboço geográfico geral do Planalto Central*”, e a segunda parte um “*Estudo Geográfico do problema da localização da nova capital no Planalto central do Brasil*”.

Na primeira parte foi feita uma caracterização física da área, seguindo os seguintes tópicos: *I Relevo e estrutura; II Clima; III Hidrografia; IV Vegetação e solos; V Ocupação humana e tipos de Economia e; VI Âmbito do Planalto Central*. Os três primeiros tópicos são apresentados requisitos entendidos como básicos para a escolha da área, destacando-se a questão climática que foi uma dos aspectos determinantes na escolha do sítio para a alocação de Brasília. Todavia o mais particular dessa primeira parte do texto refere-se ao tópico *Ocupação Humana e tipos de Economia*, pois mesmo abordando a questão da mudança da Capital como a escolha de um sítio provavelmente em uma “área vazia”, ainda assim faz menção à população, seus modos de vida e as formas de subsistência, dentre outros aspectos. Inclusive esse foi o único dentre os artigos analisados que trazia um acervo de fotografias no corpo do texto das pessoas que viviam no Planalto Central, de onde elas vinham e sua distribuição pelo território, ressaltando a perspectiva de como viviam a população no Planalto

---

<sup>30</sup> Diretor da Divisão da Geografia do Serviço de Geografia e Cartografia do Conselho Nacional de Geografia.

Central, que por menos que fosse a densidade demográfica da área elas existiam e foram registradas pelo autor, ficando próximo a um registro histórico dessas populações, diferenciando de todos os outros textos sobre a temática.

A segunda parte do texto foi subdividida em oito tópicos: *I Os Conceitos gerais de “sítio” e “posição”<sup>31</sup>*; *II Conceito de Boa posição para uma capital*; *III Aplicação do conceito de uma boa posição ao caso da localização da Capital no Planalto Central do Brasil*; *IV Conceito de um bom sítio para uma capital*; *V Aplicação do conceito de bom sítio ao caso particular do Planalto Central do Brasil*; *VI Classificação das zonas indicadas pela Comissão segundo os critérios de sítio e posição*; *VII Outros sítios estudados pela segunda expedição e*; *VIII Sumário de conclusões*.

Nessa segunda parte consta uma análise mais abrangente da área, a partir da discussão sobre posição para a localização da nova Capital. O autor enfatizou que a questão central da segunda parte de seu trabalho era a discussão em torno da posição, em primeira análise, para depois caracterizar o sítio, entendendo que: “Um mau sítio pode ser melhorado graças ao esforço humano; mas o homem nada pode quanto à posição” (GUIMARÃES, 1949, p. 29).

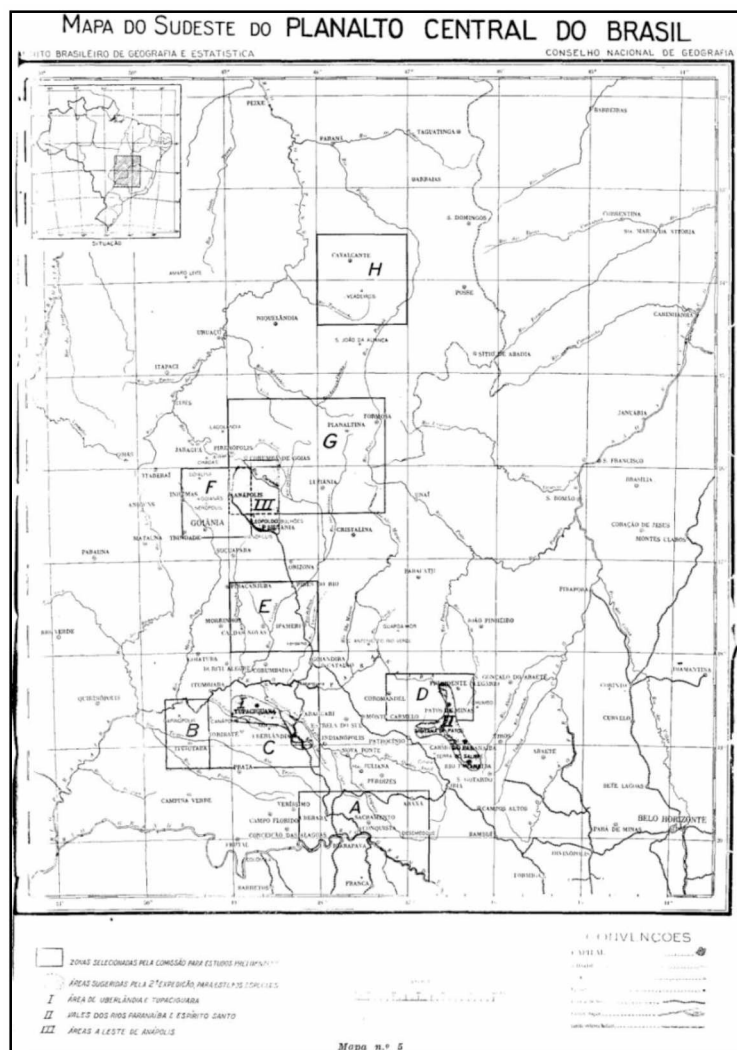
Guimarães (1949) apresenta as discussões que envolvem a ocupação, colonização, migração e função da Capital Federal. Diferentemente de Castro (1947c) que compreende a função da Capital de colonizar o centro oeste e difundir a migração na área, Guimarães (1949) discute que a colonização não é a principal função de uma Capital, mas sim as questões administrativas da cidade e, tendo uma Capital com a função central, política-administrativa, para o autor, a tendência é colocá-la na área central do país, não perdendo contato com as “regiões mais desenvolvidas, aquelas que constituem o que os geógrafos de língua inglesa chamam a *core area*” (GUIMARÃES, 1949, p. 32).

---

<sup>31</sup> Segundo a definição de Guimarães (1949, p.29): “Entende-se por ‘sítio’ o conjunto de aspectos intrínsecos do local que se acha a cidade, bem como das zonas imediatamente circunvizinhas. São características do relevo, do clima, do solo, da vegetação, etc, da área ocupada pela cidade e suas circunvizinhanças, considerados por si mesmos. Por ‘posição’ compreende-se a situação da cidade em relação a outras áreas distintas, mesmo que muito afastadas, em relação ao conjunto do país e até mesmo do continente, em suma. Não é um conceito puramente geométrico, que possa exprimir simplesmente pelas coordenadas geográficas (latitude e longitude), pois envolve considerações a respeito das condições geográficas de outras áreas que não aquela que se acha estritamente ocupada pela cidade. Tais considerações se referem, por exemplo, à situação da cidade em relação a acidentes geográficos”.

A partir dessa análise, a posição de Guimarães (1949) apresenta uma aplicação conceitual para a área do Planalto Central à Comissão, sendo que o mapa a seguir representa as possíveis áreas seguindo o critério de posição para se instalar a nova Capital.

Figura 5 - Mapa de localização dos possíveis sítios para a Capital Federal.



Fonte: Guimarães (1949, p.39).

São apresentadas oito zonas identificadas por letras no mapa, que segundo a Comissão seriam os melhores locais para receber a Nova Capital Federal, considerando o quesito de posicionamento. Essas áreas que foram ordenadas das mais favoráveis para as menos favoráveis conforme aparecem no quadro abaixo:

1ª	Zona	D	(Alto Paranaíba ou zona de Patos de Minas)
2ª	”	A	(Uberaba-Araxá)
3ª	”	C	(Uberlândia-Tupaciguara)
4ª	”	E	(Itapemiri-Pires do Rio)
5ª	”	B	(Ituiutaba)
6ª	”	F	(Goiânia-Anápolis)
7ª	”	G	(Retângulo de Cruls ou zona Planaltina)
8ª	”	H	(Chapada dos Veadeiros) (GUIMARÃES, 1949, p.40) p. 40).

Guimarães (1949) ressaltou que as três primeiras zonas não diferiam muito da posição baseada no conceito de *core area* e *hinterland*, usados para separar as áreas, pautando assim na posição que se aproximava das áreas litorâneas com maior circulação econômica e, que a última área identificada por “zona H”, Chapada dos Veadeiros, seria inviável devido à densidade demográfica inferior a 1 hab/Km<sup>2</sup>.

Após a análise da posição, o autor apresenta os critérios para escolha do sítio, que eram baseadas nas seguintes condições: 1ª Topografia, 2ª Clima, 3ª Abastecimento d’água, 4ª Proximidade de floresta, 5ª Energia elétrica, 6ª Materiais de Construção, 7ª Natureza do subsolo e, 8ª Paisagem atraente. No decorrer do texto, o autor apresenta as motivações de cada um desses critérios, focando em dois deles como mais importantes, sendo a topografia e o clima, partindo da análise de que há dificuldade nesses dois quesitos, para os quais a ação humana não consegue interferir (GUIMARÃES, 1949).

Com as análises de posição e sítio das zonas indicadas e mais outras áreas que não foram citadas no artigo, o autor destaca três zonas que deveriam ser consideradas em sua época, para abrigar a nova Capital: “A mais bem dotada é a de Uberlândia-Tupaciguara, seguindo-se por ordem decrescente de preferência, a do Alto Paranaíba ou de Patos de Minas e a de Goiânia-Anápolis” (GUIMARÃES, 1949, p. 68).

A partir desse primeiro artigo da RBG, com grande nível de detalhamento sobre a questão da transferência da Capital, é possível observar que havia um interesse do IBGE, enquanto um instituto de pesquisa que norteava o pensamento científico daquela época, sendo fundamental incluir-se nesse debate. O trabalho de Guimarães (1949) foi escrito em 1947 e só se transformou em formato de artigo para a RBG para atingir a finalidade de divulgação das atividades das Comissões. É possível perceber também que não havia um claro consenso sobre as áreas, já que a cada estudo ou metodologia aplicada, as áreas variavam, mas todas se mantendo no Planalto Central brasileiro.

Texto 5 – *A mudança da capital do Brasil* (PENA<sup>32</sup>, 1955).

Esse texto, apresentado na seção Comentários e que teve como base um livro do mesmo autor, o Diplomata Pena, apresenta uma introdução de sua obra. Entre os autores que publicaram nas revistas do IBGE sobre a mudança da Capital Federal, foi ele quem abordou questões referentes às definições de “Capital natural” e “Capitais artificiais” proposta por Camille Vallaux e Jean Brunhes e, como Brasília se insere nessas questões:

[...] o Fundador da capital artificial evita todos os sítios já ocupados: como tais sítios geralmente são os mais favoráveis, a capital artificial parece às vezes violentar a natureza. Produto direto das necessidades políticas, ela amontoa grande número de gente em localidades que, por si mesmas, não gozam de nenhuma dessas forças de atração de onde, geralmente, saem as aglomerações urbanas. A capital natural nasce sobre o terreno: a capital artificial nasce no mapa e é, em seguida, transportada para o terreno a golpe de milhões e de força de vontade. (PENA, 1955, p.79).

Ressalta-se que em alguns sítios escolhidos, o que prevalece para a escolha é a sua “posição”, e se for um estudo minucioso [*estudos lentos*<sup>33</sup>] que pudessem representar melhor planejamento e detalhamento na decisão, havendo chances de que a capital artificial obtenha um sucesso na escolha. Por outro lado, uma escola que parte de estudos rápidos representa em “consequência de pressa, erro ou predominância momentânea de fatores políticos prementes” (PENA, 1955, p.79) que podem resultar em escolhas equivocadas. Mas também há considerações sobre capitais artificiais se tornarem capitais naturais com o tempo, devido ao seu crescimento espontâneo, existindo casos onde capitais artificiais são pensadas para evitar conflitos entre as cidades já existentes.

No caso brasileiro, não era pensado diretamente o caso de transferir a Capital para evitar conflitos, mas sim para distribuir a população no interior do território. Assim a disputa direta localizava entre os estados de Minas Gerais e Goiás, e nesse caso não se considerava o centro geométrico do país, mas sim o centro demográfico, já que a função da transferência da Capital no discurso das Comissões técnicas é de unificar o território.

Caso, porém, houvesse rivalidade entre São Paulo e Minas Gerais, a solução naturalmente indicada seria localizar o futuro Distrito Federal em Poços de Caldas ou Araxá, por exemplo, no limite interestadual. Assim mesmo se

---

<sup>32</sup> Diplomata brasileiro.

<sup>33</sup> Termo utilizado por Pena (1955) designando um estudo mais aprofundado, minucioso a respeito da escola do sítio que receberia a nova a nova Capital.



manifesta o desejo de localizar êsse Distrito Federal na fronteira entre Minas e Goiás (PENA, 1955, p. 81).

Segundo Pena (1955), a escolha de uma Capital do interior do país inaugura o “período aéreo” das capitais, uma vez que não havia a mesma necessidade das proximidades com o mar devido à evolução dos transportes, substituindo o “período oceânico” e modificando o mapa geopolítico do mundo:

O fenômeno seguinte a ser considerado é o da posição, freqüentemente excêntrica, das capitais, em conexão com as fronteiras vivas ou críticas do país. Ponderam VALLAUX e BRUNHES que a função da capital responde ao duplo objetivo de manter a unidade da sociedade política, prevenindo as tendências locais centrífugas, e de dar coesão e direção ao esforço permanente de pressão e de resistência que é exercido sobre as fronteiras (PENA, 1955, p.81).

No caso brasileiro uma das funções da nova capital seria estar suficientemente próxima das fronteiras para organizá-las e vigiá-las e, o sertão aparece como “fontes puras da nacionalidade, ali escolhendo o sítio para sede do órgão de centralização do Estado” (PENA, 1955, p. 87). São apresentados outras capitais no mundo e os processos de formação (artificial ou natural), fornecendo aos estudiosos da época material para reflexão sobre a função que era pensada para Brasília e como isso já foi utilizado em outras cidades.

### 3.1.3 Análises dos textos sobre a mudança da Capital Federal no Boletim Geográfico

A seguir os textos publicados no Boletim Geográfico sobre a mudança da Capital Federal no período de 1947 a 1960.

Texto 1 - *A mudança da Capital do país* (CASTRO, 1947a).

Nas primeiras linhas de sua análise, Castro (1947a) remete à Constituição em vigor e à Comissão que estudava a mudança da Capital Federal, afirmando que os trabalhos tinham uma escassa publicidade e que as opiniões se limitavam a opiniões pessoais.

O autor apresentou que era possível se pensar em dois tipos de capital, caracterizando um tipo como colonizador e outro como impulsionador. Pautado na proposta de colonização<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> É frequente o registro do termo *colonização* nos textos do BG com referências à ocupação de áreas com baixa densidade ocupacional, em relação às áreas de maior densidade das áreas litorâneas.

que se colocava para as Comissões, considerava duas possibilidades: a colonização por núcleos isolados ou no tipo impulsionador da civilização:

No tipo colonizador a civilização se faz por núcleos isolados, dotados sobretudo de forte poder de atração; nesse caso, a nova capital pode localizar-se bem no interior do país, embora não lhe seja circundante ou próxima a civilização, porque ela se instalará isoladamente, obediente a um plano de auto-suficiência, afim de sobreviver, evoluir e atrair.

No tipo impulsionador a civilização como que caminha progressivamente, avançando-se pelo interior a dentro de seus elementos de progresso material e cultural; nesse caso, a nova capital tem de localizar-se na faixa pioneira, verdadeira zona de transição entre a parte expressivamente civilizada e a não, de maneira que se possa recolher de parte as energias econômicas, políticas e sociais para projeta-las na outra parte. (CASTRO, 1947a, p. 1435).

Nessas colocações, Castro (1947a) sintetiza os debates da época que apontavam duas regiões prioritárias que poderiam abrigar a nova capital: o Planalto Central e o Triângulo Mineiro. O Planalto Central já era proposto desde a Comissão de Luís Cruls, situado no interior de Goiás e apontada pelas Comissões como área para a construção de Brasília, além de ser apoiada por políticos goianos. Por outro lado, o Triângulo Mineiro era apontado como área destinada a receber a nova capital por estar situado em uma região de transição entre as áreas de menor e maior densidade demográfica para a ocupação. Dessa forma, o autor aponta os ônus da possibilidade da localização da capital ser isolada no território nacional e afastada da região em que se desenvolve a vida nacional, pois iria requerer altos custos, considerando ainda que a “função política e a administrativa dificultam-se ante a impossibilidade de contatos prontos e frequentes com os meios fortes da nacionalidade” (CASTRO, 1947a, p. 1436).

O autor é pessimista quanto à instalação da capital no interior do estado de Goiás e também tece argumentos sobre a sua localização na área de transição. Em relação à localização da Capital Federal na faixa de transição, Castro (1947a) destaca, que a mesma “atende à finalidade básica da mudança que é a interiorização da metrópole, em condições de arrastar consigo, [...] os recursos materiais e culturais” (p. 1436). Outros argumentos do autor dizem respeito ao clima ameno e à utilização das técnicas de urbanismo para escolha do sítio, afirmando que para as duas decisões, havia tecnologias suficientes para se decidir por bases científicas, baseadas em documentos geográficos, climatológicos, estatísticos e econômicos a escolha do local da nova Capital. Com uma perspectiva pragmática sobre o tema o autor afirma que:

É o que o Brasil espera de quantos têm responsabilidade no problema, sendo de crescer que, acima das concepções teóricas e científicas, deverá haver a preocupação prática do aproveitamento duma oportunidade que se oferece

excepcional: o desejo firme do Govêrno atual de efetuar a mudança, durante o seu mandato. (CASTRO, 1947a, p. 1436).

Nesse período, o presidente Eurico Gaspar Dutra, teve um papel determinante no processo de mudança, já que na Assembleia Nacional Constituinte (1946), determinou a criação da Comissão Poli Coelho para a escolha da área que receberia a nova Capital.

## Texto 2 – *Aspectos Históricos da Mudança da Capital do Brasil* (CASTRO, 1947b)

Em sua segunda reflexão, Castro (1947b), na seção do Editorial, iniciou novamente o texto reforçando que a mudança da Capital era uma determinação Constitucional, colocando em evidência o tipo de ocupação daquele momento no Brasil, que se concentrava em uma faixa de 500 km a partir do litoral, além de que, na época, estava em processo uma batalha pela interiorização do país superando a ocupação litorânea, ou o “Ciclo da Costa” como foi concebido pelo autor:

Aparece, então, com toda nitidez, a necessidade imperiosa e urgente da mudança da capital, para que a cabeça do organismo nacional possa melhor presidir a vida nacional, mais centralizada no palco onde ela se desenvolve, e ao mesmo tempo atuar, pela sua posição estratégica, com fator de êxito na batalha da penetração. Em outras palavras, no processo histórico da ocupação brasileira, na hora de atuar, com se encerra um ciclo a que se poderia chamar de “Ciclo da Costa”, durante o qual Salvador e Rio de Janeiro funcionaram como capitais eficazes. Inicia-se agora um outro ciclo. Seria o “Ciclo de Brasília”, se assim se chamar a nova capital do país, conforme sugerido desde 1822. Ou ainda o ciclo da faixa dos 500 quilômetros de penetração. Êsse segundo ciclo atará durante um período de 100 a 200 anos, durante os quais a população brasileira duplicará ou triplicará, e então, a faixa ocupada efetivamente, se estenderá por uma largura possível de 1000 quilômetros de distância do litoral e nessa ocasião daqui a um ou dois séculos, a faixa ocupada pela população então existente transformará o panorama geral da vida brasileira, a exigir novas deliberações, novos rumos e novas táticas, dentre os quais, sem dúvida, figurará o problema da escolha da capital que melhormente sirva à situação atuante. Aí, dar-se-á o encerramento do segundo ciclo. Brasília, então, já não oferecerá condições ótimas de cérebro da vida nacional, nem oferecerá posição adequada aos novos impulsos da penetração humana, daí a necessidade de Brasília ceder lugar a “Tocantínia” se assim se convencionar chamar a nova e futura capital. Parece não descabido imaginar-se uma ocupação progressiva e lenta do Brasil pela sua população crescente, através dos tempos, do litoral para o interior. Não é descabido imaginar-se, também, que nesse caminhar progressivo através dos séculos surjam situações singulares como a que a caracterizar, na evolução, ciclos sucessivos, que se traduzirão por faixas características de ocupação, proporcionando a cada uma delas faixas de uma capital do país racionalmente organizada para melhor proveito dos impulsos da nacionalidade. (CASTRO, 1947b, p.5).

Nas considerações apontadas no fragmento destacado, o autor aponta a concentração da população em áreas litorâneas como um problema a ser superado, considerando que Brasília

pode representar uma alternativa para ocupação massiva do interior do país. O autor projeta posteriormente que Brasília cederia lugar a “Tocantínia” como uma capital mais ao interior do país ainda.

Essa noção cada vez mais debatida do tipo de ocupação que se pensava para interiorização do país, era tema recorrente entre os estudiosos do período, com o intuito de fornecer cientificamente as informações necessárias à ocupação do interior e superar os vazios demográficos do território nacional.

Texto 3 – *Localização da Nova Capital do País no Planalto Central* (BACKHEUSER<sup>35</sup>, 1947a)

Esse texto de Backheuser (1947a) iniciou uma série de comentários do autor no BG sobre a temática da mudança da Capital. O autor apresenta uma breve discussão sobre uma área para a Capital, retomando a legitimidade da transferência, pautada na Constituição Federal, reforçando os esforços já empregados pela Comissão Cruls, no governo de Floriano Peixoto.

Backheuser (1947a) ainda aponta que a transferência da Capital é um problema político que deveria ser tratado por profissionais em Ciência Política, e reforça que poderia ser usado o conhecimento técnico já produzido sobre a área, como é o caso dos trabalhos da Missão Cruls e “se fôra, para aceitar, sem outras pesquisas, a decisão anterior, não fôra necessário eleger nova Comissão” (BACKHEUSER, 1947a, p. 516). Ressalta-se que por mais que o autor faça menção à Comissão de Poli Coelho, entende que os trabalhos de Cruls tinham uma legitimidade e propõem que fossem usados, indo de encontro com a primeira afirmação do autor, quando diz que a mudança da Capital era um problema político, uma vez que já havia material de levantamento sobre a área, e os estudos precisos encomendados para a Comissão Poli Coelho seriam necessários mais para as questões políticas do que propriamente dito no levantamento das características da área. Em todo o caso o autor enfatiza que havia dúvidas sobre a área exata, mas com toda certeza seria no Planalto Central.

Texto 4 – *O Retângulo Cruls* (BACKHEUSER, 1947b)

Após um texto geral sobre a temática Mudança da Capital Federal, Backheuser (1947b) apresenta um texto, na seção comentários sobre a Missão Cruls, ressaltando as habilidades de cada membro dessa Comissão, como higienistas, engenheiros entre outros profissionais de

---

<sup>35</sup> Consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia.

várias habilidades científicas. Essas afirmações dialogam com o primeiro texto de Backheuser (1947a) no BG, em que há a sugestão de que as Comissões deveriam conter profissionais de várias áreas para que houvesse um melhor entendimento sobre o local e não acabar tendendo por uma única especialidade.

Para Backheuser (1947b) havia interesse até mesmo de cariocas pela transferência da capital, pensando que haveria uma autonomia da cidade do Rio de Janeiro e, para o autor, já havia uma identificação da população com a área demarcada pela Comissão Cruls. Assim ele ressalta mais uma vez que era necessário considerar a área demarcada pela Comissão, pensando que era uma fonte histórica de informações e um trabalho já realizado.

Texto 5 – *Localização da Nova Capital: Clima e Capital* (BACKHEUSER, 1947c)

Essa temática de Clima envolveu a maioria dos trabalhos das Comissões que discutiam sobre a nova Capital, pois era consensual que esse fator era determinante para a escolha do sítio que abrigaria a futura Brasília. Considerando que o clima, associado à topografia, resulta em sensações térmicas mais amenas, sobretudo considerando os servidores públicos federais do Rio de Janeiro, que eram de áreas litorâneas e, pelo fato de amenizar os problemas da continentalidade, o autor considerava tal temática importante para o estudo da escolha do sítio. Vergara (2006) aponta que a escolha do clima como característica importante para a política de imigração, desde a Comissão Crlus, tendo em vista que o clima salubre possibilitaria que imigrante europeu não precisasse de aclimação.

Backheuser também debatia em sua obra sobre um viés da política de branqueamento da população, compreendendo a miscigenação uma maneira de fortalecer a população brasileira geneticamente, e dessa maneira era necessária a imigração da população dita branca para miscigenar com os indígenas e negros do país. Sendo assim o clima se torna determinante para a qualidade de vida dessas pessoas, compreendendo que os imigrantes europeus viviam em climas mais amenos se comparados ao do Brasil e era necessário pensar nessa questão do clima quando se tratava da imigração:

Sua intensão, claramente ideológica, era a de assegurar a possibilidade de uma existência de um Estado-nação num meio – ou numa posição – desfavorável. Se a população havia sido degenerada pelo clima, além dos outros *fatores geográfico*, a mestiçagem permitiria a correção. Imigrantes, brancos de origem, saudáveis e instruídos, compensariam os rigores do clima e trariam não só a contribuição genética, mas também sua contribuição cultural. Nesse aspecto, a influência de Oliveira Viana é visível, na sua explicação pluricausal

dos fenômenos sociais, associado raça, meio e cultura (ALSEMO, 2007, p. 212).

Para o tema migração das populações que viviam no Rio de Janeiro para o Planalto Central, em decorrência da transferência da Capital, Backheuser (1947c) se preocupava com a escolha do sítio em decorrência do clima, pensado na adaptação das pessoas que viviam sob influência da maritimidade e que passariam a viver sob a influência da continentalidade, por isso relacionava a questão do *clima* e *Capital*.

Nesse texto Backheuser (1947c) ainda afirma sobre o aspecto posição, dissertando que o requisito primordial para a escolha da nova Capital era a equidistância dos pontos extremos do país para aproximar as áreas que eram mais distantes da então Capital, o Rio de Janeiro. Mas o clima se configurava como uma questão importante, considerando que estrangeiros viveriam na área, e que as condições da Capital eram a principal impressão que os estrangeiros teriam do país. Ressaltou ainda que o Rio de Janeiro sofreu com epidemia de febre amarela e de varíola e isso repercutiu em outros países.

O autor conclui que a decisão entre uma cota mínima de 700 metros para a escolha da Capital Federal era interessante, uma vez que poupava esforços eliminando outras áreas para se pensar uma nova Capital, e segundo os estudos da Comissões essa cota já influenciaria no clima, amenizando as características climáticas em decorrência da latitude tendo como influência a altitude do sítio. Sendo assim a escolha da cota altimétrica de no mínimo 700 metros já eliminaria parte da preocupação sobre as condições climáticas para a escolha do sítio.

#### Texto 6 – *Localização da Nova Capital: Critérios de Escolha* (BACKHEUSER, 1947d)

O autor retoma a discussão sobre o Retângulo Cruls e afirma que não houve até então Governo ou Assembleia que julgassem a área inadequada. Após essa afirmação ele apresenta uma discordância de alguns critérios que a Comissão presidida por Poli Coelho utilizou para a escolha do sítio para a nova Capital. O primeiro critério é que a área deveria estar dentro da isaritma de 5hab./Km<sup>2</sup> e o segundo critério seria uma discussão de que a transferência da Capital fosse como caráter provisório.

A transitoriedade na transferência da Capital seria dispendiosa à Nação e que não haveria uma motivação e uma explicação para que isso ocorresse. Segundo Queirós (1949), a ideia de uma solução de uma Capital Federal transitória na cidade de Belo Horizonte foi apresentada

por Teixeira de Freitas, o qual não é citado por Backheuser (1947d), mas que dialoga diretamente com o interlocutor de tal proposta.

O autor ainda sugere uma interferência do Conselho Nacional de Geografia – CNG que preparasse um material sobre tal questão. Sobre a relação com a densidade demográfica Backheuser (1947d) ironiza que os mapas com as isaritmas impressionava os técnicos e os leigos, uma vez que a densidade demográfica não tinha sido um critério para a seleção do sítio para nova Capital até então, e que pelo contrário os técnicos da Missão Cruls haviam privilegiado áreas com menor densidade demográfica, comparado por Backheuser como áreas desérticas.

Texto 7 – *Localização da Nova Capital: Ponto Nevralgico* (BACKHEUSER, 1948)

O que Backheuser (1948) nesse texto considera como ponto principal da discussão da transferência da Capital Federal é a questão da densidade demográfica de pelo menos 5hab/Km<sup>2</sup>, uma vez que se atribui esse critério e se desconsidera as chamadas áreas “desérticas”<sup>36</sup>, para locais com densidade inferior ao valor estipulado pela Comissão.

O autor apresenta um raciocínio sobre a transferência ou não da Capital Federal, pensando em uma possibilidade de que isso não ocorresse e as verbas públicas seriam direcionadas a outras partes do país que necessitassem desse recurso. Mas diante disso ele argumenta que a Capital no Planalto Central não viria sozinha, seria antecedida, na melhor das hipóteses, por uma gama de serviços e redes de comunicações que interligariam a área no centro do país com as demais regiões, e isso decorreria da construção de uma nova Capital. Backheuser (1948) ainda conclui que não havia espaço para Capitais transitórias e que essa não seria a melhor alternativa para “espaços desérticos”.

Em outras palavras, a mudança da capital é um passo geopolítico a ser circundado de vários outros, a menos que não se queira estar a fazer obra de desassisados, senão loucos (BACKHEUSER, 1948, p. 1084).

Texto 8 – *Mudança da Capital do País: Parecer da Comissão Parlamentar*<sup>37</sup>. (QUEIRÓS<sup>38</sup>, 1949)

<sup>36</sup> As expressões: “pleno deserto” e “espaço desértico” são as utilizadas pelo autor (BACKHEUSER, 1948).

<sup>37</sup> Relatório Geral, apresentado à Câmara Federal dos Deputados, em sessão de 7 de dezembro de 1948.

<sup>38</sup> Deputado do PSD - Bahia.

Este texto foi escrito para a seção de transcrições, tendo sido apresentado por Queirós (1949) à Câmara Federal dos Deputados referente ao relatório da Comissão para a Localização do Planalto Central para a mudança da Capital federal. Foi subdividido entre: *Resenha Histórica, Os trabalhos da Comissão Técnica, Sub-comissão de Investigações Geográficas, Relatório da Primeira expedição, Relatório da segunda Expedição, Trabalho das outras sub-comissões, Sub-comissão para estudo do Abastecimento de Energia para a Nova Capital e Distrito Federal e Parecer do Relator.*

Na primeira parte desse texto há 23 tópicos dentre os quais a ideia da mudança da Capital é atribuída: aos Inconfidentes mineiros em 1789, no 1º tópico; os artigos do Visconde de Porto Seguro em meados de 1839 a 1850 que pediam a mudança da Capital, no 9º tópico; Proclamação da República na qual a Constituição Provisória “estabelecida pelo decreto nº 914 – A, de 23 de outubro de 189, do governo provisório, mantinha em foco a questão da mudança” (QUEIRÓS, 1949); a Constituição Federal de 1891 que em seu 3º Art. demarcava uma zona de 14400 Km² no Planalto Central para abrigar o Distrito Federal, que segundo Queirós (1949), baseado na constituição Federal de 1891, se constituiria em um Estado; no tópico 14º apresenta a Missão Cruls que apresentou o Relatório em 1894; a Pedra Fundamental em Planaltina em 1922 foi apresentada no tópico 17º; uma possibilidade de solução transitória apresentada por Teixeira de Freitas com a transferência da Capital para Belo Horizonte apresentada no tópico 22º; até a última Comissão presidida por Poli Coelho no ano de 1946, no tópico 23º.

Após apresentar o histórico sobre a temática, Queirós (1949) comenta sobre os trabalhos da Comissão técnica de Poli Coelho, onde os critérios de análise do Planalto Central selecionaram 8 áreas<sup>39</sup> que poderiam abrigar a nova Capital. Os principais fatores para a seleção foram a áreas no Planalto Central, sendo apresentada uma definição; índice de povoamento maior que 5hab./Km² e altitude maior que 700m.

Exceto as áreas do Quadrilátero Cruls e da Chapada dos Veadeiros que apresentavam um índice inferior a 5hab./Km², todas as áreas respeitavam todos os critérios estabelecidos pela Comissão. A seleção dessas áreas foi realizada na primeira expedição ao Planalto Central, tendo em vista que o objetivo desse trabalho foi elaborar uma compreensão de Planalto Central e apresentar possíveis áreas.

---

<sup>39</sup> As 8 áreas ou 8 zonas descrita por Queirós (1949) correspondem a: A – Uberaba-Araxá; B – Ituiutaba; C – Uberlândia-Tupaciguara; D – Patos de Minas; E – Ipameri-Pires do Rio; F – Goiânia-Anápolis, G – Retângulo Cruls e H – Chapada dos Veadeiros.



Na segunda Expedição foram investigadas, além das 8 zonas escolhidas, também as áreas entre essas zonas, sendo explorada uma extensão territorial de cerca de 200.000 Km<sup>2</sup> em 80 dias de trabalho de Campo, estudando-se: “o relêvo, estrutura, clima, hidrografia, vegetação, solos, ocupação humana, tipos de economia” (Queirós, 1949, p. 345). Esse texto descrevia os procedimentos que a Comissão realizou durante as expedições, descrevendo as definições e aplicações metodológicas que avaliaram as 8 zonas.

Em seguida Queirós (1949) apresenta o *Parecer do Relator* sobre a questão iniciando com uma discussão sobre a função da Capital. Sobre Brasília, uma das obrigações da nova Capital seria de colonizar o território central, o que Queirós (1949) toma como primeiro ponto para sua explanação.

Nos casos das Capitais da Austrália e Estados Unidos tiveram ação primordial para soluções de crises que comprometiam a unidade nacional. Queirós (1949) cita Lucas Lopes afirmando que a localização da Capital Federal não é suficiente para difundir novos rumos à questão da unidade nacional, que precisa de outros fatores para se fortalecer, sendo necessária então uma compreensão maior de quais seriam as funções de uma cidade Capital.

A primeira função discutida por Queirós (1949) é a *Colonizadora*, muito pensada por grupos mudancistas que afirmavam que a mudança da Capital seria necessária para colonizar o Planalto Central, como Castro (1947c). Entretanto Queirós (1949) afirma que por mais que a mudança da Capital acabe por colonizar a área de baixa densidade demográfica, ainda assim essa não deveria ser sua função central, já que a Capital Federal é o “centro de coordenação” político e administrativo e não um centro industrial e comercial para estimular por si só a migração. O impacto que a Capital geraria na área do entorno seria local, uma vez que quem iria para a área da nova Capital, a princípio, seriam os servidores públicos que não tem e não geram muita renda a ponto de estimular uma economia forte que incentivasse o consumo e o crescimento da cidade.

Queirós (1949) ainda cita como base a cidade de São Paulo, que ampliou suas relações por meio da expansão do consumo, que se consolidou pela expansão das vias de transporte e aumentou a circulação dos produtos, consolidando o mercado consumidor, em outras palavras, “estimulou o progresso” (QUEIRÓS, 1949).

A segunda função discutida refere-se à *Política*, que se pautava como um meio de consolidar a Unidade Nacional e manter em voga o sistema federativo, defendendo também a unidade nacional:

Os governos federais, escolhidos democraticamente pelo voto universal, representarão sempre o conjunto de aspirações regionais. Serão sempre os defensores básicos da unidade nacional. Contra eles podem se levantar forças políticas regionais tendentes ao separatismo. Eles as esmagarão, se a sua capital, - a sua sede e a sua base de apoio, - estiver vinculada a região mais forte do país. Se, entretanto, esta região mais forte e isolada se opuser ao governo federal e caminhar para o separatismo, êste será irremediável (LOPES, Apud QUEIRÓS, 1949, p. 357-358).

Queirós (1949) compreende que por uma questão política é plausível a transferência da Capital federal a partir das considerações de Lucas Lopes apresentadas no fragmento acima, tendo em vista que a Capital Federal no Rio de Janeiro poderia estar nessas condições de uma região mais desenvolvida economicamente. A outra afirmação do fragmento é que uma das medidas para proteger o país ao separatismo é a legitimidade conquistada pelo voto universal, que não era o sistema eleitoral dessa época, como afirma Nogueira (2005), e isso só ocorre na História brasileira em 1985.

A terceira função é a *Administrativa*, no que Queirós (1949) acaba por discordar, tendo em vista que o argumento que a mudança da Capital motivada por essa função é invalidado pelo fato de que outras Capitais pelo mundo com localizações diversas exercem o mesmo papel que as Capitais com centros geográficos. Uma aproximação do centro geográfico não traria por si só uma dinâmica no sistema de comunicações e ações no território, e mesmo distante de algumas partes do país o Governo Federal no Rio de Janeiro já desempenhava essas funções.

A função *Geopolítica* foi um dos argumentos apresentados por Poli Coelho (Apud Queirós 1949), segundo o qual a mudança da Capital era uma necessidade de ocupação das áreas centrais para a manutenção do território e a segurança Nacional, tendo como consequência um fortalecimento econômico da Nação. Queirós (1949) defendia essa posição afirmando que era necessário apoderar-se das áreas centrais fracamente ocupadas, para consolidar a defesa e vigilância das fronteiras. O autor ainda pensa em fatores que possibilitariam essa ocupação:

Parece-nos que a questão da ocupação dos nossos vazios demográficos depende de três fatores primordiais: existência de regiões exploráveis economicamente; vias de transportes eficientes e elemento humano (QUEIRÓS, 1949, p.360).

Atribuíam-se ao Planalto Central do país as definições de “vazios” e por essa perspectiva de Queirós (1949) era propício de ser ocupado, ressaltando que julgava necessária a mudança da Capital pela questão geopolítica, mas discordava quando se tratava de questões colonizadoras.

A quinta e última função apresentada é a *Estratégica*, e Queirós (1949) recorre a manifestações dos responsáveis pela segurança Nacional que afirmavam que essa era uma saída para alguns aspectos defensivos e, por essas afirmações, Queirós apresentava um parecer favorável a tal questão.

Seguida essa apresentação das funções atribuídas à Capital com o parecer do relator, Queirós (1949) conclui que a principal função de uma Capital é a política administrativa e que havia diversas motivações para a transferência:

Deve ela [a Capital Federal], além das condições usuais de uma boa cidade comum, estar situada na *core area* ou à mesma fortemente vinculada e ligada a todos os centros importantes do país, assim como às fronteiras de tensão, por eficientes meios de transportes e comunicações.

A função estratégica, mesmo considerada em conjunto com a função geopolítica, na opinião de autoridades, relativamente à transferência para o Planalto Central, se manifesta pela ocupação dos **vazios demográficos** para o fortalecimento do potencial econômico da nação, recaindo assim, no caso da função colonizadora.

Esta, a nosso ver, é reclamada, não pelo papel pioneiro que possa desempenhar a capital – notadamente quando se proíbe desenvolvimento industrial acentuado – mas pelos elementos de progresso que ela deve atrair.

Na realidade, o que se necessita é de estradas, assistência educativa e sanitária, energia elétrica e eficiente política agrária. Na desconfiança de obterem tais benefícios por outros meios, procura-se um artifício que force a sua extensão para o interior do Planalto, que é a transferência da capital.

Isto significa a adoção de um caminho mais longo e mais custoso (QUEIRÓS, 1949, p. 362, grifo nosso).

A superação dos vazios demográficos citada por Castro (1947b) e Guimarães (1949) como uma proposta justificável para a mudança da Capital é criticada por Queirós (1949) nesse fragmento, uma vez que era necessário construir a infraestrutura nas áreas centrais, mas não necessariamente necessitaria da motivação da transferência da Capital Federal para que isso ocorresse. Levar os equipamentos públicos para as áreas mais distantes do litoral era uma medida necessária para se dinamizar as relações econômicas e consolidar o sistema capitalista nessas áreas, mas Brasília não era a única saída para isso.

Mesmo diante da dúvida quanto à necessidade da mudança da Capital, Queirós (1949) afirmou que como relator iria discutir em torno do fato que a mudança já estava prevista na

Constituição e dessa maneira a partir do que lhe havia sido pedido, apresentaria um parecer quanto à localização da mesma. Afirmou que o estudo mais importante era o da posição para a nova Capital com quatro critérios essenciais:

- a) Situação central em relação as regiões povoadas do país, mantendo estreita ligação com a *core area*;
- b) situação que permita fáceis comunicações “com as diversas regiões do país” e com as fronteiras de tensão;
- c) situação que não desperte animadversão por parte de certos estados da federação, a fim de evitar quebra do equilíbrio na unidade nacional;
- d) situação em região que permita desenvolvimento econômico (QUEIRÓS, 1949, p. 363).

Queirós (1949) afirmou que a Comissão de Poli Coelho respeitou parte desses itens para apresentar a escolha da área apresentada na decisão<sup>40</sup>, entretanto o autor discorda da área final proposta pela Comissão e endossa as considerações de Lucas Lopes declarando sua preferência pela transferência da Capital para Anápolis, uma das áreas proposta pela Subcomissão de Geografia.

A capital deve, forçosamente, estar apoiada nos grandes centros econômicos e sociais do país, para diante das forças do progresso. Seria uma nova base de operações, devidamente apoiada numa poderosa retaguarda. Não podemos “saltar” e sim “avançar” (QUEIRÓS, 1949, p. 365-366).

O segundo ponto apresentado por Queirós (1949) como discordância do relatório final da Comissão Poli Coelho, foi em relação às dimensões consideradas exageradas que foram sugeridas para o Distrito Federal, cerca de 78.000Km<sup>2</sup>:

Penso que o DF deve conter a cidade-capital com todas as instalações que possa vir a necessitar para o futuro. Discordo da necessidade de bastar-se a si mesmo, pois, desde que se trata de uma cidade privilegiada, é natural que ofereça possibilidades de intercâmbio com tôdas as unidades federadas. Assim, sou da opinião de uma área de 5 a 6000 quilômetros quadrados, conforme sugere a minoria da Comissão técnica, será suficiente (QUEIRÓS, 1947, p. 368).

Entre os artigos analisados esse foi o que dialoga diretamente entre as discussões no âmbito científico e político, provavelmente por se tratar de um parecer encomendado ao Deputado Queirós (1949), que tinha como função um posicionamento direto sobre a questão e apresentação de seu parecer. Entretanto esse parecer foi rejeitado:

A publicação do relatório suscitou reações de grupos regionais com presença na Câmara, provocando o bloqueio temporário do projeto (VIDAL, 2009, p. 171). Passados cinco anos, os resultados da Comissão Polli Coelho foram

<sup>40</sup> A área apresentada pela Comissão de Poli Coelho foi a do Retângulo Cruls.

sancionados e, conseqüentemente, rejeitadas as conclusões da comissão parlamentar (Lei no 1.803, de 05 de janeiro de 1953). O Poder Executivo ficava encarregado, uma vez mais, de realizar estudos definitivos para a implantação da nova capital na região delimitada por Polli Coelho, agora chamada “Retângulo do Congresso” (PEREIRA, 2010, p. 71).

Como desdobramento dessa situação até a escolha da área para a Capital Federal, deuse que:

Uma nova comissão é formada em junho de 1953, confiada ao general Aguiinaldo Caiado e Castro, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. São realizados levantamentos fotogramétricos na área em questão, enviados para o exame da firma norte-americana Donald J. Belcher. Daí resultariam cinco locais possíveis para a instalação da capital, um dos quais é escolhido em 30 abril de 1955. Nesta altura, a Comissão já havia mudado de nome e de cheia. À frente dos trabalhos estava agora o marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Na explicação de Laurent Vidal, “Café Filho [que assumira a Presidência após a morte de Vargas] organiza um novo gabinete incluindo diversos responsáveis da UDN e modifica a composição da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, integrando militares que tinham rejeitado a lógica nacionalista da política de Vargas em proveito de uma visão internacionalista e anticomunista favorável a uma aliança com os Estados Unidos” (VIDAL, 2009, p. 173, *apud* PEREIRA, 2010, p. 71).

O artigo de Queirós (1949) faz parte da história dos desdobramentos que levaram à construção de Brasília e mesmo que não sendo acatadas as sugestões da comissão parlamentar, foram importantes nos debates para se definir a área. O último elemento para se definir os rumos da Capital do país foram deixados a cargo da análise fotogramétrica de uma empresa norte-americana, fruto da visão internacionalista do período histórico.

Texto 9 - *Brasília – A Nova Capital do Brasil* (FAISSOL<sup>41</sup>, 1960)

Dentre os textos dos periódicos do IBGE analisados, esse é o primeiro registrado após a inauguração de Brasília, ocorrida em 21 de Abril de 1960. Faissol (1960) abre o editorial do Boletim Geográfico afirmando que “a mudança da capital de um país é de natureza política. Os seus fundamentos, entretanto são mais bem compreendidos quando se examina [...] o que se entende por geografia política” (FAISSOL, 1960, p. 351). Com uma fala muito otimista sobre a cidade que ele chamou de “glória” para os trabalhadores que participaram da construção e para os que trabalhavam lá, que Brasília era sinônimo de respeito no exterior. Sintetiza com a frase: “passamos de um país grande a um grande país” (FAISSOL, 1960, p. 352). Diferentemente dos outros textos, já que o objetivo não seria mais debater as comissões, uma vez que a cidade já estava instalada, esse foi uma síntese sobre a Capital e tinha o intuito de

---

<sup>41</sup> Secretário geral do Conselho Nacional de geografia.

parabenizar uma cidade “nascida” há pouco tempo e Faissol (1960), com um discurso ufanista, faz bem esse papel de saldar Brasília. As análises que o autor fez antes sobre Brasília aparecem no próximo texto.

Texto 10 – *O problema da Capital do Brasil* (JAMES<sup>42</sup>, FAISSOL, 1960)

Esse texto é datado de 1956 com publicação em 1960, ou seja, foi escrito antes da construção e inauguração de Brasília. Inicia-se com os antecedentes históricos de Brasília e faz um resgate do movimento migratório pelo país, ressaltando que poucos brasileiros, independentemente de suas classes sociais, se interessavam pelas áreas no Planalto Central.

A respeito da mudança da Capital, os autores afirmam que não houve um inquérito entre a população para saber se de fato a opinião pública sobre a questão, muito diferente do que afirma Castro (1946) ao relatar que o problema da consciência nacional estava resolvido, mas não há fatos concretos que comprovem tal afirmação.

Mesmo sem uma certeza precisa da opinião pública, os autores afirmam que certamente não haveria objeção sobre a “Marcha para o Oeste”, pois o fato da maioria da população se concentrar nas áreas litorâneas era um problema que precisava de atenção e de ser superado. Por outro lado, havia motivos para discordar da mudança da Capital Federal, e sendo assim James e Faissol (1960) elencaram alguns pontos para analisar tal proposta: Primeiro referem-se ao desejo da população brasileira de reforçar a vida nacional, consolidar essa ideia e ir de encontro com as propostas nacionalistas e que, com a Capital na cidade do Rio de Janeiro, havia uma influência externa muito significativa que dificultava essa questão. O segundo ponto é que, dentre os problemas da Capital no Rio de Janeiro, o fato de haver vários obstáculos na própria cidade levava a esforços para a resolução de problemas locais, mais próximos de questões que seriam resolvidas no âmbito municipal, que acabava por inviabilizar um bom dinamismo nas principais funções de uma Capital. Como terceiro ponto, é que a Capital no Rio de Janeiro estaria longe de ser uma “cidade ideal” e seus problemas característicos de metrópoles dificultavam inclusive a vida da população.

Apresentados alguns dos problemas enfrentados pela cidade do Rio de Janeiro, James e Faissol (1960) discutem algumas razões que inviabilizariam a mudança da Capital para o Planalto Central, voltados para a ocupação do território, tese muito discutida entre as Comissões de Estudos para a transferência da Capital para o Planalto Central, bem como por estudiosos da

---

<sup>42</sup> Professor da Universidade de Michigan

época. Outras medidas poderiam ser tomadas para suprir essa missão de incentivar a colonização da área e essas medidas foram exaustivamente discutidas nessa época.

Uma das propostas era os incentivos à agricultura, que poderiam ser uma saída para o estímulo de uma ocupação intensiva para a área. Todavia os autores fazem uma projeção:

Se os sertões se transformarem em terras agrícolas, é provável que tal ocorra pelo emprego de maquinarias nas grandes propriedades, com um número relativamente reduzido de trabalhadores. Não parece provável que o centro geográfico do território nacional venha a tornar-se também o centro geográfico da população brasileira (JAMES, FAISSOL, 1960, p. 776).

O estímulo à ocupação agrícola do Planalto Central não garantiria a expansão da densidade demográfica no local, e como é possível observar na atualidade as hipóteses de James e Faissol (1960) se mostraram acertadas, uma vez que é uma das características da agricultura do Centro Oeste o maquinário agrícola com números reduzidos de postos de trabalho, o que não garantiria uma ocupação massiva para a área. Quanto à escolha da nova Capital, alguns pontos foram elencados pelos autores, por ordem de importância para a construção da Capital, como: clima agradável, abastecimento hídrico, área florestal próxima, fontes de energia elétrica, existência de matérias para a construção civil próximo ao local de construção, subsolo conveniente para fundações e por fim, a beleza do local. Todos esses quesitos eram constantes nas análises das Comissões que poderiam inverter a prioridade dos pontos, mas acabavam por citar as exigências.

Havia ainda entraves elencados por James e Faissol (1960) elencados como perguntas sobre a questão. O principal deles é se realmente haveria um estímulo significativo da migração da população com a construção de uma Capital no Planalto Central? Isso foi questionado pelos autores baseados nos casos das capitais estaduais Belo Horizonte (MG) e Goiânia (GO), já que o número da população não expandiu significativamente. Os autores ressaltam que por mais que essa seja uma proposta de Estado, não era possível garantir que de fato a população iria ocupar o Planalto Central em decorrência da Capital Federal, e ainda não era possível determinar o fluxo migratório para a área, em outras palavras, não necessariamente uma Capital no Planalto Central atrairia a população.

As discussões em torno do Planalto Central que permeou todos os artigos apresentados apresentam pontos em comum que serão discutidos no próximo tópico.

### 3.2 Os temas destacados nos textos analisados

Após análise dos 15 textos publicados, que apresentaram a temática *Mudança da Capital Federal* nos periódicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio da Revista Brasileira de Geografia (RBG) e do Boletim Geográfico (BG), foi possível traçar as proximidades entre as análises e quais os temas mais debatidos entre esses cientistas.

Entre os temas de maior recorrência enfocados pelos autores nos textos analisados, elencamos os que estão implícitos nessas discussões e como esses temas se articulam com o Projeto de Estado Nação, em gestação pelo período varguista, tendo no IBGE importante Instituição para produção e sistematização de dados capazes de sustentar as grandezas da Nação.

Dentre os temas mais recorrentes, consta a conceituação do Planalto Central. Considerando que, a partir da Constituição de 1891, é inserida a discussão que a Capital deveria ser transferida para uma área no Planalto Central, esta área careceria de melhores explicações e definições.

Assim, os autores aqui analisados dedicaram-se em uma apresentação para além da definição sobre o que seria o Planalto Central, tornando compreensível a cartografia da área e, ainda mais, onde poderia ser inserida uma nova Capital Federal nesse sítio geográfico. Conforme pode ser observado no fragmento a seguir, a respeito da Comissão Poli Coelho:

1.<sup>a</sup>) A Comissão adota, para efeito de seus estudos, o seguinte conceito geográfico de Planalto Central do Brasil: é a parte central do planalto brasileiro, compreendendo o maciço que tem como limites ao sul do Rio Grande, a leste do São Francisco e que ao norte e ao oeste descamba suavemente na direção geral do noroeste, estendendo-se até as primeiras cachoeiras a jusante dos rios amazônico e até às bordas da encosta envolvente do pantanal mato-grossense (QUEIRÓS, 1949, p. 341).

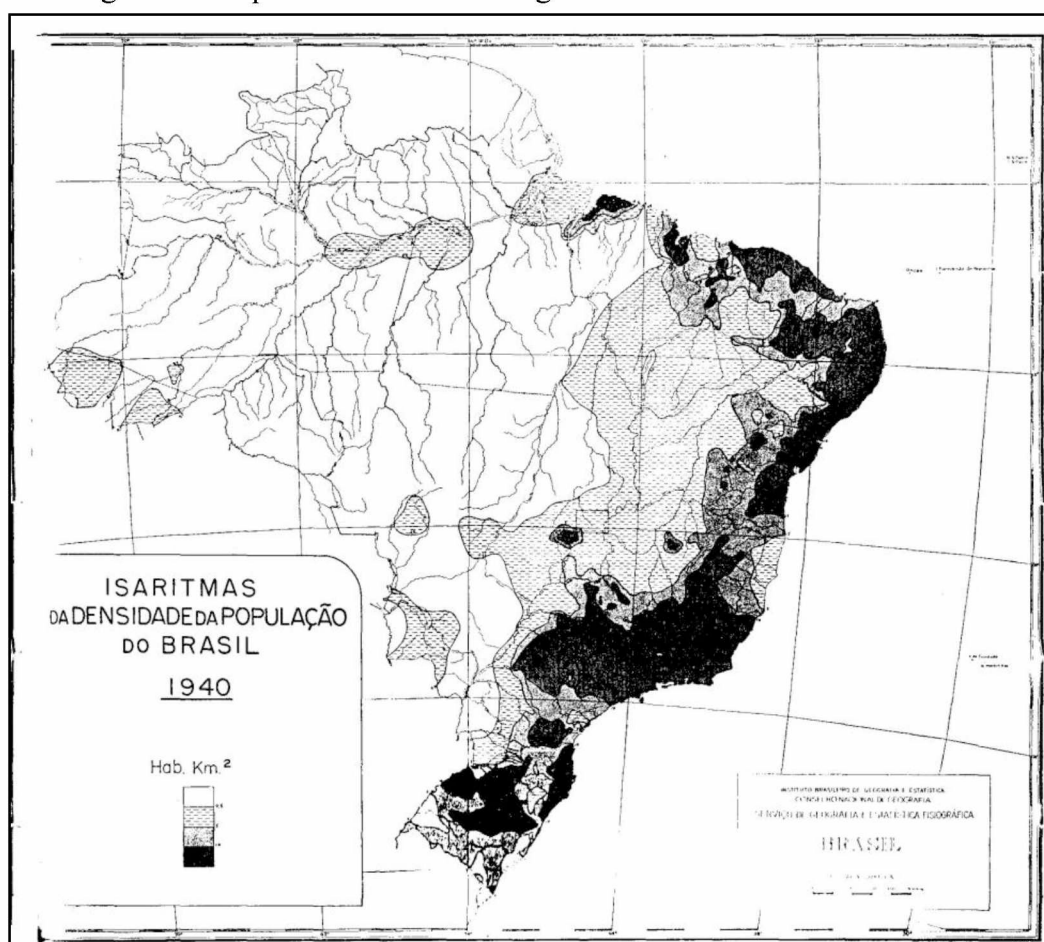
Essa definição norteou alguns dos trabalhos sobre a mudança da Capital que, baseados nas considerações de Luís Cruls para se pensar qual a porção no território nacional que realmente representava o Planalto Central, para se chegar assim à conclusão de qual era o limite para os estudos das Comissões.

Outras análises que permeiam as pesquisas tratam do critério de densidade demográfica, uma vez que esse sempre foi uma das motivações para se pensar na transferência da Capital Federal para essa área. Dessa forma, constam nos periódicos contribuições referentes a estudos



sobre a população brasileira e sua distribuição no espaço, ficando mais evidente a concentração da população nas áreas litorâneas. Isso pode ser observado no mapa a seguir:

Figura 6 - Mapa de densidade demográfica Brasileira em 1940



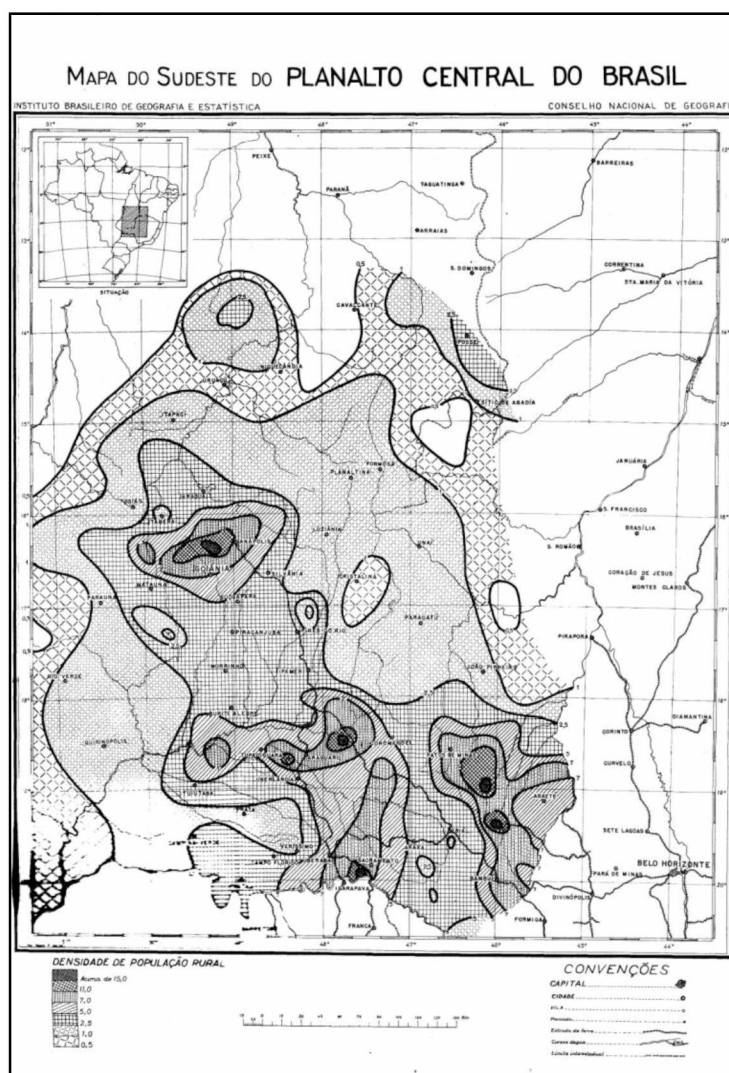
Fonte: GUIMARÃES (1949, p. 503)

A produção de material cartográfico ilustra e instrui o debate acerca da densidade demográfica e a área de fronteira, localizada entre o que se considerava então como Litoral e interior, o que representava o sertão. Havia o fato de que a população não era atraída para o interior, considerando que não havia leis de incentivos ou até mesmo políticas públicas, além de que cidades como Rio de Janeiro, que era a Capital, tinha um processo de urbanização já consolidado, ainda que persistissem problemas urbanos. Nas cidades do Planalto Central, a integração dos processos urbanos estava mais distante de se debater e de se realizar, uma vez

que não havia políticas específicas para a área como um projeto para levar infraestrutura urbana para as áreas do interior do país. E um dos intuitos de se construir a Capital no interior era levar os equipamentos para desenvolver economicamente e, conseqüentemente, distribuir melhor a população no território.

É possível observar na *Figura 6* como resultaria a distribuição da população na área do Planalto Central brasileiro, considerando que a hachura mais escura representa uma população acima de 15hab./km<sup>2</sup>, entre a população rural, tendo ocorrência apenas em alguns poucos pontos, sendo que o predomínio estava entre 2,5hab./Km<sup>2</sup> e 7hab./km<sup>2</sup>, valores em geral muito baixos, quando comparados aos dados de densidade ocupacional das áreas litorâneas.

Figura 7 - Mapa de densidade demográfica do Planalto Central brasileiro



Fonte: GUIMARÃES (1949, p. 487)

Entre os temas já citados, como a definição sobre o conceito Planalto Central e a distribuição da População no Território, outros temas aparecem em mais textos, tais como: *Dicotomia Litoral Sertão*; *Posição e Sítios*; *Consciência Nacional*; *Vazios Demográfico*; *escolha de Clima Ameno*; *Ocupação do Planalto Central*; *A interiorização da Capital como Geoestratégia* e *Outras Capitais brasileiras*. Esses temas não aparecem em apenas um texto ou outro, mas são recorrentes, sendo direta ou indiretamente discutidos a partir de várias perspectivas entre os periódicos e autores analisados e aparecem articulados entre si.

Dessa forma, foram destacados dois temas centrais, discutidos entre os textos analisados, que permeavam indiretamente o pensamento geográfico dos autores, para que assim fosse possível analisá-los, dialogando diretamente entre eles. A seleção dos temas aconteceu segundo a ordem de importância das discussões trazidas pelos autores e como essas questões traçavam uma linha de análise e de pensamento entre eles. Os temas elencados foram:

- *A Dicotomia Litoral Sertão*

- *Vazios Demográficos*

Dentre os textos dos periódicos em questão, não havia um consenso explícito entre os temas gerais apresentados, tampouco pelas temáticas *Dicotomia Litoral Sertão* e *Vazios Demográficos*. A heterogeneidade nas análises desses temas estão, a nosso ver, na relação entre as concepções de mundo e as concepções teóricas dos 7 autores analisados, resultando em análises diversas sobre uma mesma temática.

Como primeiro tema apresentado nesse tópico, consideramos que a concentração da população nas áreas litorâneas era evidente para todas as pessoas e, como demonstrado no capítulo 1 desse trabalho, segundo a concepção criada pelo ideário nacional, tudo que não era litoral, convertia-se em Sertão. Esses conceitos implícitos nas discussões aparecem principalmente quando se trata de pensar sobre as motivações da transferência da Capital, para incluí-la em uma área dita *vazia*.

O segundo tema, relativo aos *Vazios Demográficos*, é discutido pela maior parte dos autores, mesmo que indiretamente, quando não fazem uso apenas da expressão *vazios*, para associar a área do Planalto Central, como se o fato de ser uma área com poucos habitantes, se comparado à população das áreas litorâneas, legitimasse a ocupação do território para a área central brasileira. Por vezes, o cerne das discussões na Comissão Poli Coelho foi a densidade

demográfica do local a ser escolhido para receber a nova Capital, mas esse fator não era apenas fruto de uma escolha aleatória pela quantidade de habitantes por área (que acabou por ser definido em 5hab./Km<sup>2</sup>), mas para legitimar o caráter colonizador e civilizador que a transferência da Capital tinha como perspectiva política, econômica, ideológica, etc. Os autores apresentam em seus textos de maneira explícita ou implícita a questão da superação dos *vazios demográficos*.

### 3.2.1 Vazios Demográficos

Caracterizar o interior brasileiro como um imenso vazio foi uma prática comum entre alguns estudiosos do final do século XIX e início do XX. Vazio era tudo aquilo que não representava a infraestrutura urbana conhecida na época, e não se comportava da mesma maneira “civilizada e moderna” se distinguindo na densidade demográfica. As ideias de civilização e de modernidade acompanharam os discursos de sua época:

De modo geral, as ideologias científicas, como o darwinismo social, o positivismo e o neolamarckismo, que se difundiram na Europa, em primeiro lugar e, a partir dela, as áreas sob sua influência, estavam articuladas pela idéia de *mudança* ou *evolução* (Toit, 1992). No Brasil, os debates também se deram em torno da idéia de mudança, veiculando, através do argumento pseudo-científico, julgamentos morais sobre o território e a população, articulados a um questionamento do tempo futuro (MACHADO, 2000, p. 310).

Em outras palavras, na modernidade a “verdade” estava associada ao discurso científico, entretanto, os argumentos “científicos” passavam por um juízo de valor e eram articulados com o tempo histórico em que o cientista estava envolvido. Isso ocorreu no pensamento geográfico brasileiro sobre certos pensamentos a respeito do território e da população.

De fato, o pensamento geográfico esteve presente nos debates sobre a natureza físico-climática do território, a adaptação do indivíduo ao meio, a características raciais dos habitantes, e as possíveis consequências desses aspectos sobre a formação social do povo brasileiro. Em síntese, a questão principal era o estabelecimento do potencial e dos limites da natureza física, social e política do país diante das idéias, programáticas do “progresso” (MACHADO, 2000, p. 310).

Associado à ideologia de “progresso”, havia as ideias ligadas ao “atraso”, relacionadas a tudo aquilo que não se enquadrava na mesma lógica do moderno, da modernidade. A aplicação dessa ideologia no território brasileiro se deu com a concepção de vazio. Tudo aquilo

que não se enquadrasse nos padrões litorâneos, estaria ligada ao “grande vazio” que necessitava da entrada da “civilização”.

Uma maneira de se observar a materialização da ideologia de superação dos “vazios” nos discursos sobre o território brasileiro estava no modo como as infraestruturas urbanas eram levadas ao interior como uma necessidade de modernidade, como se os equipamentos urbanos fossem a materialização do “progresso”, necessitando da expansão espacial das técnicas para todo o território, visando diminuir as diferenciações já existentes.

As políticas para o território nacional apareciam de maneira implícita nas discussões, mas com um discurso de modernidade. Quando se trata dos textos da RBG e BG é possível observar as reflexões dessa maneira, já que o foco dessas discussões era direcionado para tratar questões sobre a mudança da capital.

A função estratégica, mesmo considerada em conjunto com a função geopolítica, na opinião de autoridade, relativamente à transferência para o Planalto Central, se manifesta pela ocupação dos **vazios demográficos**, para o **fortalecimento do potencial econômico da nação**, recaindo, assim, no caso da função colonizadora [da capital] (QUEIRÓS, 1949, p. 362, grifos nossos).

O trecho acima trata de um discurso que busca reforçar a ideia de modernidade, que leva o desenvolvimento econômico para as áreas ditas vazias no território. Nesse texto, Queirós (1949) aponta que por vezes é atribuída a transferência da capital para suprir as condições de infraestrutura do interior, uma vez que não necessariamente a instalação de uma Capital em uma área é capaz de garantir o desenvolvimento econômico. E, completando sua análise, afirma que:

Na realidade, o que necessita é de estradas, assistência educativa e sanitária, energia elétrica e eficiente política agrária. Na desconfiança de se obterem tais benefícios por outros meios, procura-se um artifício que force a sua extensão para o interior do Planalto, que é a transferência da capital. Isso significa a adoção de um caminho mais longo e mais custoso (QUEIRÓS, 1949, p. 362).

O autor faz críticas à mudança da Capital Federal como uma forma de colonizar o interior, mas, ainda está embutida, em sua análise, a ideia de que o problema do Planalto Central estava assentado sobre o desenvolvimento econômico para a área e, conseqüentemente para o território nacional. Por mais que ele discorde das formas do plano de transferência para se alcançar a modernidade do país questionando quais seriam de fato as funções de uma Capital, reconhece que essa era uma saída necessária para alcançar o desenvolvimento.

Ainda buscando discutir o problema da transferência da Capital e pensando nas consequências para o território, Castro (1947a) admite a *função civilizadora*, dividindo sua análise em duas perspectivas, uma do *tipo colonizadora* e, outra do *tipo impulsionadora*. A consideração de cada um desses dois “tipos” interfere na escolha da área em que a Capital se instalaria no território: o colonizador em núcleos isolados e o impulsionador na faixa de transição. Destaca-se nesse ponto que, em ambos os casos, atribui-se um juízo que essas terras são passíveis de se “colonizar” e, para que isso acontecesse, seria necessário um “colonizador”, que nesse caso atenderia pela alcunha de “progresso”. Não se aborda de fato qual a questão da área e as necessidades das populações, mas sim que havia uma consciência nacional (CASTRO, 1946,1947c), considerada para tais interesses como “necessidade nacional”.

O autor aponta essa necessidade com tanta convicção que não apresenta dados sobre tal certeza, mas outros autores procuram uma “acurácia científica” para legitimar a ocupação dessas áreas do Brasil Central. É o caso de Guimarães (1949), que apresenta um mapa de isaritmas da densidade da população brasileira em 1940 e um mapa do sudeste do Planalto Central do Brasil com a densidade da população rural, onde espacializa as informações sobre a população brasileira, reforçando a ideia da concentração demográfica no litoral do país e, especificamente do Planalto central, demonstra que a maioria das áreas apresenta uma ocupação entre 2,5 a 7hab./Mk<sup>2</sup>. Esses dados são mais precisos, com usos de mapas georreferenciados, além do fato de que seu trabalho ainda era acompanhado de fotografias dos moradores da região. Todavia, o autor ainda denomina algumas áreas de “vazios” ao tratar do tema da *Ocupação humana e tipos de economia*, como pode ser observado a seguir:

Como as estradas se estendem, em seu maior percurso, pelos chamados paredões, ao longo dos espigões, a região apresenta-se aos olhos do viajante com a aparência de ainda mais deserta do que realmente é. É somente ao se aproximar de alguma cidade ou passar de um chapadão para outro, que as estradas abandonam os espigões e é então que se tem maior oportunidade de encontrar habitações. Mesmo levando em conta tais circunstâncias, observa-se que é muito escasso o povoamento. O latifúndio é a regra geral e boa parte da população vive em situação de isolamento, separados os habitantes uns dos outros, por imensos vazios (GUIMARÃES, 1949, p.17).

Dentre os trabalhos analisados, esse é o único que traz uma abordagem com a caracterização da população, ressaltando ser o único texto da seção de artigos e com isso, consegue apresentar uma abordagem mais profunda sobre a temática, quando comparado aos outros textos apresentados. Por mais que mostre a caracterização da população de parte do Planalto Central, mantém o foco na questão da constituição dessa população, de onde viriam os migrantes e como seria a sua concentração no território. Mesmo que dizendo sobre a população,



ainda trata o território por duas perspectivas: “ocupado” e “vazio”. A ideia de vazio continua diluído no interior dessa pesquisa, por mais que apresente um avanço por tratar a questão de uma maneira um pouco distinta, por considerar e apresentar a população do Planalto Central para o Brasil litorâneo, ela é feita da mesma maneira que se apresentaram todas as outras características físicas da área, de modo descritivo. Não se dava oportunidade para que essa população pudesse existir como realmente era, mas sim, ditada segundo o projeto de nação em construção.

Assim sendo, a ideia de “vazios” era disseminada entre os textos e legitimada por mapas de distribuição da população pelo Planalto Central, bem como dados gerais sobre a população. A problemática do vazio quando associado à população, conformava para muitos em “vazios demográficos”. Os dois termos aparecem implicitamente em várias discussões, não como uma definição do que de fato isso representasse, mas como um termo que era associado para designar o interior do país. Quando tratou da mudança da Capital do país, no tópico do parecer técnico, Queirós mostra sua posição sobre a transferência da Capital, ressaltando que para atender aos objetivos dessa interiorização:

Aponta-se, como fatores urgentes de fortalecimento da nossa posição a ocupação do nosso espaço físico ainda fracamente habitado, a consolidação da nossa defesa e o aumento da vigilância de nossas fronteiras, dita de tensão. É aconselhada para atender a tais objetivos a interiorização de nossas fronteiras, ditas de tensão. Parece-nos que a questão da ocupação dos nossos vazios demográficos depende de três fatores primordiais: existência de regiões exploráveis economicamente; vias de transportes eficientes e elemento humano (QUEIRÓS, 1949, p. 360).

Queirós (1949) apresenta como solução para os vazios demográficos a ocupação dessas áreas, ressaltando os fatores tipicamente associados ao progresso econômico como medida para essa ocupação. Considerava que as terras do interior do país constituíam basicamente dois problemas centrais: a falta de população e de desenvolvimento econômico. Em momento algum se questiona as formas de distribuição das terras existentes, a concentração fundiária e os motivos para a concentração da população no litoral.

O problema apontado por esses autores permeiam a mesma perspectiva de um Brasil moderno e eles levam nesses discursos tal proposta. Por mais que Queirós (1949) questione a mudança da Capital Federal, por pensar que essa não seria a única forma de desenvolvimento, ele não questiona o desenvolvimento ou políticas de distribuição de terra, ou renda. Os discursos vão de encontro com a inserção dessas áreas do interior no modo de produção capitalista daquele período. Assim, para eles, esse modo de produção tem suas etapas a serem cumpridas

como a expansão do consumo, e para isso, a expansão das vias de circulação para distribuição de produtos. Queirós (1949) ainda aposta nessa medida considerando que

Coube a São Paulo, apesar de sua maior distância, essa função, porque estendeu até lá os primeiros meios de transportes e a garantia do consumo. Assim é que 80% do intercâmbio comercial e social daquela região e também do Triângulo Mineiro se realizaram com o grande centro industrial bandeirante. As relações com o Rio de Janeiro, capital federal desde 1763, são, praticamente nulas, ainda hoje. Será que o impulso dado por São Paulo, e que poderá ser bastante auxiliado com o melhoramento dos meios de transporte e outros fatores de progresso, não seja suficiente para assegurar amplo desenvolvimento daquela zona que se torne necessário a criação de novo centro de impulsão? Acreditamos que sim. Mas duvidamos que uma cidade burocrática possa satisfazer tais objetivos (QUEIRÓS, 1949, p. 356, 357).

Nesse fragmento Queirós (1949) trata o progresso associado ao desenvolvimento econômico, à distribuição e à circulação de produtos. Apresenta que dificilmente isso ocorreria para a nova Capital, já que a proposta de cidade era burocrática e não industrial, ou seja, Brasília não era pensada para abrigar indústrias, comércio ou serviços e sim uma cidade que abrigasse fundamentalmente a administração da União. Não se discute objetivamente o que é esse desenvolvimento, qual é seu efeito na vida da população do país, mas apenas quais são suas consequências positivas para a nação. O modelo está posto, o desenvolvimento do modo de produção capitalista faz parte do projeto de modernidade e a consciência nacional de Castro (1946, 1947a) vai de encontro com esse desenvolvimento apresentado por Queirós (1949).

Dessa forma, ao se pautar nos “vazios demográficos” para se discutir a mudança da Capital Federal há a legitimação da ação do Estado em se apropriar do interior para inserir sua ideia de nação associada ao progresso. Para Castro:

A localização da capital na faixa pioneira [...] atende à finalidade básica da mudança que é a interiorização da metrópole, em condições de arrastar consigo, automática e suave e eficiente a interiorização dos recursos materiais e culturais (CASTRO, 1947a, p. 1436).

É a partir da disseminação da ideia do Planalto Central como espaço “vazio” que se torna possível pensar e moldar o território e, segundo Castro (1947), interiorizar tanto a “cultura” quanto o modo de viver das áreas litorâneas. Qualificar o interior brasileiro como “vazio” é intencional segundo o projeto de construção de nacionalidade, que pensa em unificar o território ao modelo litorâneo e superar os “vazios demográficos”, superando, por conseguinte, o sertão.



### 3.2.2 A construção de um Sertão a partir do Litoral

Nas discussões feitas nos periódicos do IBGE, a Revista Brasileira de Geografia e Boletim Geográfico, que tratam a questão da mudança da Capital Federal para o Planalto Central brasileiro, destacam a questão da densidade demográfica como uma justificativa para se ocupar o sertão.

Mas o que é o sertão? O sertão não é um bioma, ou até mesmo um espaço com características específicas, e muito menos o sertão é um só. Não é uma paisagem típica, ou tem um só povo, um único clima, ou relevo característico. Nos periódicos do IBGE, é possível ver que sertão tudo o que não é litoral, que sertão é o “espaço vazio”, conforme nos apresenta Moraes:

O sertão não se constitui, portanto, como uma materialidade criada pelos grupos sociais em suas relações com os lugares terrestres.

Ao contrário, **a invisibilidade da presença humana é muitas vezes levantada como um traço característico desses espaços**, não raro definidos como “vazios demográficos” ou “terras desocupadas”. Nesse sentido, enquanto realidade fáctico-material, a noção de sertão não representa uma individualidade específica que o identifique como um ente telúrico dotado de particularidades intrínsecas, não podendo ser estabelecido como um tipo de meio natural singular nem como uma modalidade própria de paisagem humanizada [...] Desse modo, não há possibilidade de realizar uma caracterização geográfica precisa das localidades sertanejas, pois estas não correspondem a uma materialidade terrestre individualizável, passível de ser localizada, delimitada e cartografada no terreno (MORAES, 2011, p. 99-100, grifo nosso).

A associação de sertão com “terras vazias”, como terras do interior, correspondia a todo o território brasileiro que não fosse o litoral. Com isso não era possível determinar as áreas do que seria o sertão, ou até mesmo pensar o sertão, uma vez que eram muitos, e praticamente desconhecidos para o litoral. Não era possível cartografar com precisão a heterogeneidade das áreas, principalmente vindos para os habitantes do litoral.

O Sertão não é uma área propriamente dita, mas sim um espaço geográfico, desprovido das materialidades que compõem o dito “progresso”, com baixa densidade demográfica e que, diante dessas condições, o interior acabava sendo identificado como sertões pela ideologia dominante das áreas litorânea.

Para James e Faissol:

É preciso em primeiro lugar, apreciar a ideia que têm do interior quase todos os brasileiros criados na cidade. Chamam de sertão essas terras escassamente

povoadas. Para eles, são terras de mistério, terras onde fôrças brutais de uma natureza inóspita se ligam contra o espírito do homem e onde apenas os mais fortes podem sobreviver (JAMES, FAISSOL, 1960, p. 774).

A ideia de sertão era construída por povos que não conheciam a área, mas era difundida uma característica principal, o “vazio”. O que a maioria dos textos analisados aponta é que o sertão é o interior, sem infraestrutura e até mesmo é associado a áreas de deserto. Essas áreas eram vistas como um problema nacional que necessitava ser resolvido. A Capital no interior resultava na tentativa de manutenção das terras de fronteiras e ocupação das áreas centrais do país.

A função estratégica, mesmo considerada em conjunto com a função geopolítica, na opinião de autoridade, relativamente à transferência para o Planalto Central, se manifesta pela ocupação dos vazios demográficos, para o fortalecimento do potencial econômico da nação, recaindo, assim, no caso da função colonizadora [da capital] (QUEIRÓS, 1949, p. 362).

Apresentar a Capital como um projeto de colonização reforçava a ideia de que essas áreas não eram ocupadas. Por mais baixo que fosse a densidade demográfica se comparados ao litoral, não havia uma política específica para o interior a não ser a de civilizar essas terras. Conforme Castro (1947), essa era uma das funções atribuídas à nova Capital.

A perspectiva do interior era sempre da ocupação, enquanto se fazia projetos para o litoral, que estava em outra fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista, ao passo que não se via problema mais emergente para as terras do interior que não este:

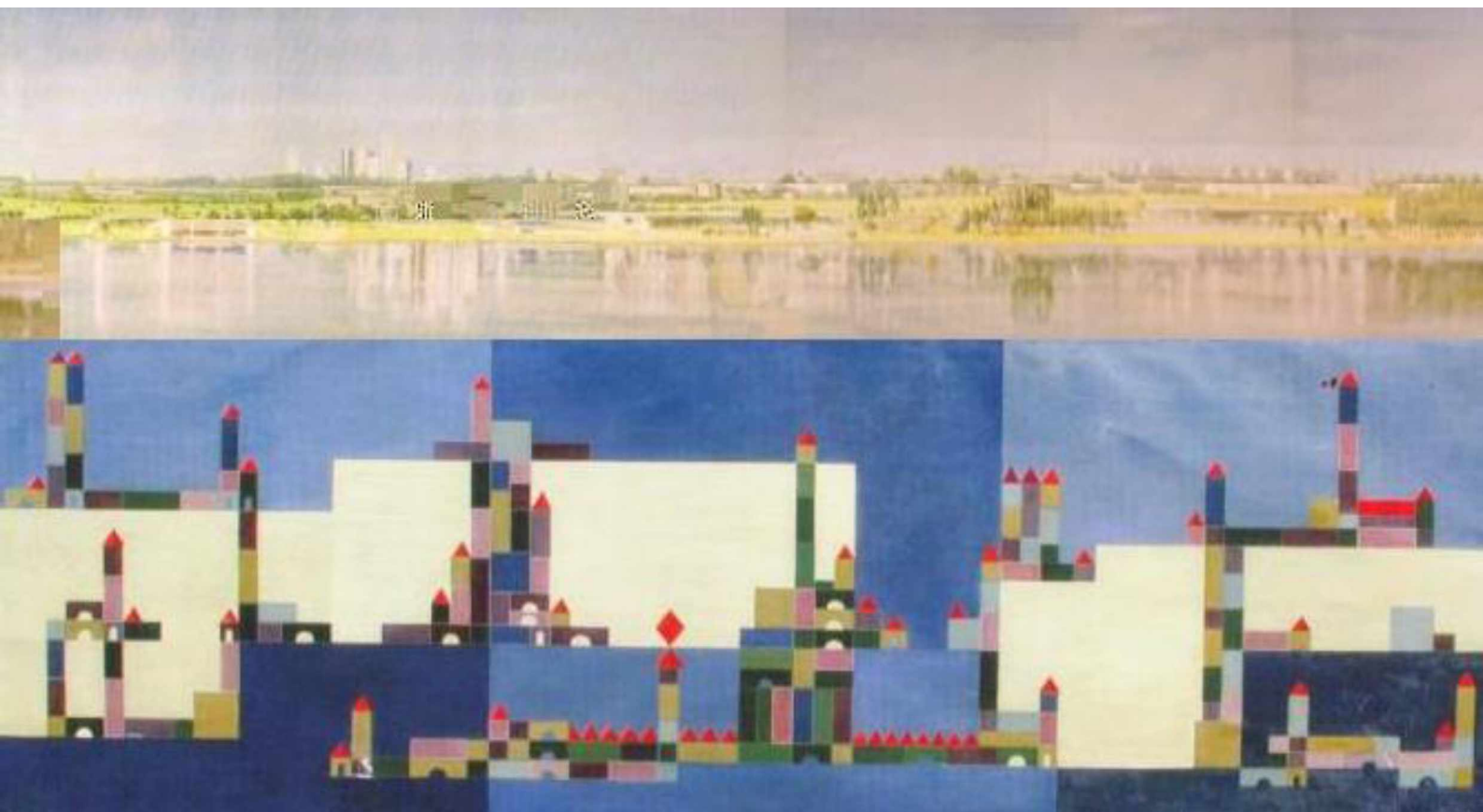
[...] no Brasil lá de dentro, onde o povoamento é tão escasso, cabe antes da educação o problema da ocupação, mesmo porque, por falta de massa humana expressiva, o lema educativo muito de esbate, bastante se perde (CASTRO, 1946, p.136).

Considerar que o problema do litoral era apenas a falta de educação não significa pensar apenas que os problemas de infraestrutura estavam superados, mas sim que era por meio da educação que se dissemina o funcionamento da sociedade com os padrões do Estado. Era preciso reforçar a lógica do progresso, que se pauta no racionalismo e na educação como um caminho para disseminar o progresso pelo território. Já para o sertão reforça-se a lógica de vazio, que é antagônica à perspectiva de litoral. Quando Castro (1946) anuncia que o sertão é uma área “vazia”, não haveria outra saída para além de sua ocupação, assim o discurso vai sendo preparado aos poucos e, primeiramente, o interior é apresentado como um grande “vazio”; em seguida há a sistematização dos dados e a comprovação de que a população

brasileira se concentrava nas áreas litorâneas e, por último, pensa-se em uma saída para esse problema, que seria a ocupação do interior.

Ocupar o sertão era uma tentativa de não perder o domínio das áreas que o Estado não incluía de fato na unidade nacional. O projeto de nacionalismo era pensado considerando todo o território nacional, além de colocar a Capital Federal no sertão, para ir ao encontro da proposta de construir a nação.

## Considerações Finais



Milton Ribeiro  
Fonte: Alves, 2006, p. 64

Brasília se efetiva no território nacional brasileiro a partir de uma proposta urbana e arquitetônica moderna. Um projeto antigo, que se iniciou oficialmente em meados de 1891, mas que já como produto de uma proposta de interiorização do país, desde pelo menos a Independência, em 1822. Um projeto carregado de símbolos de progresso com a pretensão de impulsionar a modernidade, não apenas no Planalto Central, mas ser foco de um projeto de Brasil moderno, onde Brasília seria um marco enquanto a nova Capital Federal no interior, no centro do país.

As obras artísticas de Milton Ribeiro expressam um pouco desse projeto, uma Brasília moderna, “plana” em suas formas. Mas a cidade busca ocultar sua exclusão social, que foi desconsiderada desde a elaboração do projeto da cidade. Afinal, Brasília do Plano Piloto era para abrigar o corpo administrativo do governo federal, a classe trabalhadora, que construiu a cidade e que serviu de força de trabalho não qualificada. Mas, a estes últimos restaram as cidades satélites – sobretudo para moradia –, que também já constava no projeto de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. O projeto não previu moradias equivalentes para o número de pessoas que foram atraídas para o interior do país. O *déficit* de moradias foi visível nos primeiros anos de Brasília, a exemplo do projeto de criação de Ceilândia (Campanha de Erradicação de Invasões) que visava expulsar as favelas do Plano Piloto, no ano de 1971, gerando mais uma cidade satélite, sem infraestrutura mínima para as pessoas. No entanto, essa questão não é visível no Plano e por isso entende-se que a mesma não era prioridade do planejamento moderno.

O projeto que prometia ser moderno e resolver o “grande problema de ocupação” do interior do país cumpriu sua função, mas evidenciando uma série de problema expressos nas contradições no território. Se considerarmos que, desde as análises das Comissões de Exploração do Planalto Central, um dos objetivos da construção de uma nova Capital era a “ocupação” ou superação dos “sertões” aumentando a densidade demográfica do interior do país, caberia às forças promotoras da transferência da Capital projetos que garantissem a migração em massa, a partir de uma perspectiva menos hostil à classe trabalhadora, como pode ser percebido – no tempo presente – pela segregação urbana contida em Brasília e em suas cidades satélites.

Todavia, evidenciar as contradições sociais que também são produtos da nova Capital não constitui-se como objetivo dessa pesquisa, mas é impossível não mencionar tal questão, tendo em vista que, ao analisar os projetos que precederam a construção de Brasília, é perceptível que a ocupação do interior do país era uma ação estratégica, envolvendo questões geopolíticas

(VESENTINI, 1985), e não apenas uma preocupação com a distribuição da população pelo território brasileiro, como alardeado pela perspectiva mudancista que considerava a transferência como produto de uma *consciência nacional* (CASTRO, 1946) com objetivos de conduzir o Brasil ao caminho do “progresso”.

Neste trabalho, nossas análises partiram de um resgate das ações que resultaram na transferência da Capital com a busca pela “ideia original” que pudesse desvendar quais eram as intenções de mudar a Capital para o interior. O IBGE enquanto Instituição criada pelo Estado atuou na investigação e no levantamento de dados demandados pelo Estado como forma de *cientificar* a questão da mudança. Mas essa questão científica – positivista – não nasce com o IBGE, como assevera Vergara (2006):

Interessante notar que o *Relatório da Comissão do Planalto Central* tenha utilizado o Visconde de Porto Seguro como legitimador de um projeto executado por uma das principais instituições científicas da época. Isto reverte a direção da influência que geralmente se estabelece entre as ciências naturais e o pensamento social brasileiro, na qual é a ciência que oferece os elementos para as possíveis interpretações do Brasil. Essa relação tem por base uma concepção de ciência com o discurso de ‘verdade’, transformando-a em uma fonte inequívoca para as demais reflexões sociais (VERGARA, 2006, p. 913).

É a partir dessa perspectiva, portanto, que partem as legitimações das ações já em curso pelo Estado brasileiro, sendo que foi necessária, em cada período histórico, uma articulação com a *ciência*, como forma de validação do processo.

Nesta pesquisa foram realizadas análises de textos abordando a temática mudança da Capital Federal publicados na RBG e no BG durante um período de 14 anos (1946-1960). Compreendendo inúmeras questões acerca desse debate, foi possível definir, na análise geral, que as publicações desses periódicos apresentavam uma defesa do caráter mudancista. Por mais que pudessem ser apresentadas questões contrárias ou que fossem problematizadas outras questões, os artigos analisados partem da análise da mudança da Capital como correta e necessária.

Foram identificados alguns temas que os autores trabalharam durante o período assinalado, como: *Mudança da Capital Federal*, *clima*, *ocupação*, *densidade demográfica*, *vazios*, *sertão* e, *consciência nacional*. Nos textos não há menções enfáticas sobre outros projetos que poderiam ser pensados para a área e para a população lá existente, não havendo um questionamento incisivo sobre a mudança da Capital, evidenciando um caráter mudancista nos textos veiculados por meio dos periódicos do IBGE.

Os temas destacados nesta pesquisa foram: *Vazios Demográficos e Construção de um Sertão a partir do Litoral*. Eles serviram como base para compreensão geral, já que os outros temas são articulados entre si, mas os *vazios demográficos* e a *construção de um sertão a partir do litoral* receberam um maior enfoque nessa pesquisa, uma vez que esses temas apareciam de forma indireta e, meticulosamente trabalhada como “um para legitimar o outro”. Considerando que a concepção de *Vazios* estava contida na concepção de sertão, e só existia um sertão, devido às suas características que compreendia tudo que não fosse reflexo do modo de vida das áreas litorâneas. Atribuía-se assim a superação do atraso como solução palpável no entendimento do Estado que estava à busca do progresso nacional, naquele período.

A partir da análise dos *vazios demográficos* entende-se que a superação deste era uma das motivações para o fortalecimento do potencial econômico da nação e, dessa maneira, uma forma de legitimar a necessidade da mudança da Capital para o interior. Quanto à discussão científica, nesses textos não foi teorizado, tampouco debatido com profundidade, o sentido de “vazio”, que serviria como subsídio para a mudança da Capital, para superar a “ausência” de população nesses locais.

Dessa forma, os materiais divulgados nos periódicos constituem-se num esforço de demonstrar cientificamente o que é óbvio à época. Por exemplo, podem ser citados produtos quantitativos como os mapas das isaritmias de densidade da população concentrada majoritariamente no litoral. A partir desses dados estatísticos, a postura contida nos periódicos foi de referendar a necessidade de ocupação do interior do território nacional, e não de problematizar os motivos concretos da distribuição da população pelo território nacional.

Neste trabalho houve um esforço de resgatar a política de distribuição de terras no Brasil para traçar o caminho que indica a concentração da propriedade fundiária no país. A concentração da população desprovida de terra reforçava a consolidação dos centros urbanos, tendo em vista que não seria possível a população migrar para áreas que não poderiam simplesmente ocupar, já que pertenciam à União e não havia uma política pública específica para incentivar tal ocupação, muito menos a realização de uma Reforma Agrária.

As políticas territoriais do Estado se deram no sentido de incentivar o fluxo migratório levando infraestrutura, como a instalação de vias e da Capital Federal no interior, proporcionando maiores comunicação, circulação e integração nacional. Essas políticas incentivaram a modernização na área, ainda que não tenham trazido maiores conquistas às classes trabalhadoras, nem corrigido a concentração fundiária, etc.

Por fim, consideramos que os periódicos RBG e BG atuaram como discurso legitimador para o pensamento do IBGE enquanto instituição da estrutura estatal, corroborando com as ações do Estado planejador. Os periódicos cumpriram importante função enquanto divulgadores dos debates científicos em torno de várias temáticas importantes ao Estado, como a mudança da capital aqui tratada, sempre demonstrando alinhamento com o pensamento dominante, ou seja, os mesmos cumpriram um papel decisivo de uma parte do planejamento.



## REFERÊNCIAS

ABREU, Silvio Fróes de. Esboço das regiões naturais do Estado da Baía. In: **Revista Brasileira de Geografia**, ano I, n 1, p.3-6. jan. 1939, p. 68-76.

ABREU, Maurício de Almeida. O estudo Geográfico da Cidade no Brasil: Evolução e avaliação. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Os caminhos da Reflexão da cidade e do urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994

ALMEIDA, Roberto Schmidt. **O IBGE e a ideia de desenvolvimento no Brasil**. Geográfica, 1994. Disponível em: [http://www.robertoschmidt.ggf.br/melhores/desenvolvimento\\_brasil.pdf](http://www.robertoschmidt.ggf.br/melhores/desenvolvimento_brasil.pdf). Revista. Acesso em 14/03/2014.

\_\_\_\_\_. A estruturação da tecnoburocracia do Planejamento no Brasil. **Terra Brasilis**, 2003. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/356>. Acesso 15/05/2014.

\_\_\_\_\_. O pensamento geográfico do IBGE no contexto do planejamento estatal brasileiro. In: MARTINS. R. A.; MARTINS. L. A. C.; SILVA, C. C.; FERREIRA. J. M. H (orgs). **Filosofia e História na Ciência do cone sul: 3º Encontro**. Campinas: AFHIC, 2004.

ALVES, Lara Moreira. **Os significados de Brasília na obra do artista Milton Ribeiro**. Dissertação (Mestrado em Artes). Universidade Federal de Goiás. 2005.

ANSELMO, Rita de Cassia Martins de Souza. **O espaço Paulista através de suas instituições Geográficas**. Campinas: IG – UNICAMP, 2007. (Relatório de Pós Doutorado). 2007.

\_\_\_\_\_. **Geografia e Geopolítica na Formação Nacional Brasileira** Everardo Adolpho Backheuser. 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

\_\_\_\_\_. Geopolítica e Formação Territorial no Brasil. In: VITTE, Antonio Carlos (Org.). **Contribuições à história e à epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p.189-215.

ANDERMANN, J. A expedição ao planalto central: notas para uma história espacial de Brasília. **Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, ano V, n. 6, p. 43-73, 2004

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995.

AZEVEDO, Aroldo de. Goiânia – uma cidade criada. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano III, n 1, p. 3-19, jan.-mar. 1941.

BACKHEUSER, Everardo. Localização da nova capital do país no Planalto Central. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano IV, n 53, p.515-516, ago. 1947a.

\_\_\_\_\_. O Retângulo Cruels. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, Ano 5, n 55, p.745-746, out. 1947b

\_\_\_\_\_. Localização da Nova Capital: Clima e Capital. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, Ano 5, n 56, p.871-872, nov. 1947c.

\_\_\_\_\_. Localização da Nova Capital: Critérios e Escolhas. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, Ano 5, n 57, p. 967-968, dez. 1947d.

\_\_\_\_\_. Localização da Nova Capital: Ponto Nevralgico. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, Ano 5, n 58, p.1083-1084, out. 1948.

BARCELOS, Sâmea Silva de Melo. **A geografia urbana na Revista Brasileira de Geografia (1939 – 1955)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2010.

BOLETIM GEOGRÁFICO. Rio de Janeiro, Ano 1, v. 1, abril de 1943.184f

BOUÇAS, Valentim F. Divisão Regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 1, p.149-142, jan-mar. 1942.

BRASIL. Constituição Federal de 1934. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso: 07/02/2015

CARVALHO, Delgado. Alterações nos tipos de povoamento no estado de S. Paulo. In. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, p. 77-80, Janeiro, 1939.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASIMIRO NETO. et al. **Brasília, a idéia de uma capital**. A legislação e o debate parlamentar: 1549-2010. São Paulo: FAAP, 2010.

CASTIGLIONE, Luiz Henrique G. Brasília, codinome Vera Cruz: a comissão engenharia que fundou as bases da construção da nova capital. In.: SENRA, N. C. (ORG.); LIMA, N. T. [et al]. **Veredas de Brasília**. As expedições geográficas em busca de um sonho: - Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010.

CASTRO, Christovam Leite de. A Transferência da Capital do País para o Planalto Central. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 4, p.567-572, out /dez. 1946.

\_\_\_\_\_. A mudança da Capital do país. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 47, fev. 1435-1437, 1947a.

\_\_\_\_\_. Aspectos Histórico da Mudança da Capital do Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano V, n. 49, abr. 3-4, 1947b

\_\_\_\_\_. A mudança da capital do país à luz da ciência geográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano IX, n. 2, p. 123-129, abr-jun, 1947c.

\_\_\_\_\_. A mudança da Capital do País. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano X, n 3, p.449-451, jul-set. 1948.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 3.a ed. São Paulo: Ed. Moderna, 1982.

\_\_\_\_\_. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. 5ª Reimpressão. São Paulo: Ed Fundação Perseu Abramo, 2004.

CRULS, Luiz. **Relatório Cruls**: relatório da Comissão exploradora do Planalto Central do Brasil. Edições do Senado Federal, vol. 22, Brasília, 2003.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

DEFFONTAINES, Pierre. Geografia Humana do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano I, n 1, p.19-67, jan. 1939.

\_\_\_\_\_. As feiras de burros de Sorocaba. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano 3, n25, p.42-45, 1945.

DINIZ, Bernardo Palhares Campolina, **O grande cerrado do Brasil central**: geopolítica e economia. 2006. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia Letras e ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ESPERANTO BRASIL. Disponível em: < <http://www.esperanto.com.br/conheca/introduca/>>. Acesso 04/09/2015.

FAISSOL, Speridião. A nova Capital do Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano18, n. 156, p.351-352, 1960.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo no cerrado**: Expansão dos *fronts* agrícolas e o controle do sistema de armazenamento de grãos. 273f. Tese (doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. 3.Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FGV-CPDOC . Fundação Getúlio Vargas: Centro de Pesquisa e Documentação Histórica. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sobre>. Acesso 28/10/2014.

GONÇALVES, Jayci de Mattos Madeira. **IBGE**: um retrato histórico. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A industrialização e a Urbanização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

\_\_\_\_\_. Modernização conservadora dos anos 1970. In GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 1999.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Subsídios para a formulação de uma estratégia agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Ano VII, n. 6, nov.- dez, 1977.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. LEME, Heladio José de Campos. Caracterização Histórica e Configuração Espacial da Estrutura Produtiva do Centro-Oeste. In.: HOGAN, Daniel José. Et al. (Orgs). **Migração e Ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/ UNICAMP: PRONEX, 2002.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares; O Planalto Central e o problema da mudança da capital do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Ano XI, n 4, p.471- 542, out-dez, 1949.

HORAN, Daniel Joseph. et al.. Um Breve Perfil Ambiental da Região Centro-Oeste. In.: HOGAN, Daniel Joseph. et al. (orgs). **Migração e Ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/ UNICAMP: PRONEX, 2002.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. Rio de Janeiro: Editorial labor, 1976.

IBGE- Instituto de Geografia e Estatística. Divisão do Brasil em Micro-regiões Homogêneas. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 220, 1971.

\_\_\_\_\_. **Área territorial brasileira**. 2013. Disponível:  
[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default\\_territ\\_area.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm) Acesso: 28/11/2013.

\_\_\_\_\_. **IBGE CIDADES**. 2016. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=310620&search=minas-gerais|belo-horizonte|infograficos:-historico>. Acesso 17/02/2016.

JAMES, Preston E. FAISSOL, Speridião. O Problema da Capital do Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 158, p. 771-783, set-out, 1960.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: A origem do trabalho livre no Brasil. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LEITÃO JÚNIOR, Artur Monteiro. **As imagens do Sertão na literatura nacional**: O projeto da modernização na formação territorial brasileira a partir dos romances regionalistas da geração de 1930. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia), Uberlândia, 2012.

\_\_\_\_\_. CERRADO: o caso da transubstanciação do Sertão da Farinha Podre em Triângulo Mineiro. In.: MARQUES, Luana Moreira. **Geografia do Cerrado**: Sociedade, Espaço e Tempo no Brasil Central. Uberlândia: Edibrás. 2014.

LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo, esse desconhecido. In.: GONÇALVES, Maria Flora (Org.). **O novo Brasil urbano**: impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

LIMA, N. T.; VIEIRA, T. R. **Pensar os sertões, pensar o Brasil**. Revista Coletiva, N. 6, 2011. Disponível em:  
<[http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com\\_k2&view=item&layout=item&id=75&Itemid=76&idrev=9](http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=75&Itemid=76&idrev=9)>. Acesso em 10/06/2014.

LOPES, Cristiano Aguiar. O antimudancismo nas páginas do jornal Tribuna da Imprensa (1956-1960). I.: **Cadernos Aslegis** (Impresso), v.44, p.9-48, set. dez. 2011.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A Oeste das Minas**. Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861), Uberlândia: Edufu, 2005.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In. CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia**: Conceitos e temas. 8. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da terra**. 9 ed. São Paulo: Contexto. 2010.

MOORE JR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia:** Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Ed Cosmos, Lisboa, 1967.

MARTONNE, Emmanuel De. Problemas morfológicos do Brasil tropical atlântico- Parte I. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 523-550, 1943.

MARX, Karl. **O 18 do Brumário de Louis Bonaparte.** Coimbra: Centelha, 1975.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas.** São Paulo: Annablume, 1988.

\_\_\_\_\_. **Território e História no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2005

\_\_\_\_\_. **Bases da formação territorial do Brasil.** O território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. **Geografia Histórica do Brasil:** Capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.

NUNES, Eduardo Pereira. Apresentação. In.: SENRA, Castro (Org.), LIMA, N. T. [et al.]. **Veredas de Brasília:** as expedições em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010.

OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. **Estudos Cebrap**, n. 2, 1972.

\_\_\_\_\_. **Elegia para uma (re)ligião:** Sudene, nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 3ªEd. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. O Estado e o Urbano. **Espaco & Debates**, São Paulo, v. 6, 1982.

\_\_\_\_\_. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

PAVIANI, Aldo (ORG.). **Brasília, Ideologia e Realidade/Espaco Urbano em Questão.** São Paulo, Projeto, 1985.

PAVIANI, Aldo (ORG.) **A questão epistemológica da Pesquisa Urbana e Regional.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993

PENA, José O. de Meira. A mudança da Capital do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, Ano 7, n. 2, p.196-209, abr-jun. 1955.

PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no Contexto da Centralização do Estado Novo.** Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 1993.

PEREIRA, Sergio Nunes. Na boca do sertão ou integrada ao ecúmeno? Militares, estatísticos, geógrafos e a localização da nova capital. In: SENRA, Nelson de Castro. (Org.). **Veredas de Brasília:** as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, p. 51-74, 2010.

PEREIRA, Sergio Nunes; BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Incursões ao IBGE através da história da geografia. **Terra Brasilis (Nova Série)**, [Online], 3 ano 2014. Posto online no dia 26 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://terraBrasilis.revues.org/925>>. Acesso em 24/06/2015.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di, **500 anos de direito administrativo brasileiro**. Salvador, BA. Revista Eletrônica de Direito do Estado, n 5, 2006. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/rede-5-janeiro-2006-maria%20sylvia%20zanella.pdf>>. Acesso: 31/07/2013.

PIRES, Murilo José de Souza. **As Implicações do Processo de Modernização Conservadora na Estrutura Fundiária nas Regiões do Estado de Goiás**. Revista de Economia da UEG. Seção Eletrônica, v. 05, p. 70-91, 2009.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. p. 413 - 424. **Revista econômica do nordeste**, v. 40, n. 3, jul.-set. 2009.

PIMENTEL, Antônio Martins de Azevedo. Histórico da mudança da Capital Federal. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, Tomo LXXIII, Parte I, p.279-294, fev. 1910. Anual. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>>. Acesso em: 17/10/2014.

PIMENTEL, Antônio Martins de Azevedo. **A nova capital federal e o Planalto Central do Brasil**. 2. ed. facsimilada. Brasília: Thesaurus, 1985.

QUEIRÓS, Eunápio. Mudança da Capital do País: Parecer da Comissão Parlamentar. **Boletim Geográfico**, Ano 7, n. 76, jul. 1949.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro, Ano 1, v. 1, Janeiro, 1939. 146f.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **Capitalismo e processo político no Brasil**: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo. Revista Novos Rumos (no prelo).

SENRA, Nelson. **Histórias das estatísticas brasileiras** (c.1899-c.1936). Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

SENRA, Nelson de Castro (Org.). **Veredas de Brasília**: as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010

SENADO NOTÍCIAS. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasil50anos/not02.asp>>. Acesso em 15/12/2013.

SILVA, J. B. Estruturação e estrutura urbana: reflexões para análise geográfica. **Revista Terra Livre**, Presidente Prudente, Ano 24, v. 1, n. 30, p. 83-96, Jan-jun. 2008.

SOARES, José Carlos de Macedo. Apresentação. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 3-6. jan. 1939.

\_\_\_\_\_. Apresentação. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 3-4, abril 1943.

VERGARA, Moema de Rezende. Ciência e história no Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central na Primeira República. **História, ciência e saúde**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 909-925, out.-dez. 2006.

VESENTINI, José William. Construção do espaço e dominação - considerações sobre Brasília. *Revista Teoria & Política*, São Paulo, ano 2, n. 7, 1985.

\_\_\_\_\_. **A Capital da Geopolítica**. São Paulo: Ed Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. **Brasília: Planejamento e controle social**. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal2/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/06.pdf>>. Acesso em: 18/08/2015.

VIDAL e SOUZA, Candice. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: Ed da UFG, 1997.

VIDAL, Laurent. **De Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX – XX)**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In.: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

VLACH, Vânia Rubia Farias. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. **Terra Brasilis** (Nova série), 2003.

# **Apêndices**



**Quadro:** Síntese com os artigos referentes à mudança da Capital Federal no Boletim Geográfico<sup>43</sup>

	Identificação	Autor/ Atuação no momento da publicação	Título do Artigo	Descrição
1º	Bg_v.4, n.47, p.1435-1436, fev.1947. 1	Christovam Leite de Castro (CASTRO 1947a)	A mudança da capital do país	Investiga o problema da localização da nova capital e apresenta algumas referências básicas que devem ser consideradas: conceituação de planalto central e sua delimitação; função civilizadora a ser atribuída à nova capital; definição do clima; seleção do local topográfico; e escolha do local que possibilite a mudança do governo dentro de quatro anos.
2º	Bg_v.5, n.49, p.3-4, abr. 1947	Christovam Leite de Castro (CASTRO, 1947b)	Aspecto histórico da mudança da capital do Brasil	Faz considerações sobre a mudança da capital brasileira da cidade do Rio de Janeiro para o Planalto Central, conforme determina a Constituição vigente. Analisa os antecedentes históricos sobre o povoamento brasileiro situando a mudança da capital como encerramento de um ciclo, entre vários outros ciclos sucessivos que aponta. Discute a posição do Rio de Janeiro diante da imperiosa necessidade de mudança da capital
3º	Bg.v.5,n.53. p.515-516.ago.1947	Everardo Backheuser (BACKHEUSER, 1947a)	Localização da nova capital do país no planalto central.	“Defende que se a Capital for transferida que seja para o Planalto Central, enfatizando ser necessário a “Nova” Comissão Poli Coelho” para levantar mais informações sobre a área para a mudança da Capital.

<sup>43</sup> Esses quadros têm como base os apontamentos feitos ao longo deste trabalho, com intuito de sistematizar os artigos que foram selecionados para análise. Tiveram como referências a RBG e BG, e a coluna 2 de cada quadro com título **identificação** foi produzida a partir da de códigos no site do próprio IBGE, a fim de facilitar em futuras consultas no acervo da instituição. Foram organizados pela autora.

4°	Bg.v.5,n.55. p.745-746.out.1947	Everardo Backheuser (BACKHEUSER, 1947b)	O retângulo Cruls	Afirmava que as pessoas já reconheciam no retângulo Cruls como sendo o Planalto Central, ressaltando que seria um desperdício de esforços não considerar os trabalhos que já haviam sido executados pela Comissão Cruls.
5°	Bg.v.5,n.56. p.871-872. nov.1947	Everardo Backheuser (BACKHEUSER, 1947c)	Localização da nova capital: Clima e capital	Apontava que uma metodologia a ser considerada para se pensar a mudança da Capital do país era a equidistância dos pontos extremos do país, considerando o clima para facilitar as relações com os migrantes da área.
6°	Bg.v.5,n.57. p.967-968.dez.1947	Everardo Backheuser (BACKHEUSER, 1947d)	Localização da Nova capital: critérios de escolhas	O autor afirma que a área indicada por Cruls ainda não havia sido debatida, e discordava que a Capital deveria ter uma mudança transitória.
7°	Bg.v.5,n.58. p.1083-1084.out.1948	Everardo Backheuser (BACKHEUSER, 1948)	Localização da nova capital: Ponto Nevralgico.	É apontado que o cerne da discussão da mudança da capital acabou sendo a discussão demográfica, e que no Relatório Cruls (1894) até o ano de 1948 quando escreve o texto, a distribuição demográfica é outra e isso deve ser considerado.
8°	Bg.v7,n76.p.333-370.jul.1949	Dep. Eunápio Queirós (QUEIRÓS, 1949)	Mudança da Capital do País: Parecer da Comissão Parlamentar	Texto fruto da transcrição de leitura de Relatório apresentado por Queirós à Câmara dos Deputados Federais que indagava algumas questões apresentadas pelas Comissões, e entre os textos da RBG e BG é o que apresenta reflexões mais críticas sobre a temática.
9°	Bg.18, n156.p.351-352.mai-jun.1960	Speridião Faissol (FAISSOL, 1960)	A nova Capital do Brasil	Primeiro texto publicado dentre os periódicos do IBGE sobre a mudança da Capital após sua efetivação.
10°	Bg.v18,n158.p.771-783.set-out.1960	Preston E. James e Speridião Faissol (JAMES, FAISSOL, 1960)	O Problema da Capital do Brasil	Texto datado de 1956 e publicado em 1960, inicia-se com antecedentes históricos sobre a questão fazendo um resgate dos movimentos migratórios. Apresentando alguns problemas enfrentados pelo Rio de Janeiro, para serem pensados para a transferência da Capital

**Quadro :** Síntese com os artigos referentes à mudança da Capital Federal na Revista Brasileira de Geografia.<sup>44</sup>

	Identificação	Autor/ Atuação no momento da publicação	Título do Artigo	Descrição sucinta do conteúdo do texto
1º	RBG _1946_v8_n 4_p.133-138	Christovam Leite de Castro (CASTRO 1946)	A Transferência da Capital do País para o Planalto Central	Na sessão comentário da RBG, o autor faz uma reflexão das pessoas que contribuirão para a efetivação do plano de mudança da capital, desde Visconde de Porto Seguro, passando por Cruls e falando da Comissão Poli Coelho. Ele retrata ainda o papel do Geógrafo nessas comissões, destacando o conhecimento demográfico como seu principal papel.
2º	RBG _1947_v9_n 2_p.123-129	Christovam Leite de Castro (CASTRO 1947c)	A mudança da capital do país a luz da ciência geográfica	Conferência pronunciada em Belo Horizonte no Instituto de Educação, a 3 de março de 194, Castro faz três perguntas referentes a mudança da Capital Federal: Por que? Para onde? Como? Neste texto ele aponta que existe uma consciência nacional que percebe a vontade da mudança da capital, e que um dos maiores desafios é o método que se aplica para este estudo, apontando o “método geográfico” como o mais coerente para ser aplicado.

<sup>44</sup> Esses quadros têm como base os apontamentos feitos ao longo deste trabalho, com intuito de sistematizar os artigos que foram selecionados para análise. Tiveram como referências a RBG e BG, e a coluna 2 de cada quadro com título **identificação** foi produzida a partir da de códigos no site do próprio IBGE, a fim de facilitar em futuras consultas no acervo da instituição. Foram organizados pela autora.

3°	RBG _1948_v10_ n3_p.117- 119	Christovam Leite de Castro(CASTRO 1948)	A Mudança da Capital do País	Apresentou o mapa com duas áreas propostas pela Comissão para a mudança da Capital Federal, apresentada ao Congresso Nacional.
4°	RBG _1949_v11_ n4_p.3-149	Fábio Macedo Soares Guimarães (GUIMARÃES, 1949) –  Diretor da Divisão da Geografia do Serviço de Geografia e Cartografia do C N G.	O Planalto Central e o problema da mudança da Capital do Brasil	Apresenta um texto de um trabalho de campo sob a orientação do prof. Leo Waiber, na primeira parte descreve as características físicas do Planalto Central. Na segunda parte é abordado as características geopolíticas da transferência da capital.
5°	RBG _1955_v17_ n2_p.196- 209.	José Osvaldo de Meira Pena (PENA, 1955)	A mudança da Capital do Brasil	Trabalho na seção comentário com contribuições sobre outras “capitais artificiais” e a proximidade que esses casos podem ter com Brasília.

### Apêndice

**Quadro<sup>45</sup>:** Cronologia das principais propostas, leis e comissões de exploração para a transferência da Capital Federal e fatos que influenciaram essa questão:

ANO	AUTOR DA PROPOSTA	DESCRIÇÃO	LOCAL PARA A TRANSFERÊNCIA
1763		Transferência da Capital do Brasil, da Bahia para o Rio de Janeiro.	Rio de Janeiro
1789	Inconfidentes Mineiros	Durante a inconfidência Mineira era discutida a interiorização da Capital Federal para a província de São João El-Rey	São João Del Rei-MG
1809	William Pitt	Discurso em Lisboa preconizando no interior do Brasil a construção de uma Nova Lisboa	Interior do Brasil
1810	Conselheiro Chanceler Veloso de Oliveira	Em memorial apresentado ao príncipe regente afirmando que a Corte não deveria se fixar na costa marítima, mas sim no interior.	Interiorização da capital.
1813	Hipólito José da Costa atuava no <i>Correio Brasiliense</i>	Escreveu no <i>Correio Brasiliense</i> que a escolha da sede do governo deveria ser no interior do país, já que dificultava a comunicação com a maior parte do território e estava sujeito a uma invasão inimiga por mar.	Cabeceiras do Rio São Francisco/ Interior do país
1821	José Bonifácio	Texto entregue à Assembleia Geral Constituinte do Império do Brasil	Comarca de Paracatu
1831	João Candido de Deus e Silva	Proposta apresentada à Câmara dos Deputados	Interior do Império
1833	Ernesto Ferreira França	Proposta apresentada à Câmara dos Deputados, pedindo para considerar o texto de José Bonifácio.	Interior do Brasil
1839	Francisco Adolfo de Varnhagem	Publicou estudos sobre o Planalto Central Goiano com muitas redes de drenagem de situar-se a sede do governo	Planalto Central brasileiro

<sup>45</sup> Quadro construído ao longo da dissertação com as fontes já citadas, mas que contaram como principais trabalhos que já constavam uma sistematização: SENRA 2010 e CASIMIRO NETO [et. al] 2010.

	Visconde de Pôrto Seguro		
1852	Visconde de Albuquerque	Proposta encaminhada ao Senado	Áreas entre 10 e 15 graus sul.
1875	José Martins Cruz Jobim	Proposta encaminhada ao Senado, para contestar a proposta do Visconde de Albuquerque	Região do Vale Paraíba do Sul
1877	Visconde de Porto Seguro	Viagem ao Planalto Central para buscar um sítio para a instalação da nova Capital	Planalto Central brasileiro
1890	Decreto nº 914-A, de 23 de outubro de 1980. Governo Provisório	No Art. 2º previa a criação de um município neutro e poderia ser pensado um Distrito Federal.	Mudança da Capital, sem lugar específico.
1891	Lauro Müller	Propôs que fosse incluída na constituição de 1891 uma área para a transferência da Capital	Planalto Central brasileiro
1891	A República	Decreto que a cidade do Rio de Janeiro será temporariamente sede do Poder Federal.	
1891	A constituição Federal	Estabelecimento que a futura capital do Brasil será no Planalto Central, em uma área de 14.400Km <sup>2</sup>	Planalto Central
1892	Florian Peixoto	Encomenda uma comissão de cientistas para demarcar uma área para a transferência da Capital	Planalto Central
1893	Deputados Sebastião Fleury Curado (GO) e Belarmino Augusto de Mendonça Lobo (PR)	Estabelecem uma administração provisória no Planalto Central	Planalto Central
1893	Deputados apresentavam ao Congresso	Projeto de Lei que propunha “o govêrno mandasse fazer os estudos de uma outra zona na região cortada pelas linhas de limites dos estados de Goiás, Bahia e Piauí, no Planalto Central e com o fim especial de para ela mudar a capital	Planalto Central, mas em outra área diferente da proposta por Luís Cruls.

		da República”, o qual foi rejeitado. (QUEIROZ, 1948, p.337)	
1894	Luiz Cruls	Relatório da Comissão Cruls com a área demarcada para a transferência da Capital	Planalto Central, região, entre os rios Torto e Gama e o Vale do Rio Descoberto, Goiás.
1895	Deputados Lauro Müller (SC), Joaquim Nogueira Paranaguá (PI) e Urbano Coelho Gouvêa (GO)	Federalizam o território demarcado pela Comissão de Exploração	Planalto Central
1899	Melciades Mário de Sá Freire (DF)	Apresenta um projeto de lei que autoriza a mudança da capital federal.	Minas Gerais ou Planalto Central
1905	Senador Joaquim Nogueira Paranaguá (PI)	Autorizava o Poder executivo a mudar a Capital Federal	Planalto Central
1911	Deputados Eduardo Arthur Sócrates (GO) Antônio Ramos Caiado (GO), Francisco Joaquim Bittencourt da Silva e Filho ( DF) e João Bulhões Mattos Marcial (DF),	Autoriza construções na área da nova Capital	Planalto Central
1914	Manoel Corrêa de Freitas (PR), Camilo Felinto Prates (MG) e Maurício Lacerda (RJ)	Autoriza a abertura de crédito para a construção da nova capital	
1919	Senador Justo Chermont	Abertura de concorrência pública para a construção sem ônus para união a Capital Federal	

1921	Antônio Americano do Brasil e Marcelino Rodrigues Machado	Lançar um marco no Planalto central que iria abrigar a nova Capital Federal.	Planalto central de Goiás
1922	Decreto assinado pelo Presidente Epitácio Pessoa	Em 07 de set. Houve a implantação perto de Planaltina, da <b>Pedra Fundamental</b> . Decorrencia de um Decreto Lei que reafirmava que a capital brasileira seria oportunamente transferida para o Planalto central, em respeito à Constituição de 1891.	Planalto Central brasileiro
1933		Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro confirma a Escolha da Comissão Cruls	Planalto Central
1934	Durante o Governo de Getúlio Vargas	Artigo da Constituição Federal prevendo uma Comissão para estudos sobre a Mudança da Capital Federal.	Ponto central do Brasil
1937	Getúlio Vargas	“Marcha para Oeste”	Previa políticas de modernização e “colonização” do centro-oeste brasileiro
1946		Assembleia Nacional Constituinte: discussão sobre a nova capital: Café Filho, juntamente com o apoio de Pedro Ludovico (GO), Diógenes Magalhães (GO), Dário Cardoso (GO), João D’Abreu (GO)	Originalmente apoiavam a transferência da capital para a área demarcada por Cruls e posteriormente defendiam a transferência para Goiânia.
1946	Benedito Valadares (MG), Israel Pinheiro (MG), Daniel Carvalho (MG), Juscelino Kubitschek de Oliveira (MG), Lucas Lopes (MG)	Apresentaram proposta de mudança da capital na Assembleia Nacional Constituinte	Triângulo Mineiro



1946	Eurico Gaspar Dutra	Designou a “Comissão Poli Coelho” para demarcar uma área para a transferência da capital	Planalto Central do Brasil
1947	Comissão Poli Coelho	Em decorrência da Comissão de Exploração, aconteceram duas expedições de campo, lideradas por Francis Ruellan e Fábio Guimarães	
1948	Congresso e Governo	Decisão sobre os estudos definitivos para a localização exata de uma cidade de 500.000 habitantes, seria conduzidas sobre uma área de 52.000Km². Quadrilátero Crlus, região de Anápolis e Goiânia, Unai – MG. “Área proposta em 1948 um pouco modificada para incluir um pedaço de Minas Gerais.”	Retângulo do Consgresso
1953	Getúlio Vargas	Designa uma Comissão presidida por Aguinaldo Caiado de Castro, substituído em seguida pelo Marechal José Pessoa (Fábio Macedo Soares Guimarães é membro dessa Comissão) “Comissão Caiado” delimitando o “Retângulo do Congresso”	Planalto Central brasileiro
	Café Filho	Substitui Aguinaldo Caiado pelo Marechal José Cavalcanti de Albuquerque	Planalto Central brasileiro
		Estudos de aerofotogrametria são utilizados para a escolha exata do sítio para abrigar a nova Capital. Serviço executado por empresa norte-americana Donald J. Belcher and Associates	
1955		Em fevereiro, Donald Belcher oferece cinco áreas de 1.000Km² cada para abrigar a nova Capital (duas dessas áreas já haviam sido propostas por Ruellan em 1947 – Sítios castanho e Sítio Azul).	Planalto Central
1955		Comissão de José Pessoa escolhe o Sítio Castanho para ser o centro de Brasília e delimita uma área para ser o DF de 5.800 Km²	
1955		Comissão José Pessoa se transforma na “Comissão de Planejamento da construção e	Planalto Central

		Transferência da Capital”. Foi presidida por José Pessoa até maio de 1956 sendo substituído por Ernesto Silva.	
1956		Juscelino Kubitschek assume como Presidente da República	
1956		Em setembro criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap). O nome “Brasília” é oficializada no Congresso	
1960		21 de Abril Inauguração de Brasília por JK	Planalto Central



Comissões de Exploração do Planalto Central

## **Apêndice**

Arquivo em CD: **Artigos referentes à mudança da capital nos periódicos do IBGE.**  
**(Revista Brasileira de Geografia e Boletim Geográfico).** Org.: RIBEIRO, Mária Bruna  
Pereira.